

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FOLOSOFIA – ICHF
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP

CYNTHIA BALDI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL FREUDIANO – UM
ENCONTRO ENTRE O PODER E A *PULSÃO DE DESTRUIÇÃO***

Niterói 2009
CYNTHIA BALDI

REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL FREUDIANO – UM
ENCONTRO ENTRE O PODER E A *PULSÃO DE DESTRUÇÃO*

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do Título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor Renato Lessa

Niterói 2009

CYNTHIA BALDI

Registro: M.019.107.004

Reflexões sobre o Pensamento Social Freudiano – um Encontro entre o Poder e a
Pulsão de Destruição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor Renato Lessa

Aprovada em Março de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Lessa – Orientador,
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Cláudio de Farias Augusto –
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Dr. Júlio Esteves – Universidade
Estadual do Norte Fluminense – UENF

Prof. Dr. Paulo Mattos – Universidade
Federal Fluminense - UFF

Ao meu filho amado – Guilherme

AGRADECIMENTOS:

Aos amigos Flávia Mendes e Ricardo Bruno Ferreira pelo apoio e amizade nos períodos difíceis dessa trajetória.

Ao amigo Paulo Mattos pelo convite para fazer parte do Laboratório de Psicopatologia Fundamental que me ajudou muito nesse trabalho e pela dedicada amizade.

A minha professora de Francês Suely Aguiar Serra pelos fundamentais ensinamentos nesse idioma.

A Carlos Henrique Aguiar Serra pelas sugestões, opiniões e pela paciência.

Ao meu querido orientador e professor Renato Lessa pela generosidade, acolhimento e brilhantismo na condução dessa orientação. Minha eterna admiração.

Aos meus pais pela confiança. As minhas Tias-avós Rosa pelas sugestões, Felícia por cuidar do meu filhote para que eu pudesse me dedicar a esse trabalho e Margarida pelo carinho com o Guilherme.

SUMÁRIO

Resumo	7
Apresentação	8
Capítulo 1: O surgimento da civilização – uma filha da morte	18
Capítulo 2: O ser humano em sociedade: uma guerra entre Eros e Thánatos	55
Capítulo 3: A sociedade dos humanos e o fim do social: sentimento de culpa x <i>pulsão de destruição</i>	91
Conclusão	120
Bibliografia	130

Os escritos sociais freudianos são analisados aqui em três partes: a primeira buscando a origem da sociedade civilizada - o fundamento do social - através do mito do parricídio originário, que funda várias das instituições da civilização; a segunda mostra como o homem civilizado se comporta em sociedade, segundo o papel fundamental exercido pelo conflito pulsional, sobretudo pela ação das *pulsões de vida* que possibilita a união em grupos, e conforme a repetição histórica deformada do crime fundador, possibilitada pela transmissão filogenética de traços desse ato; e a terceira esclarece como a sociedade civilizada falha ao reprimir excessivamente a agressividade humana - faceta das *pulsões de morte* - produzindo o efeito contrário, voltando a agressividade para a sua destruição que chegou ao seu auge na Guerra.

Palavras-chave: Freud, Pensamento Social, Pulsão.

Abstract

The Freudian social writings are examined here in three parts: the first part seeks the origin of civilized society - the foundation of social - through the myth of original parricide, which creates many of the institutions of civilization; the second one shows how the civilized man behaves in society, according not only to the key role exerted by the instinct conflict, particularly by the action of the life instincts that allows the union groups, but also to the distorted historical repetition of crime founder, which is made possible by the transmission of phylogenetic traits of this act; and the last part explains how a civilized society fails to punish excessively the human aggression - a peculiar aspect of the death instincts - producing the opposite effect, i. e. turning the aggression to its destruction that reached its climax in the War.

Key-words: Freud, Social Thought, Instinct.

APRESENTAÇÃO:

Esse trabalho surgiu do desejo de dar um enfoque multidisciplinar ao estudo de questões sociais e políticas presentes na obra freudiana, e com o intuito de possibilitar a apreensão de algumas contribuições de um suposto pensamento social freudiano à análise dos fenômenos coletivos. Não se perde de vista, no entanto, que a inserção desse autor no campo social se deu, única e exclusivamente, com a justificativa de desvendar melhor as obscuridades que se apresentavam na teoria psicanalítica que ele fundou.

É partindo do estudo do indivíduo, ou do sujeito, que Freud vê a necessidade de estudar não apenas ele, mas também a sociedade em que nasce inserido e que tem papel fundamental na constituição do seu mundo psíquico. Nesse sentido, ele afirma que psicologia individual é ao mesmo tempo psicologia de grupo, já que o ser humano nasce inserido numa rede social – a família. Ainda que o autor forje uma concepção acerca da natureza que constitui a psique humana, a vida em sociedade proporciona a aquisição de importantes elementos para essa psique.

Sua metodologia é sempre a de tentar aplicar os pressupostos da psicanálise ao social, pois busca sempre as razões de tudo o que é social na constituição da natureza humana, e como produto dessa natureza. Mesmo que a limitação de sua análise seja, justamente, não reconhecer a autonomia da dimensão do social, é perfeitamente possível capturar nos escritos freudianos sobre a cultura, importantes contribuições para outros campos de saber, como a Filosofia Política, por exemplo. Uma dessas contribuições é a possibilidade de tentar desvendar os mecanismos psíquicos que estão por trás das relações de poder ou das ações políticas; nesse sentido, a sistematização freudiana de uma divisão psíquica que contém como uma de suas partes o superego, é fundamental para compreender como a repressão social é internalizada e como o sentimento de culpa, gerado por essa instância psíquica, pode ajudar a entender o que está agindo por trás do estado de dominação política de algumas classes sociais, quando o mais lógico seria esperar que uma classe subjugada por outra se rebelasse.

No entanto, observa-se que em nome de uma analogia do desenvolvimento psíquico individual com o desenvolvimento social, a obra freudiana deixa, por vezes, de reconhecer as especificidades do social para exaltar as semelhanças entre essas duas esferas. Essa analogia é possível, na obra freudiana porque, para o autor, as primeiras leis, a moral, a religião e a ordem política são uma reação aos desejos envolvidos no complexo paterno – o incesto e o parricídio; a origem comum permite suprimir a diferenciação entre o individual e o coletivo.

Afirmar que a sexualidade ocupava um papel fundamental na vida psíquica humana não apenas na esfera orgânica, que tinha como núcleo o Complexo de Édipo, estendendo a sexualidade inclusive para as crianças, soou como um escândalo na sociedade burguesa de sua época, que tinha como prática moral a coerção em níveis elevadíssimos, das pulsões sexuais, através, por exemplo, da educação religiosa imposta desde a infância e que tentava dessexualizar a criança. E é tendo como ponto de partida a infelicidade de seus pacientes neuróticos, que Freud vai contestar o excesso de repressão pulsional imposto pela sociedade e que colocava, a qualquer pessoa, o risco de desenvolver uma neurose, pois a sexualidade reprimida – sobretudo na infância - poderia, a qualquer momento, retornar como sintomas. Dessa forma, o pensador diminuía a barreira entre o normal e o patológico.

Além disso, Freud dava um importante passo para compreender melhor várias das instituições sociais através da Psicanálise, ao dar importância fundamental à vida inconsciente do indivíduo; mostrava que a ação humana não era regida pela razão somente, mas que por trás da razão havia um substrato pulsional extremamente influente em tudo o que o ser humano fazia, e que podia até mesmo impedir que a razão fosse acionada. Ele não apenas introduz uma nova dimensão psíquica, como inaugura um campo de saber que se propõe a desvendá-la. Assim sendo, a Psicanálise vai de encontro ao Iluminismo do qual é também produto. Contudo, Freud foi um entusiasta da razão, pois acreditava principalmente que a ciência era um importante elemento no desenvolvimento da humanidade, à qual a superstição e as ilusões das idéias religiosas eram um

obstáculo. E é munido de sua crença na ciência, que chega a endeusar *Logos* em *O Futuro de uma Ilusão*.

Como um bom iluminista que foi, Freud questionou a importância da tradição, que era uma aliada no sentido de manter a dominação política e o estado infantil dos seres humanos, impedindo-os de pensar; para isso chega a criticar o valor da própria Bíblia em *Moisés e o Monoteísmo*. Por outro lado, Freud também admitia que a razão no ser humano fosse precária, mas apostava nela ainda assim, consciente dos riscos. A razão só teria sido adquirida pelo ser humano recentemente e, é por essa razão e pelo fato de as aquisições recentes não destruírem o que compunha a mente anteriormente, que o ser humano estaria sempre sujeito a involuções, ou seja, a voltar a agir como o humano primitivo. Esse risco assolaria a humanidade constantemente e as provas de que ele é real seriam a vitalidade das religiões e a violências das guerras.

Ainda que soubesse que o indivíduo prefere sempre defender seus direitos em detrimento da coletividade, Freud acreditava que a individualização fora um passo fundamental na passagem da horda ou massa primeva para a civilização, quando o único que podia ter uma psicologia era o pai, enquanto os filhos viviam como os animais. E o grande desafio da civilização seria alcançar um equilíbrio entre as exigências impostas à satisfação, em nome da sociedade e a felicidade individual. Em suma, o pensamento freudiano joga suas fichas na razão, mas não todas, pois sabe que a selvageria das pulsões está sempre disposta a virar o jogo e a retroceder ao estágio primitivo da humanidade. Até porque, traços do crime que fundou a sociedade civilizada estariam sempre presentes no inconsciente e viriam à tona constantemente como deformações expressas nas instituições sociais, e que seriam transmitidos pelas gerações através da filogênese. Nesse sentido, para o autor, a história seria sempre o palco do retorno do reprimido - o crime originário – de maneira deformada, anulando assim o lugar do novo na dimensão social.

Importante ressaltar que em seu estudo sobre a cultura, o complexo paterno ocupa papel de destaque, tendo sempre o pai ou a representação dele como a figura detentora do poder e, por vezes, da perversidade do poder, como

em *Totem e Tabu* – no pai da horda; em *Moisés e o Monoteísmo* – na repetição do assassinato paterno, na figura de Moisés; em *Psicologia de Massa e Análise do ego* – na figura do líder; em *O Futuro de Uma Ilusão* – no Deus que responde ao desamparo infantil do ser humano civilizado; em *O Mal-Estar na Civilização* – no Estado repressor, e em *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte* – na representação do Estado como detentor da injustiça. De todo modo, são sempre as reminiscências do crime originário, representadas individualmente no Complexo de Édipo e o conflito pulsional, o pano de fundo para a dinâmica social; e a razão é a opção que se apresenta para tentar modificar essa determinação pulsional.

Freud se volta para cultura, entre outras razões, por perceber que a moralidade imposta pela educação era um fator social e, além disso, os fundamentos dos preceitos morais, aparentemente tinham sua origem na religião - daí sua preocupação em saber como ela surgira. Além disso, a moral imposta coercitivamente, parecia semelhante aos sintomas da neurose obsessiva. Houve, então, a necessidade de entender como surgiram as instituições sociais. O texto que será o marco dessa ampliação da psicologia individual para o estudo das relações sociais será *Totem e Tabu*. A civilização se fundaria sob a coerção pulsional e, nesse sentido, a figura paterna ocupa lugar de destaque - se o pai representa o poder, pode-se dizer que o poder é fundamental na origem da civilização e na sua manutenção, para a teoria social freudiana.

O presente estudo será dividido em três momentos. No primeiro deles, dois textos freudianos foram escolhidos: *Totem e Tabu* e *Moisés e o Monoteísmo*, que serão analisados sob o título *O surgimento da civilização – uma filha da morte*. Aqui tentar-se-á compreender como Freud concebe o surgimento da vida em sociedade, bem como o surgimento de importantes instituições sociais como a religião e o Direito, a partir da morte do pai.

Freud cria uma ficção, em semelhança com vários pensadores da Filosofia Política, para explicar o surgimento do social. Essa ficção seria a de que o humano primitivo vivia em diversas hordas isoladas umas das outras, em que cada uma delas tinha um líder, um macho dominante - o pai da horda - que era o mais forte e único a usufruir sexualmente das fêmeas do grupo; aos outros

machos era imposta a abstinência sexual no interior da horda, sob pena de castração ou expulsão do grupo. Para fugir da abstinência, a única solução seria o rapto de fêmeas de outras hordas que, tendo sido praticado, permitiria ao macho formar a sua própria horda; ou a relação homossexual. A única solução encontrada pelos os filhos, que viviam sob a constante ameaça do pai ditador, teria sido, num determinado momento, unirem-se para, juntos, ficarem mais fortes do que o pai e matá-lo. Esse teria sido o primeiro crime da humanidade – o parricídio originário que teria fundado a civilização. E posteriormente ao crime, foi renunciando à posição de poder do pai que os irmãos fundaram uma comunidade com base na fraternidade. Mas passado o crime, os irmãos começaram a sentir saudade do pai e remorso pelo ato cometido. Como defesa, foram apagando da lembrança o ato cometido e, como punição, inauguraram as primeiras restrições civilizadas – a proibição do incesto e a proibição do homicídio – dando origem à primeira instituição social – a exogamia.

Aliás, antes de Freud, outros pensadores da tradição da Filosofia Política recorreram à mesma estratégia - um ponto de partida ficcional - para tentar explicar o surgimento da vida em sociedade como, por exemplo, Hobbes com o seu suposto *estado de natureza* e a afirmação de que *o homem é o lobo do homem*¹. É mais do que compreensível que, na impossibilidade de reproduzir historicamente o verdadeiro surgimento do social, sejam criadas construções para explicar essa origem, o que não invalida de forma alguma as contribuições dadas pelas teorias que são compostas a partir dessas ficções, pois, sem elas, muitas das teorias sociais e políticas não teriam surgido.

Um importante conceito na teoria freudiana - a filogênese – teria sido responsável pela transferência, de geração para geração, de traços do crime originário, mas de forma inconsciente. O máximo que é permitido chegar à consciência seriam elementos deformados desse evento, e são essas deformações que estariam presentes nas religiões ocidentais. Esse conceito será fundamental para compreender a hipótese freudiana sobre a origem das religiões monoteístas, em *Moisés e o Monoteísmo*.

¹ Thomas Hobbes, *O Leviatã*, São Paulo: Editora Abril, 1974.

Freud sustenta a hipótese de que Moisés – líder, educador e legislador do povo judeu – tinha nacionalidade egípcia. E argumenta que junto à nova religião, Moisés teria imposto, também, o costume da circuncisão ao povo escolhido por ele, hábito que diferenciaria esse povo dos outros povos, mas que traria uma lembrança da castração imposta pelo pai da horda aos filhos. Moisés, tendo imposto essa religião autoritariamente, acabou por ser assassinado. Mais tarde, esse povo que participara do assassinato de seu líder e do Êxodo do Egito juntar-se-ia a outros povos e formaria o povo de Israel, unindo elementos da religião mosaica a elementos da religião de Javé, fundando uma nova religião judaica que teria elementos da culpa pelo assassinato de Moisés, o que acabou por deformá-lo num deus bondoso e generoso. A analogia com as neuroses é invocada todo o tempo na parte da obra freudiana que tem contornos mais sociais e, aqui, essa analogia é utilizada para explicar as repetições na história, do parricídio originário e dos sentimentos nele envolvidos que deram origem às religiões que podem ser lidas como sintomas neuróticos coletivos.

Na segunda parte desse trabalho intitulada *O ser humano em sociedade: uma guerra entre Eros e Thânatos*, será feita uma análise de como o homem se comporta em sociedade e do que é que possibilita essa coletivização, a partir da teoria freudiana das pulsões. Três textos serão utilizados: *Além do Princípio do Prazer*, *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* e *O Futuro de uma Ilusão*.

Em *Além do Princípio do Prazer*, a vida psíquica do ser humano - que além de ter uma tendência a seguir o *Princípio do Prazer*, mas ter de renunciar à satisfação imediata em nome do *Princípio de Realidade* - é regida por duas pulsões em constante conflito e esse conflito pulsional é ainda mais forte do que essa tendência pela busca do prazer. Através da observação da compulsão à repetição, o autor chega à conclusão de que todas as pulsões são conservadoras, ou seja, visam reproduzir um estado anterior de coisas. Assim sendo, tanto as *pulsões de morte* que visam retornar ao estado de calma do inorgânico, quanto as *pulsões de vida*, que buscam retornar a um estado de ebulição causado pela complexificação celular, estariam sempre buscando um retorno durante toda a vida dos seres humanos.

As *pulsões de vida* seriam as responsáveis pela união de todas as substâncias; dessa forma, seriam elas que propiciariam a união do ser humano em grupos e em unidades cada vez maiores. Com esse fim, elas produziriam uma limitação do narcisismo humano, possibilitando a suspensão das diferenças individuais e a identificação recíproca entre os membros do grupo e desses com o líder desse grupo psicológico – figura fundamental para manter a coesão, através da dupla ligação libidinal inibida no fim; o líder representaria o ideal do ego de toda a massa. Esse fenômeno teria, ainda, outros efeitos como, por exemplo, a diminuição ou eliminação das hostilidades internas ao grupo e o seu redirecionamento contra outros grupos. Produziria, também, uma limitação intelectual e uma exacerbação da afetividade em seus membros. Reproduzia, assim na realidade, as condições existentes na horda primeva - a sujeição dos filhos ao pai, que se daria através de uma influência quase hipnótica. São essas algumas das reflexões que compõem *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*.

Em *O Futuro de uma Ilusão*, Freud já começa a apontar o caminho que seguirá em *O Mal-Estar na Civilização*, fazendo algumas reflexões sobre a cultura. Esta, sinônimo de civilização, seria definida como tudo aquilo que o homem produziu para controlar a natureza e regular as relações humanas entre si, e que exigem renúncias pulsionais em prol da sociedade. É nesse sentido que se pode compreender a afirmação de que todo indivíduo é potencialmente um inimigo da civilização, já que essa tem que recorrer à coerção para obrigá-lo a se submeter aos sacrifícios necessários. Necessários porque a natureza exterior e a natureza humana representam graves perigos para o indivíduo que acabaria por sentir-se em constante desamparo infantil, diante dessas ameaças. E é justamente para dar conta do sofrimento a que é exposto o indivíduo pela civilização, que existiria a religião. Mas a religião falha nessa empreitada, ou seja, fracassa em conciliar o ser humano com as renúncias pulsionais exigidas pela civilização, e é por essa razão que sofre a mais dura crítica por Freud, e não pelo fato de se constituir em ilusões que, por vezes, beiram um delírio coletivo. Assim sendo, as idéias religiosas estariam com seus dias contados pois, com a constatação de que o homem continuaria a ser infeliz apesar de a religião garantir

uma vida de felicidade após a morte e de que a civilização produziria uma população neurótica, uma alternativa para o ser humano seria abandonar essa fase de desamparo infantil e entregar-se à razão, que de forma alguma, seria uma ilusão.

No último capítulo, o estudo se voltará para o outro tipo de pulsão – as *pulsões de morte* – que dificilmente poderiam ser observadas isoladamente no indivíduo, já que nele se apresentam sempre mescladas a outras pulsões, como no caso do sadismo e do masoquismo. Isso justifica claramente a ampliação do estudo psicanalítico para a cultura, onde as *pulsões de morte* podem ser observadas com maior facilidade, principalmente na sua forma de agressividade direcionada à civilização. Três textos serão analisados nessa última parte: *O Mal-Estar na Civilização*, *Sobre a Transitoriedade* e *Reflexões para os Tempos Guerra e Morte*, em que Freud pretende mostrar que a sociedade teria fracassado na contenção das pulsões, porque não levou em conta que as exigências que fazia eram superiores à capacidade humana de cumpri-las, sob o título: *A sociedade dos humanos e o fim do social: sentimento de culpa x pulsão de destruição*.

Proporei, nessa última parte, uma inversão temporal dos textos, mudando a ordem cronológica e analisando os textos que falam sobre a Guerra após a análise de *O Mal-Estar na civilização*, como se a Guerra fosse uma consequência das absurdas exigências pulsionais exigidas ao indivíduo pela civilização.

Em *O Mal-Estar na Civilização* o autor fará duras críticas ao excesso de coerção, por parte da civilização, às pulsões (sobretudo, às *pulsões de morte*), já que coibir as *pulsões sexuais* poderia ter como consequência uma civilização neurótica, sabendo-se que muitas pessoas não conseguem viver sob essas exigências e acabam por desenvolver os sintomas neuróticos, o que já é bastante preocupante; mas coibir as *pulsões de morte* ou *de destruição* – como passam a ser chamadas nesse texto – gera, necessariamente, um retorno do reprimido como agressividade contra o agente repressor – a civilização. O que significa que, ao tentar reprimir as pulsões em favor da sociedade, a civilização criaria um monstro que agiria no sentido de sua própria destruição.

É através de uma nova instância psíquica - o superego – que os bloqueios e restrições impostos pela cultura às *pulsões sexuais* e às *pulsões de destruição* vão sendo internalizados e, no primeiro caso, sendo parcialmente sublimadas, transformam-se em ideais coletivos, enquanto que, no outro caso, sendo recalçadas, voltam-se para o próprio ego, gerando sentimento de culpa e necessidade de submissão por parte do ego que, com a instauração do superego, se vê numa vigilância cerrada não deixando escapar nem mesmo os desejos agressivos; ou seja, ato e intenção têm o mesmo peso para o superego. Na civilização o indivíduo teria, portanto, que renunciar sexualmente ao incesto, em nome da exogamia, e à promiscuidade, em favor monogamia e, ainda numa outra esfera, à satisfação pela realização dos impulsos agressivos. Toda essa renúncia produziria um intenso mal-estar que se traduziria em frustração e em sentimento de culpa.²

O fato é que a civilização estaria assentada sobre a coerção pulsional, impondo sacrifícios que geram sofrimento, descontentamento e revolta contra ela própria, que não consegue conciliar o ser humano com as renúncias dele exigidas. Prova de que essa situação é um barril de pólvora prestes a explodir, foi a eclosão da Primeira Guerra Mundial que mostrou o quanto o ser humano era capaz de regredir de seu estado civilizado para o seu estado primitivo; isso foi possível porque na mente humana, tudo que é adquirido convive com os estágios anteriores. A Guerra mostrara que o homem moderno não era tão civilizado quanto se julgava. Provara, ainda, que a coerção do mundo moderno não modificou a natureza humana. Não seria nem mesmo possível banir da natureza humana a agressividade, pois ela seria uma componente de sua estrutura. O autor propõe, então, algumas alternativas para suavizar a agressividade voltada para a civilização, em *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte e Sobre a Transitoriedade*, como por exemplo, a diminuição da repressão pulsional para um nível mínimo necessário, pois acreditava que passada a Guerra tudo o que havia sido destruído por ela poderia ser reconstruído numa base mais sólida e menos

² Sergio Paulo Rouanet. *Mal-estar na Modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

hipócrita, levando-se em conta o conflito pulsional inerente à natureza humana, que só poderia ser apaziguado pela via da razão.

Não levar em conta hoje, em qualquer análise social e política, a dimensão psíquica apresentada pela Psicanálise, provavelmente tem como resultado um estudo um pouco mais limitado no que concerne à complexidade do objeto, seja ele a política, a sociedade, a história, as relações de poder ou o próprio sujeito. Não se pode mais, ou não se deve, ignorar a dimensão psíquica do inconsciente na ação humana, sob pena de uma análise sem substância. Levar em conta os elementos oferecidos pela Psicanálise pode significar observar o social sob uma outra dimensão, o que contribui para uma análise mais complexa e completa e que faça frente à complexidade do objeto estudado.

1- O surgimento da civilização – uma filha da morte.

A intenção neste capítulo é analisar a teoria construída por Sigmund Freud para dar conta do surgimento da sociedade e de algumas das suas instituições, como a religião e as leis, bem como da moralidade.

A moralidade, para Freud, é um elemento social imposto pela educação e, aparentemente, as obrigações morais da sociedade residiriam na religião. Daí sua preocupação com a origem da religião e a importância dada ao seu mito fundador (e às obrigações dele derivadas) e sua justificação a partir do próprio mito. Como a moralidade é imposta coercitivamente, sua semelhança com as auto-recriminações da neurose obsessiva é evocada por Freud na tentativa de melhor compreender o fenômeno social, equiparando-a a uma defesa ou reação contra os impulsos e desejos infantis.

Para acompanhar o percurso feito por Freud na sua reconstrução da origem da sociedade e das religiões, teremos como foco principal seus escritos *Totem e Tabu* e *Moisés e o Monoteísmo*. A incursão na busca da origem das instituições sociais permitiu ao autor avançar na própria teoria psicanalítica; ele não foi um pensador social estritamente falando mas, no entanto, contribuiu com mais um elemento para as investigações de algumas questões sociais complexas, partindo do ponto de vista da psicanálise, o que possibilita enxergar o contrato no qual se estabeleceu a sociedade, de um outro ponto de vista. Para o autor, tanto no desenvolvimento psíquico quanto no desenvolvimento da sociedade, o papel paterno é fundamental, ou seja, o poder exercido pela figura do pai é a raiz das instituições sociais.

Não nos importa aqui refutar a validade do mito criado por Freud para dar conta do surgimento do social pois, enquanto mito, é uma construção ficcional e não necessariamente a verdade histórica, ainda que o autor o considere com tal. Isso porém não minimiza o valor de sua hipótese do surgimento da sociedade através do assassinato do pai primevo, pois foi a partir dessa construção que o autor pôde avançar em sua teoria e dar importantes contribuições ao estudo das instituições sociais, criadas a partir da figura do pai. É possível assim, constatar que a sociedade é fundada sobre a figura paterna e essa figura pode ser dividida

em três partes: o pai real, o pai idealizado e o pai morto. E é a partir da união dos irmãos, que possibilita a deflagração do parricídio originário, que é feita a passagem da psicologia individual para a psicologia de grupo³ - é o início da sociedade.

O que talvez difira mais fortemente Freud de outros estudiosos da sociedade, seja a importância dada por ele à sexualidade – mais especificamente ao complexo paterno - que tem papel fundamental tanto na formação das neuroses como na formação da sociedade e de suas instituições e, a mitologia seria uma projeção dos conteúdos sexuais reprimidos.

Para a construção de sua hipótese sobre o surgimento da sociedade, em *Totem e Tabu*⁴, Freud se baseia principalmente na teoria de três intelectuais, adaptando-as à sua. São eles: Darwin, com sua teoria de que os macacos viviam em diversas hordas e cada uma delas tinha um macho como chefe; Atkinson, com o deslocamento da teoria de Darwin para os seres humanos, e Frazer, com seus estudos antropológicos sobre as tribos ‘selvagens’ australianas.

O macho que chefiava a horda, exercia um poder autoritário, proibindo os outros machos, na maioria filhos seus, de manterem relações sexuais com as fêmeas da horda, suas mães e irmãs. Apenas ele – o pai - tinha direito sexual sobre essas fêmeas. Caso a regra fosse quebrada, o filho seria punido com a castração e, ou o banimento da horda. Como alternativa à abstinência, alguns machos fugiam e formavam novas hordas; conseguiam fêmeas através do rapto de fêmeas de outras hordas e os mais fortes acabavam por reproduzir a posição de poder realizada pelo pai na horda de origem, tornando-se eles mesmos, o pai autoritário, nas novas hordas. É provável, inclusive, segundo nosso autor, que na falta de fêmeas muitos dos machos mantivessem relações homossexuais com seus irmãos.

Em *Totem e Tabu* – escrito de setembro de 1911 até maio de 1913 - Freud divide sua argumentação em quatro momentos. No primeiro deles discute a questão do horror ao incesto - *O horror do incesto* - buscando suas origens. Parte sua análise de dois fenômenos, os tabus e o totem, admitindo que os tabus ainda

³ Renato Mezan, *Freud, Pensador da Cultura*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.159.

⁴ Sigmund Freud, *Totem e Tabu*, Rio de Janeiro: Imago, 2005.

existam em sua sociedade (ainda que bastante diferentes do que eram em sua origem), sobre as mesmas bases do que Kant denomina 'imperativos categóricos', ou seja, não tendo justificativa consciente, agindo de maneira compulsiva na moralidade civilizada. Por outro lado, o totemismo seria mais estranho à atualidade de sua época, tendo sido substituído por outras formas de instituição social-religiosa, tendo deixado, nas novas instituições, apenas suaves traços de sua existência. Através do resgate desses vestígios que poderiam ser observados na infância, e de sua relação com os tabus, Freud nos apresenta sua hipótese.

Partindo da observação dos antropólogos de que algumas sociedades indígenas da sua época, em especial as da Austrália, eram consideradas as mais selvagens (logo, tinham muitas características que as aproximavam do homem primitivo), Freud inicia sua análise de alguns hábitos dessas tribos para se aproximar do que teria sido o totemismo - um tipo primitivo de religião. Orientado pela teoria evolucionista, esses 'selvagens' estariam num estágio de desenvolvimento psíquico mais próximo do homem primitivo do que o homem 'civilizado'. No entanto, não deixa de observar que, ainda assim, essas tribos têm uma longa história atrás de si e que as separa dos povos primitivos. O autor tenta reconstruir a origem do social, partindo da análise dos indícios presentes nessas tribos. Ainda para servir de apoio, faz uma analogia entre o comportamento dos neuróticos e o comportamento desses supostos selvagens, concluindo que o comportamento dos neuróticos tem muito a ver com o comportamento do homem primitivo.

Segundo o autor, a organização social nessas tribos parecia girar em torno da evitação de relações sexuais incestuosas, e a sua regulamentação se daria através do totemismo. Nos lugares onde havia um totem⁵, as relações sexuais entre pessoas desse mesmo totem eram proibidas. Chega, então, à conclusão de que a exogamia seria a primeira instituição relacionada ao totemismo, e sua transgressão levaria às mais severas punições, mostrando que esses 'selvagens' tinham um grande horror ao incesto. A justificativa de tão severas proibições seria

⁵ Os laços formados pelo totem seriam mais fortes que os laços sanguíneos; a proibição do incesto entre parentes consanguíneos se acha dentro de uma proibição mais ampla de relações sexuais entre pessoas pertencentes ao mesmo totem, não necessariamente parentes de sangue.

uma grande tendência ou sujeição, ou seja, uma enorme inclinação do homem 'selvagem' e primitivo, a realizar esse tipo de relação sexual incestuosa, sendo necessário, portanto, proibi-la e punir sua transgressão para que o exemplo não fosse seguido. O rigor da proibição seria, portanto, proporcional ao desejo de transgredi-la. A observação das tribos australianas mostraria que esses desejos seriam universais. Porém, as proibições na sociedade civilizada são bem menores do que as das sociedades primitivas, e isso se explicaria pelo fato de que nos homens primitivos esses desejos estavam mais próximos da consciência, demandando proibições mais rígidas, enquanto que nos homens civilizados, por serem desejos mais distantes da consciência, as proibições foram sendo internalizadas psiquicamente com maior sucesso no decorrer do tempo, não sendo necessárias tantas proibições externas.

Além da instituição da exogamia pelo totem, outros costumes são observados entre esses grupos que visam regular as relações entre os sujeitos, como, por exemplo, a proibição de qualquer tipo de contato físico ou mesmo de diálogos a partir de uma certa idade entre irmãos e irmãs, entre filhos e mãe ou entre filhas e pai, sendo essas medidas protetoras contra o incesto.

A partir daí, Freud faz uma analogia desse 'selvagem' com as crianças e com os neuróticos. Numa perspectiva evolucionista, o selvagem estaria mais inclinado a cometer o incesto do que o homem civilizado – que dominaria esses desejos através da repressão psíquica, pois eles se tornaram inconscientes -, sendo necessária, portanto, uma maior regulamentação para proibir sua execução entre os primeiros. Da mesma forma, toda criança é dominada por desejos incestuosos que, com o amadurecimento, vão sendo abandonados pela consciência. E por fim, os neuróticos apresentariam um estágio de desenvolvimento psíquico próximo ao das crianças, considerando-se esses desejos incestuosos o núcleo das neuroses. A ontogênese reproduziria as etapas da filogênese. As crianças reproduziriam, assim, uma etapa primitiva do desenvolvimento da civilização, equivalente à fixação da sexualidade na fase infantil, realizada pelo neurótico na vida adulta.

No segundo momento do texto, o autor passa para o tratamento do tabu e da ambivalência emocional – *O tabu e ambivalência dos sentimentos*. Segundo ele, as proibições do tabu não teriam fundamentação e suas origens seriam desconhecidas, sendo aceitas como naturais por aqueles que as praticam, tendo por objetivo proteger os membros do grupo de uma força perigosa contida nos objetos-tabus e que seria transmissível por contágio.

A punição pela violação dos tabus, num primeiro momento, acreditava-se que vinha do próprio tabu; em seguida, com a associação dos tabus aos deuses e espíritos, passou-se a creditar que a punição viria do poder divino e, em outros casos, a própria sociedade se encarregaria da punição, sugerindo assim que os primeiros sistemas penais podem estar associados aos tabus.

A violação do tabu transformaria o próprio transgressor em tabu, sendo necessária sua purificação e expiação através de alguns rituais. O próprio contato ou aproximação com o tabu seriam suficientes para contaminar o transgressor.

Os povos primitivos estariam, então, sujeitos a vários tipos de proibições, sem conhecer sua origem e sem questioná-las, submetendo-se a elas e temendo a punição por sua violação, ainda que essa violação fosse involuntária.

A importância de estudar os tabus dos povos primitivos estaria na relação desses tabus com as proibições morais e convenções que regem a sociedade no mundo civilizado, e de sua distância da civilização ser menor do que a que se imagina num primeiro momento, podendo estar intimamente relacionados ao que Kant denomina “imperativo categórico”. As proibições morais, na sociedade civilizada, também se imporiam por si só, sem um fundamento lógico.

Segundo Wundt, autor estudado por Freud, os tabus sobre animais – a proibição de matá-los ou comê-los -, nos primitivos polinésios, constituiriam o núcleo do totemismo. Os tabus dirigidos aos seres humanos se referem à situação específica em que se encontra uma pessoa, como as mulheres durante a menstruação e os mortos, por exemplo. Os tabus relacionados a objetos inanimados tornavam tabu quaisquer objetos misteriosos ou que causassem medo.

O tabu representaria um poder demoníaco oculto num objeto-tabu; as proibições visariam qualquer ato que pudesse provocar a evocação desse poder. Aos poucos, ele foi se desprendendo desse caráter demoníaco e se desenvolvendo independente dele, nas normas dos costumes e das tradições e, posteriormente, nas leis.

Apesar de uma advertência quanto ao perigo de uma analogia entre o comportamento de povos que adotaram tabus e o comportamento de pacientes obsessivos, da psicanálise, ficar apenas num nível superficial, Freud segue com a analogia. Observa, então, que o ponto mais semelhante entre eles seria a ausência de motivos para o comportamento obsessivo dos neuróticos e para o tabu. Não seria necessário que houvesse qualquer tipo de ameaça de punição concreta para sua violação, pois há uma certeza interna de que ela resultaria em desgraça, não havendo nem mesmo noção do tipo de mal que da violação viria.

Outra semelhança entre o tabu e comportamento do neurótico obsessivo, em relação ao objeto proibido, seria a proibição do contato com ele, não apenas do contato físico, mas visual ou mesmo em pensamento, sob o risco de contágio. Para aliviar as restrições que os tabus e as proibições obsessivas impõem, haveria alguns cerimoniais de expiação, de purificação como, por exemplo, o hábito de lavar-se constantemente dos neuróticos.

O comportamento obsessivo resultaria de um desejo proibido, ou seja, seria o resultado da tensão entre um desejo instintivo que, proibido externamente e portanto reprimido, se desloca para o inconsciente. O sujeito não tem, então, consciência do desejo, somente da proibição e, enquanto inconscientemente, o desejo vai se deslocando para outros objetos a fim de ser satisfeito; a proibição também se desloca. Para reduzir essa tensão, surgem os atos obsessivos que são ao mesmo tempo atos de expiação e atos substitutivos do desejo.

Por seu lado, o tabu surgiu provavelmente a partir de certos desejos, inclinações, e foi sendo passado de geração em geração através da tradição, pela autoridade parental e social. Haveria em torno do tabu um sentimento ambivalente, o desejo de violá-lo e o medo de violá-lo, sendo o medo mais forte que o desejo inconsciente. As mais antigas proibições relacionadas aos tabus,

seriam não matar o animal totêmico e não realizar relações sexuais com membros do mesmo clã totêmico e do sexo oposto. Devendo ser esses os maiores e mais antigos desejos do homem primitivo, são também esses desejos o núcleo das neuroses e o ponto central da sexualidade na infância.

Para tentar explicar o porquê de quem violar o tabu também se tornar tabu, estaria a possibilidade de aquele que realiza um desejo proibido incitar nos outros a imitação de seu ato. Quem se torna tabu temporariamente (como mulheres menstruadas) teria a qualidade de despertar nos outros os desejos proibidos, devendo ser ele proibido enquanto durar esse estado particular. Nessa medida, o contágio do tabu representaria uma espécie de proteção da sociedade contra sua dissolução, através da violação geral do tabu.

Observa-se, então, a partir da comparação dos tabus com as proibições obsessivas, que o tabu é uma proibição primitiva imposta por uma autoridade de fora – essa hipótese não pode ser comprovada - e contra os desejos mais poderosos dos seres humanos; o desejo de violar o tabu persistiria no inconsciente; obedecer ao tabu abarcaria então, sentimentos ambivalentes de medo e desejo – característica mais importante do tabu -; o poder do tabu estaria na sua capacidade de provocar a tentação e de contaminar os outros pelo exemplo; e a violação de um tabu poder ser expiada pela renúncia, implica que a renúncia está na base do tabu.

O tabu representaria, assim, uma forma eficaz de coerção das pulsões, impedindo que os homens dessem liberdade às suas tendências homicidas e incestuosas.

Em seguida, Freud passa para a análise de três tipos de tabu relacionados à figura paterna entre os selvagens, segundo ele os que mais se aproximam dos homens primitivos e que não sofreram tantos deslocamentos. São eles, os tabus vinculados aos inimigos, aos chefes e aos mortos. Na parte final do texto, fica claro que esses tabus se relacionariam diretamente com as características do chefe da horda.

Em relação aos inimigos, os 'selvagens' manteriam sentimentos ambivalentes para com ele após sua morte, e que seriam revelados em diversos

rituais onde há expressões de ódio, de remorso pela morte, de admiração pelo inimigo e de culpa por seu assassinato, através do apaziguamento do inimigo morto, de restrições sobre o seu assassino, de purificação e expiação por parte de seu assassino.

Quanto aos governantes – chefes, autoridades -, os homens primitivos expressam a necessidade de protegê-los e de ser protegidos contra eles, o que se configura em vários tabus. Esses tabus são atos que devem ser seguidos pelo chefe - e incluem, além de privilégios, muitas restrições - e pelos súditos, em relação ao chefe - que são expressão dos sentimentos ambivalentes direcionados a esse chefe, e a hostilidade em relação a ele é admitida, apenas nas expressões cerimoniais. Vê-se assim que em relação ao chefe por seus súditos, como ao pai, por um filho, há uma idealização de seus poderes, sendo as atitudes de ambos infantis. Da mesma forma que os rituais de proteção dos chefes são uma expressão de exaltação de sua figura, são também a imposição de duras restrições que representam os sentimentos de hostilidade para com ele, o que faz com que sua posição não seja muitas vezes cobiçada.

Em relação aos mortos, todos os que tivessem contato com um cadáver sofriam as mais duras restrições, não podendo ter contato com outras pessoas durante um tempo determinado e nem mesmo comer com as próprias mãos. Essas restrições eram ampliadas, inclusive, às pessoas que não tivessem tido contato direto com os mortos, mas que fossem parentes, viúvos ou viúvas. Um exemplo desse tipo de restrição é a proibição de mencionar o nome do morto, pois sua pronuncia significaria uma evocação da alma do morto. Para Freud, esses rituais impediriam uma reaproximação dessa alma, que teria um poder demoníaco, sendo os mortos encarados como inimigos. A razão para esses rituais e para a transformação de um ser amado, depois de morto, em espírito demoníaco são as hostilidades inconscientes dirigidas à pessoa morta, apesar do amor consciente sentido por elas; os tabus seriam uma proteção contra a vingança do morto por essa hostilidade. Essa hostilidade seria a razão, segundo Freud, para o luto patológico, por exemplo. Mais uma vez a analogia com seus pacientes lhe serve de apoio. Dessa forma, a ambivalência de sentimentos estaria mais uma vez no

centro das motivações dos tabus – o sofrimento consciente e a satisfação inconsciente com a morte do outro. E tanto nos povos primitivos quanto nos ‘selvagens’ ou nos pacientes obsessivos, essa ambivalência seria vivida com maior intensidade, daí a necessidade dos povos primitivos de produzirem os tabus. Fariam, assim, um deslocamento da autocensura criada como defesa, por uma certa satisfação sentida com a morte pelos neuróticos para os mortos, objeto das hostilidades. O conflito de sentimentos ambivalentes com a morte, não pode mais ser retido, e no luto ele explode, ainda que parte desses sentimentos seja inconsciente; com o fim do luto os rituais do tabu e a projeção de um demônio podem ser abandonados, já que o conflito cessa ou diminui.

A projeção consiste em direcionar aos outros – mortos, chefes, inimigos - desejos de natureza agressiva e conteúdo edipiano inconscientes e que geram culpa, significando uma libertação. Um mandamento moral no mundo civilizado seria uma interiorização de um tabu, possível pelo surgimento da instância psíquica superego.

Segundo Freud, houve uma diminuição gradativa de ambivalência em relação à morte, com o passar do tempo; e o homem civilizado, portanto, pôde abandonar os tabus com ela relacionados. A própria expressão *tabu* tem uma significação ambivalente, sendo ‘sagrado’ e ‘impuro’ ao mesmo tempo.

A seguir, Freud sustenta a semelhança entre as restrições dos antigos tabus e as proibições morais do mundo civilizado. Ressalta que só pode haver proibições onde reside um forte desejo, uma forte inclinação a realizar o ato proibido, ainda que não haja nenhuma consciência desse desejo. O mandamento *não matarás* teria origem, assim, no forte impulso de matar que sente o ser humano, ainda que totalmente subterrâneo, no inconsciente.

Em relação à neurose, Freud nos aponta suas semelhanças com diversas instituições sociais, como a arte, a religião e a filosofia, não obstante “as neuroses serem instituições associais”⁶ – são, na verdade, uma fuga do mundo social - e serem regidas por instintos sexuais enquanto que as construções sociais e culturais baseiam-se na combinação de elementos sexuais e egoístas, ou seja,

⁶ Freud, Op. Cit., p. 81.

somente a *pulsão de auto-preservação* não seria capaz de manter os homens unidos em sociedade, e a *pulsão sexual* não se resumiria unicamente à esfera privada. Os sentimentos sociais se derivariam de uma mescla dessas duas pulsões.

Na penúltima parte de *Totem e Tabu - Animismo, magia e onipotência dos pensamentos* - o animismo seria a denominação dada à crença em almas e espíritos; a maneira de compreensão da visão da natureza e do universo adotada pelos povos primitivos. Almas e espíritos seriam responsáveis por todos os fenômenos naturais, inclusive pelos objetos inanimados. Para Freud, a idéia de morte estaria no centro do desenvolvimento do animismo; a dificuldade de lidar com a idéia da morte é que os levou a criar esse sistema de pensamento que dava conta de todo o universo e que tornava possível a imortalidade.

O animismo seria o primeiro sistema psicológico de interpretação do mundo, de visão de mundo, criado pela humanidade; a ele dois se seguiriam: a religião e a ciência, sendo o primeiro o mais totalizante deles. As religiões desenvolvidas posteriormente teriam vários elementos desse animismo, bem como, os mitos. A necessidade da criação de um sistema de pensamento desse tipo surgiu com a necessidade de tentar controlar o mundo, e junto com o animismo surgem também receitas de domínio sobre as coisas, os homens e os animais, direcionados a controlar os seus espíritos, que seriam a feitiçaria e a magia.

A magia serviria para impor a vontade do homem aos fenômenos naturais, protegendo o sujeito dos inimigos e dos perigos. Basear-se-ia em dois tipos de procedimentos: o primeiro através da imitação ou da semelhança – analogia do fenômeno que se quer reproduzir; o segundo através da obtenção de parte do objeto – sublimação da parte pelo todo ao qual ou a quem se destina a mágica, como partes de seu corpo – cabelos, unhas ou seu próprio nome; seria a magia por contágio. Haveria uma origem semelhante para o canibalismo, pois comendo partes do cadáver estar-se-ia absorvendo as qualidades do morto. O princípio que dominaria a magia seria a associação de idéias – condensação e deslocamento -como suficiente para provocar o fato correspondente; acreditava-se que o

controle que se supunha ter dos pensamentos teria o efeito de controle também sobre as coisas; essa seria a “onipotência dos pensamentos”, das idéias ou dos desejos.

Segundo Freud, nas neuroses obsessivas, mas não apenas nelas, poderia-se observar a permanência desse modo primitivo de crença na onipotência dos pensamentos, pois neles o juízo e a razão não foram capazes de substituí-la. Haveria semelhança, ainda, com os selvagens que acreditavam que o simples ato de pensar seria suficiente para modificar a realidade. Essa forma de ver o mundo corresponderia a um momento narcísico. A analogia com os neuróticos obsessivos se justificaria, já que eles que acreditam que seus desejos homicidas inconscientes possam realizar-se pelo simples fato de existirem; adotam, por isso, várias formas de evitar esses pensamentos, pois do contrário, eles se concretizariam.

Seguindo a evolução proposta por Freud, depois do animismo – imagem psicológica do mundo - no qual era predominante a crença na *onipotência dos pensamentos*, dos desejos e das idéias -, seguiu a fase religiosa, na qual se passou a acreditar no poder dos deuses, mas sem abandonar a idéia de poder influenciá-los; a última fase seria a atual, científica, em que o homem tomaria consciência de sua impotência em relação à morte e a alguns fenômenos naturais, porém, ainda nessa fase, resistiria uma crença no poder da mente humana.

Uma analogia do desenvolvimento libidinal do sujeito com o desenvolvimento da visão humana do universo, poderia ser travada a partir do desenvolvimento do conceito de narcisismo. Comparando a fase animista com a fase narcisista do sujeito, onde os instintos sexuais reunidos são dirigidos não a um objeto externo, mas ao próprio ego, a fase posterior seria a religiosa, de escolha do objeto em função da ligação da criança com os pais; a última fase, a científica, o sujeito atingiria a maturidade, renunciando ao princípio de prazer, em favor do princípio de realidade, escolhendo o objeto de seus desejos no mundo externo. O único campo onde ainda sobreviveria a onipotência dos pensamentos seria na arte, segundo o autor.

Nesse ponto, parece necessário tentar entender porque o homem renuncia à onipotência total de seus pensamentos em função da criação dos espíritos. A morte parece ter papel fundamental nessa renúncia e a reflexão em relação a ela - a projeção do conflito interior (o posicionamento do sobrevivente diante da evidência da morte) para o exterior (os espíritos) - é que parece ter sido o primeiro reconhecimento da Necessidade – *ananké* - em prejuízo do narcisismo humano, ainda que esse reconhecimento tenha se dado através de uma suposta negação da morte. A superstição, então, representaria um avanço da repressão, no sentido em que o poder dado aos espíritos limita a ‘onipotência dos pensamentos’.

Existiria no ser humano uma função intelectual que exige unidade, conexão e inteligibilidade de qualquer percepção ou pensamento com o qual tem contato e, não sendo possível estabelecer uma conexão verdadeira, constrói uma falsa, ou seja, cria uma lógica falsa para dar conta do “fenômeno”. Um bom exemplo seriam os sonhos nos quais os elementos fundamentais são os pensamentos oníricos que têm sua dinâmica própria – significado, conexão e ordem; esses são substituídos pela lógica do que é lembrado por nós do conteúdo manifesto do sonho e que tem ordem diferente da original, sendo uma reorganização dos elementos do sonho para que possa produzir algum tipo de compreensão, dando assim, um novo significado ao sonho.

Freud faz aqui dois movimentos com a analogia entre o social e o individual; ele nos fornece a visão de que o desenvolvimento social é determinado pelo desenvolvimento psíquico individual, ou seja, é constituído pelo mesmo material de uma suposta natureza humana e seguindo seus mesmos estágios de desenvolvimento. No entanto, ele também sugere que “a realidade social é fruto do esforço coletivo e portanto diferente, por natureza, do imaginário individual.”⁷ O animismo se articula “em um sistema de ritos e crenças, cristalizado em instituições que ultrapassam a esfera da psique e se materializam sob forma própria, que junto com as demais instituições sociais relevam do “esforço coletivo” e determinam as ações da comunidade considerada.”⁸ Quando admite que a morte introduza formas sociais de relação do sobrevivente com o morto, o autor

⁷ Mezan, Op. Cit., p. 370/371.

⁸ Mezan, Op. Cit., p. 372.

aponta para diferenças entre social e individual através da introdução de rituais do luto, do enterro e dos tabus ligados ao morto. Freud aponta, também, para a importância da linguagem na socialização humana, quando afirma que a projeção dos processos psíquicos para o exterior só termina, mesmo que em parte, com a invenção da linguagem abstrata.

Na quarta parte do texto - *O retorno do totemismo na infância* - o autor vai buscar a origem das religiões – do totemismo - advertindo que talvez a origem encontrada não seja a única ou a mais relevante, mas que, ainda assim, é a mais importante do ponto de vista da Psicanálise.

O totem, sendo reverenciado por um grupo de mulheres e homens do mesmo clã, e que se denominam pelo nome do totem, crêem terem o mesmo sangue por terem um ancestral comum, sendo ligados, além disso, pela fé e por obrigações comuns; dessa forma, o totemismo representaria tanto uma religião como uma organização social.

Acreditando descenderem de um ancestral comum ele e o totem, o homem primitivo cria como tabu, matar, caçar e comer o animal totêmico; algumas vezes mesmo tocar, olhar ou mencionar o nome do totem se torna tabu, sendo sua violação punida com doença grave ou a morte. Quando há necessidade da morte de um animal totêmico, isso é feito através de cerimônias de expiação. Em troca, o totem deve proteger e cuidar do clã. Por sua vez, os membros do clã são considerados irmãos e irmãs devendo ser solidários entre si, e a restrição social principal é o tabu de manterem relações sexuais entre si, tendo como consequência a exogamia. Concluindo que o totemismo constituiria uma fase primitiva em toda cultura, Freud se achou instigado em desvendar sua natureza essencial. Porém, sabe e adverte sobre a distância histórica da origem do totemismo e sobre suas distorções e adaptações mesmo entre os selvagens, o que permite apenas lançar hipóteses, já que a observação é impossível, sobre as questões que envolvem o totemismo.

Freud faz uma análise de várias das teorias que tratam de questões referentes ao totemismo para chegar à conclusão de que nenhuma delas, até o

momento, havia dado uma explicação convincente para a questão da exogamia e do horror ao incesto.

Para contestar várias dessas teorias – como uma tendência natural à aversão ao incesto ou preocupações biológicas com a realização de relações incestuosas -, nosso autor, afirma que não haveria necessidade da criação de leis que visassem reforçar um instinto humano; ao contrário, só é necessário produzir leis que visem à proibição de fortes tendências existentes no ser humano. O desejo por manter relações incestuosas seria assim, uma forte tendência da humanidade e, para impedi-la seria necessária a criação de leis – tabus. E a justificativa para a criação de tais leis seria que a livre realização desses instintos que são controlados pelas leis, poria em risco os interesses e a sobrevivência da própria civilização. Para reforçar ainda mais seu argumento, Freud evoca as descobertas da psicanálise de que os desejos incestuosos cumprem um importante papel na infância, para o desenvolvimento do sujeito, e que a forma como esses desejos são reprimidos na criança podem levá-la a desenvolver, na vida adulta, as neuroses.

A hipótese freudiana, então, é de que o totemismo tem origem no Complexo de Édipo, já que o totem é ancestral do clã representando o pai. E o indício que utiliza para confirmar essa hipótese é a refeição totêmica descrita por Robertson Smith, entre as tribos beduínas do Sinai. Tanto na refeição totêmica, como nas fobias de animais, desenvolvidas na infância, o animal representa o pai.

Para tentar chegar, então, à origem do horror ao incesto, Freud cria seu mito científico evocando a teoria de Darwin, aplicada aos humanos por Atkinson, sobre a existência de hordas ou grupos primitivos relativamente pequenos, onde um macho dominante impedia a liberdade sexual no grupo, gerando ciúmes por parte dos outros machos. Apenas o macho dominante da pequena comunidade tinha acesso sexual às fêmeas, sendo os outros machos, seus filhos, proibidos de manter relações sexuais com essas fêmeas. Quando jovens, os outros machos do grupo eram expulsos, sobrando a eles, como única opção para ter relações heterossexuais, o rapto de fêmeas de outros grupos, possibilitando, dessa forma, a constituição de novas hordas tendo, cada uma delas, como macho dominante,

um dos machos expulsos da antiga horda, que reproduziriam o exemplo do macho, seu pai, que os baniu. Essa proibição incestuosa primeva teve, então, como conseqüência a exogamia. O totemismo, posteriormente, modificaria essa regra para a proibição de relações sexuais dentro do grupo inteiro pertencente ao mesmo totem.

Fazendo uma analogia entre a relação das crianças com o homem primitivo, Freud traça uma relação entre o deslocamento de sentimentos relativos ao pai para os animais, através das fobias infantis, o que estaria profundamente relacionado com a atitude do homem primitivo em relação ao totem, ainda que com uma certa inversão. O autor tem como uma de suas premissas que, no início, todos os totens deveriam ser derivados de animais. Através da análise esse deslocamento poderia ser explicado. Na luta entre os sentimentos ambivalentes em relação ao pai, a criança ameniza o conflito deslocando os sentimentos hostis derivados da competição com o pai pelo amor da mãe, para algum animal que tem o papel de ser o substituto do pai. Ocorre que os sentimentos de admiração e amor são também transportados para o novo objeto, o animal, o que acaba por reproduzir a ambivalência relativa ao pai; só que aqui, os sentimentos hostis podem ser vividos pela criança sem culpa, ou com menos culpa e medo de perder o amor paterno, do que quando direcionados diretamente ao pai.

Nas sociedades onde havia, ainda na época de Freud, aproximações com o totemismo, seus seguidores identificavam o totem como seu ancestral e pai primevo. Partindo dessa identificação, a Psicanálise analisa os dois mais importantes tabus – os dois primeiros preceitos morais; relacionados ao totem: a proibição de matar o animal totêmico e a proibição de relações sexuais dentro do grupo totêmico – com os dois crimes da Tragédia de Édipo – matar o pai e casar com a mãe – e com os desejos primários das crianças. Seriam, então, o totemismo, a Tragédia de Édipo e os desejos infantis, todos governados pelos sentimentos ambivalentes envolvidos no Complexo de Édipo que seria, também, o núcleo de todas as neuroses.

Tendo introduzido essa primeira relação do complexo de Édipo com o totemismo - primeira das religiões - o autor, parte para a compreensão do

significado do sacrifício nas religiões, para tentar estabelecer entre elas e o totemismo uma relação quanto a esse fenômeno. Parte do pressuposto que provavelmente no início os sacrifícios eram oferecidos apenas com a carne e o sangue de animais – só posteriormente, foram introduzidos vegetais -, sendo desfrutados pelo deus e por seus adoradores, constituindo-se, assim, numa obrigação social, pois os sacrifícios eram acompanhados de cerimônias festivas das quais todo o grupo participava e representavam a dependência mútua entre o deus e os seus súditos. Comer e beber juntos tinham a significação de união do grupo. Esse ritual deveria ser repetido como forma de reafirmar os laços sociais através do ato de compartilhar a refeição totêmica. Um derivado da refeição totêmica poderia ser observado hoje, no ato de comungar do cristianismo.

O sacrifício do animal totêmico, só seria permitido em ocasiões especiais e, como vimos, teria a função de reafirmar os laços sociais de uma comunidade ou grupo, sendo proibida a sua morte no cotidiano e por um único membro do grupo; nessas ocasiões especiais, a morte do animal só seria legítima quando todo o grupo partilhasse da refeição, ou seja, dividisse a culpa por sua morte. O animal era considerado como parte integrante do grupo, como semelhante, e partilhar sua carne e seu sangue significava receber parte de suas qualidades, identificar-se com ele – com o deus que ele representava - e com os demais membros grupo. Em seguida, haveria o luto pela morte do animal; o que parece contraditório - a alegria da festividade que envolve a morte do animal e o luto por ela - representa, na verdade, a relação ambivalente de sentimentos direcionados ao pai já que o animal totêmico é o substituto do pai. O sacrifício seria, portanto, uma característica importantíssima da religião totêmica e, como veremos, de várias religiões criadas posteriormente.

Partindo de tudo o que foi observado até aqui, a hipótese freudiana do surgimento da sociedade é construída, ou seja, o seu mito científico. Um dia, os machos expulsos do grupo pelo pai dominador resolveram se unir e assassinar o pai comendo, em seguida, sua carne. Fazendo isso adquiriram parte de sua invejada força e de seu poder, identificando-se com ele. A refeição totêmica seria,

então, uma representação do assassinato do pai primevo que deu origem à organização social, às restrições morais e à religião.

Realizada a morte do pai, impulsionada pelos sentimentos de ódio e inveja do pai, vieram à tona os sentimentos de amor e admiração por ele, transformados em culpa e remorso. A partir da culpa, os filhos introduziram a proibição da morte do pai – representado pelo totem – e a proibição de possuir as mulheres do grupo, instituindo a exogamia e a relação com os outros grupos. Tornaram-se, dessa forma, crimes os dois atos mais desejados pelo homem primitivo – o parricídio e o incesto – fundados na culpa pelo assassinato do pai primevo.

A vida em sociedade se tornaria impossível caso não se optasse pela proibição do incesto, já que todos os irmãos disputariam e reivindicariam tomar o lugar do pai morto. Para que pudessem viver juntos, foi necessária essa renúncia ao desejo de cometimento do incesto, em favor do convívio social. Ora, foi essa associação que os fez adquirirem a força necessária para derrotar o pai; abrir mão dela seria inaugurar a luta e a morte infundáveis entre os machos pela sucessão do pai. Um período de desordem desse tipo provavelmente existiu por um determinado período, o que os levou a optar por essa renúncia. A real possibilidade do assassinato fez, também, com que todos os irmãos se comprometessem a não tratar os outros como o pai fazia, instaurando, dessa forma, também a proibição do fratricídio, sendo esta origem do mandamento, posteriormente adotado, 'não matarás'. A origem da moralidade estaria nas necessidades dessa nova sociedade baseada na fraternidade, e na penitência pelo crime cometido.

O recurso ao totemismo parece ter representado uma tentativa de reconciliação com esse pai assassinado - em troca de proibir a repetição desse ato ele lhes daria proteção paterna, divina. Foi dessa forma, que teria sido possível esquecer o crime que realmente originou o totemismo. A primeira religião surgiu, assim, do sentimento de culpa pelo parricídio e da necessidade de apaziguar o pai através da obediência. Todas as religiões que se desenvolveram posteriormente, teriam o mesmo sentimento de culpa como origem. Como, em relação ao pai, o que sempre houve foi a ambivalência de sentimentos; as

festividades envolvendo a refeição totêmica representariam na verdade mais do que o sentimento de culpa pela morte do pai, observado no luto, mas também o sentimento de satisfação com a vitória dos filhos sobre o pai, representando, portanto, os vários sentimentos, em relação à figura paterna.

O animal totêmico teria sido o primeiro substituto do pai. Em seguida, com o surgimento da idéia de Deus, o segundo substituto do pai, recuperou-se a idéia da semelhança física entre Deus e o humano; essa maneira de caracterizar o novo substituto do pai estaria ligada à saudade do pai que começou a ser sentida com o passar do tempo, daí a construção de uma figura – Deus ou deuses - com poder absoluto, semelhante ao poder que tinha o pai primevo, e a vontade de submeter-se a esse poder, deixando de lado a igualdade, na qual foi fundada a sociedade fraterna. Recuperou-se dessa forma, não apenas na religião, mas também na organização social baseada no patriarcalismo, o poder atribuído ao pai, sendo a família, uma representação desse poder do pai na horda primeva, que garantiu ao pai apenas parte dos antigos direitos. Posteriormente o sistema patriarcal foi estendido ao Estado.

O próprio cristianismo daria as pistas para a sua origem: se o filho, Cristo, teve que dar a própria vida para redimir os irmãos do pecado original, esse pecado só poderia ter sido um assassinato, o assassinato do pai, do Deus e, só com a morte esse pecado poderia ser expiado. O filho, além de dar sua vida como expiação do crime, também renunciava ao incesto, renunciando às mulheres. Mas, com sua morte, o próprio filho tornou-se Deus, em lugar do pai. Desse deslocamento do pai, também ocorreu o deslocamento do sacrifício que, da refeição totêmica, passou a representar a comunhão da carne e do sangue do filho na eucaristia cristã. A religião cristã constituiu um novo assassinato do pai, pondo um filho em seu lugar, o que não foi possível fazer depois do assassinato primevo; representando assim, o desejo dos filhos de tomar o lugar do pai, porém, nunca realizando plenamente os desejos instintivos, pois, no cristianismo, o filho ocupa o lugar do pai, mas, adere ao celibato.

Partindo-se da hipótese freudiana de que o início da organização social, das restrições morais e da religião se deu a partir da morte do pai primevo, e as

religiões que se seguiram ao totemismo, bem como as mudanças na organização social e mesmo na moralidade, têm base no mesmo acontecimento, ainda que, sofrendo inúmeras deformações com o passar do tempo, surge a questão de saber como esses sentimentos ambivalentes relacionados ao crime original chegaram às gerações posteriores.

Usando a analogia com os neuróticos, o autor aponta que eles reproduzem a ambivalência infantil na vida adulta, punindo-se com uma série de restrições que, na realidade, não correspondem a uma punição pelos atos cometidos por eles, mas pelos desejos de cometer esses atos; a culpa por atos psíquicos aqui, gera essas restrições concretas pela supervalorização que os neuróticos dão à sua vida psíquica, elevando-a ao nível de ações no mundo real, mas que, de fato, não chegam a se concretizar. Com o homem primitivo, ocorria outro fenômeno: os homens civilizados antes de agir passam pelo pensar; o homem primitivo que ainda não tinha um desenvolvimento psíquico igual ao do homem civilizado, agia sem pensar, seguia seus impulsos. Daí supor o autor que, de fato, o parricídio originário aconteceu e que o que explicaria a transmissão dos sentimentos ambivalentes referentes a ele, às gerações seguintes, seria uma herança genética - a filogênese.

A crítica à filogênese já foi feita por diversos autores e não cabe aqui repeti-la, até porque essa crítica, de forma alguma, anula o valor do mito construído por Freud para dar conta da origem do social e da religião, mas no decorrer do capítulo algumas observações serão feitas a seu respeito. Ainda que a filogênese tenha caído por terra, a teoria construída pelo autor contribui de maneira decisiva para entender a sociedade atual, as relações de poder nela presentes e a ação de um fator inconsciente nas ações humanas e que não segue a lógica da razão iluminista.

Num outro texto, *Moisés e o Monoteísmo*, Freud vai tratar especificamente da questão da origem das religiões monoteístas e, apesar de na ordem cronológica, esse texto não suceder *Totem e Tabu* imediatamente, as idéias nele contidas partem da reflexão iniciada nesse primeiro texto.

Muitas críticas foram feitas a *Totem e Tabu* desde sua publicação. O totemismo como etapa necessária no desenvolvimento das religiões ocidentais foi completamente refutada. Sua perspectiva evolucionista também foi superada. No entanto, ainda assim é possível retirar importantes contribuições da teoria, para refletir sobre a origem e os fundamentos da sociedade e da cultura. Colocando o Complexo de Édipo na origem da civilização, Freud afirma sua universalidade, e as críticas não acertaram a categoria do pai morto construída pelo autor.

Outra crítica diz respeito à efetividade do parricídio histórico; na teoria freudiana, ele de fato ocorreu porque, para o autor, a tradição não seria suficiente para justificar a repetição histórica do parricídio originário; é quando ele recorre à herança genética de elementos psíquicos, o que acaba por reduzir o social ao nível biológico, retirando do social a sua especificidade.

Do ponto de vista da Filosofia Política, o mito de *Totem e Tabu* que funda o social, vai de encontro às teses que visam explicar a origem da sociedade através de um contrato social que põe fim ao estado de natureza, e tentam explicar a transformação da força em direito, com o surgimento do Estado. No mito freudiano, o contrato se dá entre os filhos e o pai morto, através do totemismo; aqui eles não alienam sua liberdade, mas admitem sua culpa no crime para tornar possível esse contrato. O que inaugura o social é o parricídio, primeiro ato coletivo, mas o que torna possível a continuidade da sociedade é o contrato social fundado na culpa pelo crime e na proibição da sua repetição. Aqui não há lugar para o Estado, mas para uma sociedade fraterna e igualitária, na qual o único que detém um poder maior que o dos outros está morto - o pai - e a possibilidade de que essa sociedade permaneça unida depende de não permitir que outro reproduza a concentração de poder que o pai obteve em vida; no entanto, morto o pai, é dotado de um poder muito maior do que teve quando vivo. O parricídio originário funda não apenas a sociedade civilizada, mas também o complexo de Édipo; é a partir daqui que é instituída a repressão no inconsciente individual.

Uma característica da tese freudiana sobre a origem da sociedade é fundamental para a Filosofia Política e, a difere profundamente de teses da mesma área do conhecimento, que tentam dar conta dessa questão. Essa

característica é a introdução de um novo elemento - o inconsciente - na dinâmica social. Com isso, todas as teses que afirmam que o contrato social é fundado exclusivamente na razão tornam-se incompletas. Em Freud, é lançada luz sobre uma dimensão que segue uma lógica diferente da lógica da razão. Essa talvez seja uma das maiores contribuições que podem ser extraídas de *Totem e Tabu* para a Filosofia Política: saber que nem todas as ações humanas e sociais seguem a diretriz da razão.

Quando escreveu *Moisés e o Monoteísmo*, Freud vivia importantes turbulências na sociedade vienense (1934-1938) – desde 1934, em regimes autoritários fascista e depois nazista, o que acarretou, posteriormente, na sua ida para Inglaterra - que, de alguma maneira, o influenciara, a buscar compreender a origem do anti-semitismo que crescia assombrosamente, através da análise da origem das religiões monoteístas.

No segundo prefácio, sobre a parte final de *Moisés e o Monoteísmo* – as outras partes já haviam sido publicadas – o autor justifica o receio de publicá-la, na Áustria dominada pela Igreja Católica que defendia o fascismo e já se posicionara horrorizada com o que Freud escrevera em *Totem e Tabu*, sobre a origem das religiões, por temer uma suposta proibição do exercício da psicanálise no país. Tendo fundamento ou não, com a invasão alemã, em 1938, Freud só publica a última parte do texto na Inglaterra, país que o abrigou quando foi obrigado a deixar a Áustria por causa do nazismo.

*Moisés e o Monoteísmo*⁹ começa com uma análise da origem do nome Moisés – *Moisés, egípcio* -, partindo do pressuposto de que Moisés e o Êxodo do Egito a ele associado, de fato existiram, conforme acredita a maioria dos historiadores. O nome Moisés é de origem egípcia; daí seria fácil concluir que naquela época quem recebia um nome egípcio deveria ser também egípcio, isso apesar de nenhum historiador ter chegado a essa conclusão anteriormente. Moisés, portanto, era egípcio. A raiz do nome Moshé, como outros de origem egípcia, significaria 'filho de'.

⁹ Sigmund Freud, *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

Para apoiar sua hipótese sobre a nacionalidade de Moisés, Freud recorre à análise das lendas em que, comumente, o herói é de origem aristocrática, quase sempre um príncipe. Durante a gravidez da criança - o futuro herói - ocorre um sonho que alerta sobre a ameaça que essa criança representará ao pai; por isso a criança recém-nascida é condenada à morte ou ao abandono num cesto nas águas de um rio, por determinação do pai. O herói costuma ser salvo por um animal ou uma família humilde. Depois de adulto, toma conhecimento de sua verdadeira origem, vinga-se do pai e alcança grande reconhecimento. O herói então, nas lendas, era sempre alguém que tinha a coragem de rebelar-se contra o pai e superá-lo; o cesto na água representava o nascimento.

A lenda do nascimento de Moisés, no entanto, contradiz a maioria das lendas sobre o nascimento de heróis. No caso dele, a família da qual o herói se origina é que é a humilde enquanto que, a família que o criou é a aristocrática. Mas, na verdade, é provável que Moisés fosse, de fato, de uma família aristocrática egípcia e a lenda teria sido inventada para transformá-lo num judeu e apagar sua origem estrangeira, para assim justificar o importante papel que representou para esse povo; admitir que seu herói era estrangeiro seria um tanto constrangedor.

Essa hipótese é levantada para buscar compreender melhor as peculiaridades das leis e da religião que ele proporcionou ao povo judeu, bem como, refletir sobre a origem das religiões monoteístas. Toda a análise é construída a partir de indícios, pois não há provas maciças de que ela seja verdadeira. No entanto, adotá-la possibilita acompanhar as importantes reflexões sobre a origem das religiões monoteístas a que o autor chegou. O autor admite que seus argumentos não são sólidos; no entanto, prossegue sua análise como se assim os fosse.

Duas dificuldades surgem para adotar como verdadeira essa hipótese. A primeira seria o motivo que levou a um egípcio – o povo egípcio desprezava os estrangeiros – assumir um papel de líder de um povo que não era o seu. E ele foi não apenas seu líder político, mas seu legislador e educador. A outra dificuldade é entender que, se Moisés impôs uma nova religião ao povo judeu que já tinha a

sua, por que essa religião não foi a religião egípcia, já que a religião egípcia da época, era extremamente diferente da religião que foi imposta aos judeus, por Moisés? Na religião mosaica há um deus único, onipotente, e nenhuma imagem dele pode ser tolerada, pois, é impossível aproximar-se de sua aparência numa imagem. Já na religião egípcia havia várias divindades. A maioria dos deuses egípcios tinha a forma de animais, aproximando-se do totemismo, e eram deuses locais, o que teria relação com a antiga divisão do país em várias províncias. A adoração desses deuses era feita através de cerimoniais e amuletos mágicos. Enquanto a segunda religião estaria mais próxima das religiões primitivas, a primeira representaria um nível mais elevado de abstração e espiritualização. Uma outra e importante diferença entre as duas religiões é que a mosaica não admitia a vida após a morte, enquanto que a egípcia acreditava nela piamente. Assim sendo, a primeira vista, fica claro que a religião mosaica não era a religião egípcia, ou pelo menos a que era praticada pelos egípcios naquela época, o que enfraquece a hipótese da origem egípcia de Moisés.

No entanto, analisando a história do Egito, observa-se que na XVIII Dinastia, quando o Egito se tornou potência, mais ou menos em 1375 a. C., um rei impôs ao povo egípcio uma religião monoteísta que contrariava toda a sua tradição religiosa; segundo Freud, é a primeira notícia que se tem de uma religião monoteísta no mundo. Esse reinado foi curto, durou apenas 17 anos e, com a morte do faraó, sua religião foi também abandonada.

A justificativa para a adoção dessa nova religião estaria relacionada à expansão do Egito, que tornou possível graças à crença em um Deus que não fosse limitado nacionalmente, mas que desse conta dos novos territórios adquiridos, que fosse universal e que, à semelhança do faraó, fosse único em seu poder. Essa seria uma das razões para a adoção do monoteísmo, nesse momento. Esse Deus único era o sol mas, diferente do antigo culto ao sol - a religião de Atem - aqui ele era exclusivo. Essa nova religião foi autoritariamente imposta pelo rei. Possivelmente o povo continuou clandestinamente a praticar a antiga religião, tanto que, com a morte do rei, ela foi restabelecida e o monoteísmo abolido.

Feitas essas observações, volta a ter força a hipótese da origem egípcia de Moisés, pois a religião imposta por ele era de fato egípcia - não a religião popular praticada na época, mas uma religião antiga e que fora abolida. Para fundamentar essa origem, algumas semelhanças entre a religião mosaica e a religião de Aten são propostas, apesar de que com a morte do rei que a instaurou, quase todos os seus rastros terem sido destruídos.

As diferenças mais marcantes entre a religião egípcia abolida e a religião de Moisés estão na proibição, muito mais rígida, de qualquer tipo de imagens e na ausência de adoração ao sol, na religião mosaica. Uma semelhança é a inexistência de crença em vida após a morte, que se justificaria tomando como origem a religião de Aten que teria a necessidade de combater mais duramente e diferenciar-se da religião popular, em que o deus da morte – Osíris - era o mais poderoso. Moisés também introduziu entre os judeus o costume da circuncisão, tese contrariada pela bíblia, mas como, para o autor, a história contida na bíblia foi intencionalmente ou não muitas vezes manipulada pelos homens que a escreveram, isso não tem grande relevância. Aceitando-se a hipótese de que Moisés é realmente egípcio, não é de se estranhar que, além de introduzir uma antiga religião egípcia ele tenha também introduzido um antigo costume egípcio. Caso Moisés fosse judeu esses atos não seriam justificáveis.

É provável que Moisés fosse de família aristocrática egípcia e membro da casa real, durante o reinado que estabeleceu a primeira forma de monoteísmo. Com a morte do rei e o banimento da religião de Aten, Moisés optou por abandonar o Egito e introduzir num outro povo a religião que fora proibido de praticar. Para diferenciar o povo escolhido dos estrangeiros e aproximá-los de si, introduziu o costume da circuncisão, pois acreditava que esse costume elevava a posição de quem era circuncidado diante de outros povos. Segundo essa hipótese, o Êxodo teria acontecido quase um século antes do que está descrito na bíblia.

Porém há uma outra possibilidade, se entendermos que, dificilmente, uma religião é de todo banida apenas por imposição do novo governo; é perfeitamente aceitável que a religião de Aten possa ter resistido, sofrendo influências e

deformações, mas que tenha continuado viva, influenciando novas gerações; isso explicaria a forma a que chegou quando imposta aos judeus por Moisés, e como ele teve acesso a essa religião. Essa possibilidade colocaria a data do Êxodo mais próxima à data comumente aceita.

Em 1922, o historiador Ernest Sellin¹⁰ formulou a hipótese de que Moisés teria sido assassinado pelo povo judeu num levante contra ele e que, depois disso, a religião que ele introduziu teria sido abandonada. Depois de algum tempo, surgiu a crença entre o povo, repleto de remorso de que o líder assassinado pudesse voltar dentre os mortos, perdoá-los pelo crime e conduzi-los à felicidade.

Segundo à hipótese freudiana, um grande número de pessoas teria seguido Moisés no Êxodo do Egito, o que não é contraditório com a suposição que apenas parte da população que se tornaria o povo judeu, participou dessa experiência. Esse grupo de pessoas uniu-se posteriormente a outros grupos já estabelecidos na região entre o Egito e Canaã. Dessa união é que se formou o povo de Israel que adotaria a religião de Javé – um deus vulcânico. Mais tarde, invadiriam Canaã. O que explicaria a divisão do povo judeu no reino de Israel e no reino de Judá, foi o elemento diferenciador de parte desse povo ter vivido no Egito e participado do Êxodo e do assassinato de Moisés, e outra parte não. É suposto que Moisés tenha sido assassinado antes dessa união com as outras tribos e que resultou na constituição do povo de Israel.

Quando Moisés se uniu ao povo judeu, sendo um aristocrata, é provável que tenha levado consigo um séquito (funcionários e pessoas mais próximas), esses seriam os levitas. Quando Moisés foi assassinado, uma parte dos levitas deve ter sobrevivido, se fundido ao povo e mantido viva a sua religião, preservando assim a sua memória. Com a união aos discípulos de Javé, se teriam tornado uma minoria culturalmente influente.

Como a circuncisão vinha da parte do povo proveniente do Egito, com a união aos seguidores de Javé, teria sido feita uma conciliação entre eles, pois o costume da circuncisão foi adotado pela religião de Javé, enquanto os seguidores de Moisés aceitaram adorar a nova divindade. A religião de Javé se tornou então

¹⁰ Freud, *Moisés e o Monoteísmo*, p. 34/35.

uma religião conciliatória, unindo elementos da religião original de Javé - como a existência de vários deuses e os cerimoniais de adoração - e da religião mosaica, trazida pelos levitas. Daí a distorção segundo Freud, existente na bíblia, de que haveria sido o deus Javé o libertador do povo do Egito e não Moisés. Entre outras deformações e distorções criou-se, então, um outro Moisés na tradição bíblica, que não é o mesmo Moisés egípcio a que Freud se refere. Sua afirmação vem dos indícios da própria bíblia que ele utiliza, conforme convém à sua hipótese, e da pesquisa bíblica crítica feita por outros autores. O intuito principal dessas deformações talvez tivesse sido apagar um crime, o assassinato de Moisés, o líder e libertador do povo judeu.

Moisés foi assassinado porque introduziu autoritariamente sua religião ao povo judeu, que foi obrigado a abrir mão de suas crenças; isso provavelmente, deve ter gerado a revolta que tirou sua vida e o abandono da religião que impôs.

Passado um tempo, o povo passou a lamentar o assassinato cometido e a tentar esquecê-lo, mais ou menos na época da união à segunda parte do povo judeu, em Cades. Fundindo-se a figura de Moisés com a figura do sacerdote de Javé – fundador dessa nova religião – apagavam-se todos os traços da origem egípcia e do crime contra Moisés; apenas a circuncisão não pôde ser apagada, mas inúmeros esforços foram feitos para desligar sua origem do Egito.

Tendo imposto sua religião ao povo escolhido, o destino de Moisés não poderia ser outro que não a morte pela revolta desse povo que não se achava em condições muito diferentes em relação a sua pouca preparação, para aceitar uma religião tão espiritualizada, das do povo que causara a morte do faraó que impusera a primeira religião de Atem no Egito, e da qual derivou a religião mosaica. Como consequência do remorso sentido pelo crime, com o passar do tempo era de se esperar que inúmeras deformações fossem empreendidas para mascarar esse assassinato, mas, também, que os indícios de sua existência não pudessem ser totalmente apagados nos textos bíblicos e que, através de uma análise desses textos, junto com as descobertas históricas da época, pudesse se chegar à reconstrução desse crime; é a esse empreendimento que Freud se propôs ao escrever esse texto.

Com passar do tempo, outros homens - os profetas - continuaram a reproduzir e a manter viva a doutrina religiosa de Moisés, ainda que não fosse essa a religião praticada oficialmente, mas, gradativamente sua religião foi sendo retomada; o deus Javé foi adquirindo cada vez mais características que o assemelhavam com o Deus da religião mosaica, entretanto com algumas diferenças. Depois de muito tempo, finalmente o povo judeu sujeitava-se a religião de Moisés, após ter passado por um período de adoração de Javé.

Eram três as principais semelhanças entre a religião imposta por Moisés ao povo judeu e a adotada por eles, posteriormente: a aceitação da idéia de um deus único e exclusivo, a rejeição de cerimônias mágicas de adoração e a exigência de viver sob a ética da verdade e da justiça.

Resumindo: a primeira religião monoteísta teria sido imposta ao povo egípcio por um faraó e com sua morte a religião do deus Atem foi banida. Passado algum tempo, Moisés escolhendo os judeus como seu novo povo, impôs a eles essa antiga religião egípcia. Foi igualmente assassinado, e seu povo após unir-se a outras tribos, adotaram a religião de Javé, mantendo da primeira apenas o costume da circuncisão, mas, tentando apagar sua ligação com Moisés e o Egito. O remorso, no entanto, passou a assolar o povo judeu que, gradativamente, foi tornando a religião que praticavam cada vez mais parecida com religião mosaica, até que resgatassem suas principais características e as adotassem com sua religião. Seria a terceira aparição da religião monoteísta.

Desde *Totem e Tabu*, escrito em 1912, Freud já apontava para as mesmas conclusões a que chegou em *Moisés e o Monoteísmo*; talvez a diferença fundamental seja de que, no primeiro texto, o principal tenha sido apontar para a origem da sociedade, da primeira religião e das instituições sociais e, no segundo, para a origem das religiões monoteístas. Freud já comparava a religião a uma neurose coletiva, no primeiro texto, na qual retornavam acontecimentos importantes da história da humanidade, esquecidos com o passar do tempo.

Durante um longo tempo, após a morte de Moisés, não se encontrou resquício algum da doutrina religiosa que ele introduziu: o monoteísmo, a recusa de cerimoniais e a ênfase dada à ética. Porém a história escrita oficial não

conseguiu suprimir a história oral que se aproximava bem mais da verdade. E assim, da mesma forma fez sobreviver a história do homem Moisés e sua doutrina religiosa, através da tradição que com o passar do tempo foi se fortalecendo.

Para tentar entender esse ressurgimento da religião mosaica, Freud apela para uma analogia com a gênese das neuroses na psicopatologia individual, em que é possível encontrar características semelhantes ao fenômeno social como um acontecimento importante do passado, um período de latência e a compulsão.

As neuroses humanas individuais estão ligadas ou não a acontecimentos traumáticos (seu conteúdo é sexual-agressivo), acontecidos na infância (comumente até os cinco anos de idade); porém, só depois de um período de latência (na puberdade ou, posteriormente) é que se desenvolvem os sintomas – que podem ser positivos, visando reviver o acontecimento ou, negativos, reações defensivas, visando evitar o mesmo; essas duas tendências permanecem em conflito, na vida adulta. Essas experiências primitivas são apagadas da consciência, restando apenas resíduos em algumas lembranças.

Freud afirma que humanidade teria passado por eventos de natureza sexualmente agressiva na época primitiva, mas que foram, com o passar do tempo, esquecidas, desviadas, deformadas, e que depois de um período de latência retornaram como sintomas neuróticos, na estrutura e na finalidade. Esses sintomas seriam a religião.

Os acontecimentos traumáticos pelos quais a humanidade teria passado em sua época primitiva seriam, como demonstrados em *Totem e Tabu*, o assassinato do pai, após grande período de dominação por parte dele, que proibia os filhos de manter relações sexuais incestuosas sob a ameaça de expulsão e castração. Esse acontecimento, segundo o autor, se repetiu inúmeras vezes, durante milhares de anos e afetou a todos os homens e mulheres primitivos.

O pai exercia seu poder absoluto de forma violenta. Só ele tinha direito de manter relações sexuais com as fêmeas do grupo; quando os filhos despertavam ciúmes no pai, eram assassinados, castrados ou expulsos. Somente quando um deles conseguia raptar uma fêmea de outro grupo é que podia ter os mesmos privilégios do pai, mas distante, formando sua própria horda. Os filhos mais novos

tinham posição privilegiada podendo ser protegidos pelas mães; com a morte do pai é que um deles podia alçar-se ao lugar do macho dominante.

Vários dos irmãos expulsos e que não conseguiram formar uma nova horda para dominar, viviam em comunidade e resolveram unir-se para matar o pai e comê-lo. Ao mesmo tempo em que o pai despertava ódio e medo, também causava admiração e inveja, pois todos queriam alcançar sua posição e ser como ele. O canibalismo garantia a identificação.

Depois do parricídio, durante um longo período os irmãos viveram em luta e disputa constante para alcançar o lugar do pai. A percepção da inutilidade da luta (já que nenhum deles poderia ter o que todos desejavam sem ser ameaçado pelos outros), a afetividade surgida durante o período em que viveram juntos no exílio e a recordação do crime coletivo, em prol da libertação, os levaram após esse período, a constituir um contrato social. Renunciaram ao instinto, reconheceram obrigações mútuas e introduziram instituições invioláveis. Esse era o mais primitivo indício de moralidade e de justiça. Cada um renunciou ao desejo de ocupar a posição despótica do pai, de possuir a mãe e as irmãs. Surgia a proibição do incesto e a exogamia.

Parte do poder do pai passou para as mulheres num período de matriarcado. Como a recordação do pai permanecia, um animal foi escolhido como seu substituto. A ambivalência em relação ao pai foi transferida para o totem, ao mesmo tempo em que era adorado e protegido e reconhecido como ancestral apenas em datas especiais, era morto e comido pela comunidade para recordar o parricídio original e a vitória dos filhos sobre o pai. O totemismo era a primeira manifestação da religião na humanidade. Com as modificações culturais e sociais essa religião foi se transformando.

A primeira mudança significativa foi a substituição do animal totêmico pelos deuses, representando uma humanização do objeto adorado. A adoração de deusas provavelmente antecedeu a aparição dos deuses, posteriormente resistindo ao lado deles. Nesse período, o patriarcado teria sido restabelecido sem, porém, jamais conseguir reconquistar todo o poder que o pai primevo deteve, tendo as regras sociais como limitadoras. Os vários deuses obedeciam todos a um

deus superior. Essa passagem para o patriarcado representou um triunfo da intelectualidade sobre a sensualidade, já que a maternidade se percebe pelos sentidos, enquanto que a paternidade é apenas uma suposição baseada numa premissa e numa dedução, ou seja, o pensamento passa a ser mais importante que as impressões sensoriais.

O judaísmo, ao reconhecer um deus único e onipotente, restabeleceu parte do poder que havia sido retirado do pai com seu assassinato primevo. No entanto, o sentimento de culpa permaneceu e Paulo o identificou ao pecado original, um crime contra Deus que só poderia ser definitivamente expiado pela morte; esse crime, portanto, só poderia ter sido a morte do agora Deus, o pai primevo. Mas a lembrança desse assassinato não era consciente. Um filho, então, deveria ser morto para saldar a culpa de todos os irmãos. Na criação do cristianismo, a lenda do herói é mais uma vez reproduzida - Cristo é o herói que mata o pai de uma forma ou de outra, pois representa a culpa dos filhos que mataram e superaram o pai. O filho aqui destrona o pai, tornando-se ele mesmo um deus ao lado do Deus - na verdade, em lugar dele. Nesse sentido o judaísmo é uma religião do pai, enquanto o cristianismo uma religião do filho.

O cristianismo, de certa forma, dá um golpe no judaísmo pois, ao mesmo tempo em que destrona o pai - o filho torna-se Deus no lugar do pai -, destrói a idéia de que os judeus são o povo escolhido, deixando de lado o costume da circuncisão, marca característica que fora dada à religião de Atem pelo povo judeu; o Deus passa a ser universal.

Cristo representou o desejo de todos os filhos na época primitiva, de tomar o lugar do pai morto. Ao mesmo tempo toma para si e acaba com o sentimento de culpa de todos os irmãos. Estendendo o deus a toda a humanidade, reavivou-se um dos princípios da religião de Atem: a universalidade. Para Freud, essa universalização significou uma queda em nível cultural, já que quando grande parte da massa foi admitida, não se pôde manter o elevado nível intelectual mantido pelos judeus. Por conseqüência, introduziu-se outros elementos que contrariavam os princípios da religião mosaica (como o lugar da deusa-mãe - Maria), introduziu alguns rituais simbólicos e deu lugar a deuses do politeísmo (os

santos católicos que ocupam uma posição subalterna a de Cristo). Reintroduzir elementos mágicos e superstições significou uma inibição no progresso intelectual conseguido pelos judeus. Contudo, em relação ao retorno do reprimido, o cristianismo representou um avanço na história das religiões.

Para entender como a idéia do monoteísmo ganhou tanta força entre os judeus, deve-se levar em consideração os eventos que tornaram possível a aproximação com os acontecimentos da época primeva, que foram propiciados pela figura de Moisés, representante de uma forte figura de líder e pai. O assassinato de Moisés foi, portanto, o elemento que propiciou a rigidez da idéia monoteísta no povo judeu, enquanto que a morte de Cristo propiciou a versão do monoteísmo que deu o passo à frente, reconheceu o parricídio cometido e redimiu o povo da culpa por esse crime, através da morte do filho que significou também a superação do pai e a realização do desejo dos filhos de ocupar seu lugar de poder. Talvez o remorso pela morte de Moisés é que tenha propiciado o surgimento da idéia de um messias que viria para redimir o povo do crime que cometera. As religiões monoteístas teriam, assim, um forte vínculo com os acontecimentos das épocas primitivas.

Moisés representou o pai primevo assassinado, assim como, Cristo representou o filho que matou o pai e ocupou seu lugar, libertando todos os seus irmãos da culpa e propiciando um alcance universal da religião.

Os judeus, sem admitir o assassinato do pai – Moisés, Deus – foram recriminados pelos cristãos que também mataram o pai, mas que, tendo admitido isso, alcançaram a absolvição. A perseguição contra os judeus teria também outras justificativas: segundo Freud, uma delas seria a própria necessidade dos grupos de hostilizarem as minorias diferentes para manterem sua coesão. Outra importante razão seria a intolerância com sua tenacidade e resistência à opressão, com o histórico de perseguições não foi possível exterminar o povo judeu, sendo capazes de dar contribuições culturais onde quer que vivam. A razão mais profunda para o ódio ao judeus, segundo Freud, seria o ciúme, não superado ainda, pela escolha dos judeus como o povo - o filho favorito -, pelo pai. Além disso, o sinal da circuncisão representaria uma lembrança antiga do risco de

castração e de parte do passado primitivo que foi esquecido. Um motivo ainda seria o deslocamento de um ressentimento contra a religião cristã, imposta pela força em várias situações históricas, para o judaísmo, de onde se originou o cristianismo.

O próprio Freud apresenta algumas das dificuldades e limitações de sua análise. Uma delas seria o fato de sua analogia entre os neuróticos e as religiões monoteístas dar conta apenas dessas religiões estudadas, tendo deixado de lado outras religiões, segundo ele, por desconhecer detalhes relevantes delas; outra dificuldade é a tradição não ser suficiente para trazer à tona elementos dos acontecimentos da época primeva que justificassem sua presença nas religiões. A solução dada pelo autor é de que o ser humano, em grupo, traria traços mnêmicos das épocas mais remotas em seu inconsciente coletivo. Nos neuróticos, um acontecimento relevante da infância, não acessível à consciência, mas que produz sintomas, pode ser lembrado através da análise. O acontecimento reprimido também pode retornar nos sonhos, nos atos falhos, durante o processo de puberdade ou se ocorrem impressões ou experiências semelhantes ao que foi reprimido. Sempre que retorna à consciência, o reprimido aparece através de deformações, devido à resistência. O que Freud sugere é que os acontecimentos reprimidos podem não ser somente os acontecimentos ocorridos na infância, mas também no parto ou mesmo em épocas primitivas, em que o indivíduo não viveu; seriam a herança filogenética, traços de memória de eventos arcaicos. Essa hipótese, é claro, já foi há muito derrubada, apesar de Freud nunca ter admitido sua inconsistência.

Na sociedade, essas recordações viriam à tona se o acontecimento fosse muito importante e, ou se houvesse várias repetições desse acontecimento. A morte de Moisés e a morte de Cristo seriam uma espécie de repetição da morte do pai primevo; essa repetição é que teria possibilitado a rememoração parcial dos acontecimentos primevos, como a admissão da morte de Deus, também sob deformações. Se, para Freud, a herança filogenética não fosse considerada, a compulsão observada na religião não poderia ser explicada, pois se passados apenas pela tradição, esses elementos não causariam tanto fascínio.

Nesse texto, o autor faz também uma análise dos acontecimentos que propiciaram ao povo judeu ser o único, dos que viveu em torno da bacia do Mediterrâneo na Antiguidade, que sobreviveu apesar de todos os infortúnios que foram obrigado a enfrentar e de suas características peculiares.

O povo judeu teria uma auto-estima muito elevada, uma boa imagem de si próprio e otimismo. A razão seria que eles, de fato, acreditam ser o povo escolhido de Deus. A força para enfrentar as perseguições também viria daí, pois o filho predileto não se surpreende com o ciúme dos outros irmãos, e o responsável por introduzir essa elevada auto-estima nos judeus teria sido Moisés, responsável ainda, pela hostilidade dirigida a eles pelos outros povos. Claro que o surgimento do monoteísmo também se deveu às relações entre diversas nações e ao grande império, razões que não impedem reconhecer a importância do homem Moisés nessa gênese.

Duas foram as características fundamentais que marcaram Moisés, sua personalidade e a idéia que ele representou para o povo judeu. A idéia se relaciona com o desejo das massas - fica referida ao papel de pai. Indispensável dizer que, para Freud, a massa necessita de uma autoridade que provoque admiração, sujeição e medo; é a necessidade de um pai. Um grande homem, portanto, é aquele que representa uma figura paterna. Porém, o povo judeu não estava preparado para a idéia monoteísta que Moisés impunha autoritariamente naquele momento - a idéia de ser um povo escolhido por ele, a quem idealizavam como um próprio deus. Essa idéia era forte demais e, por isso, assassinaram Moisés a quem reconheceram como pai, pois, o admiravam e temiam; só muito tempo depois de seu assassinato - um período de latência - foi que se submeteram a ele e adotaram o monoteísmo, graças a incansáveis homens que mantiveram viva a idéia do monoteísmo introduzida por Moisés, porque acreditavam ser parte de um povo realmente especial, escolhido por Deus, através de seu representante - Moisés.

Além da idéia de ser um povo escolhido por Deus – o que proporcionou a grande auto-estima desse povo -, Moisés deu ao povo judeu uma concepção de Deus muito maior da que se tinha até então – adorando a esse Deus, tornava-se

também parte dessa grandeza, gerando um grande orgulho. Mas uma característica, para Freud, foi fundamental, na diferenciação entre o povo judeu e outros povos – o grande impulso intelectual. Essa característica se derivaria da proibição de fazer imagens de Deus. Ou seja, a certeza da existência do deus mosaico não se daria pelo atestado dos sentidos (nesse caso a visão), mas através de uma imagem abstrata desse deus. Isso representaria uma vitória da intelectualidade sobre os sentidos; uma renúncia à uma pulsão, que também significaria uma passagem da mãe ao pai; o deus Aton era a divindade mãe do faraó.

Uma renúncia pulsional poderia dar-se de duas formas, segundo o autor. A primeira delas se daria quando o ego percebesse que a satisfação da pulsão, por uma ameaça externa, poderia causar um dano a ele – ego. Não satisfazer essa pulsão, nesse caso, causaria desprazer e uma tensão, e essa tensão só diminuiria com o deslocamento de energia psíquica. No entanto, uma outra instância psíquica, o superego, absorvendo parte das inibições impostas pelo mundo externo, provocaria uma repressão interna; assim sendo, a obediência a uma demanda do superego geraria desprazer mas, simultaneamente, certa satisfação substitutiva, ou seja, prazer.

A religião que se iniciou com uma renúncia pulsional, posteriormente acaba por evoluir para outras renúncias pulsionais, restringindo a liberdade sexual. O Deus, elevado a uma perfeição ética, impõe que seus filhos vivam de acordo com a ética da justiça e da virtude, o que representa uma limitação instintual. A renúncia pulsional tornou-se, então, característica fundamental da religião. O próprio totemismo já apresentava regras de conduta social e de moralidade relacionadas às renúncias pulsionais, no que se refere à exogamia, à renúncia ao incesto, à renúncia ao desejo de matar o totem – pai.

Tudo o que é sagrado, que não tem uma base racional na religião - como a proibição do incesto - segundo Freud, está relacionado aos privilégios do pai primevo e é, portanto, sacralizado e proibido.

Moisés quando introduz o costume da circuncisão, introduz uma parente da castração, e quem a ela se submetesse propunha-se uma renúncia pulsional, em função da vontade do pai.

Em relação à ética, parte de suas obrigações se relacionaria à garantia de proteção dos direitos dos indivíduos contra a sociedade, dos direitos da sociedade contra os indivíduos e dos direitos dos indivíduos contra outros indivíduos; mas a parte da ética que não é explicada racionalmente e relaciona-se à religião, está vinculada à vontade do pai.

Já no final do texto o autor propõe que, na realidade, todo o processo que envolveu o homem Moisés, foi uma repetição de algo que já havia ocorrido nas épocas primevas da humanidade e que tinha deixado traços de sua existência na mente humana mas, não de forma consciente.

Segundo o autor, os indivíduos vivem acontecimentos na primeira infância que, apesar de não voltarem à consciência, são capazes de produzir efeitos compulsivos na fase adulta. Fazendo uma analogia com a história da humanidade, o autor supõe que acontecimentos da época primeva, ainda que não venham à consciência coletiva, produziram efeitos de repetição compulsiva na história, mesmo que de maneira deformada. A idéia de um Deus único seria uma dessas compulsões.

Após a morte do pai primevo e de um período de combinação entre um clã fraterno, o matriarcado, a exogamia e o totemismo, iniciou-se um processo de 'retorno do reprimido', do crime primevo cometido contra o pai. Cada nova geração herdava essas lembranças em sua mente, de forma filogenética. Esse retorno se deu de forma lenta - um indício seria a superação do matriarcado pelo patriarcado apesar de o pai jamais ter recuperado o poder e os privilégios gozados pelo pai primevo. Outro foi a lenta transformação do deus, de animal totêmico para a forma humana, passando por vários estágios de desenvolvimento até chegar a um Deus único e representar o poder do pai primevo. Só o êxtase religioso seria capaz de reviver na vida adulta toda a intensidade dos impulsos emocionais vividos na infância. Isso explica a grande devoção pela idéia monoteísta. No entanto, a ambivalência em relação ao pai, também tem seu lugar na história das religiões, o

que causou o assassinato de Moisés. Um enorme sentimento de culpa foi mantido pelos profetas que mantiveram viva a memória da religião monoteísta. Como reflexo desse sentimento de culpa pelo crime cometido contra o pai, cada vez mais foram tornados estritos os mandamentos religiosos, ou seja, impuseram-se mais novas renúncias pulsionais em nome do sentimento de culpa.

Paulo, um judeu, foi o primeiro a admitir o crime cometido contra o pai como a razão para a infelicidade do povo que, no entanto, foi deformado como sendo o pecado original; porém o fato de um filho ter que dar sua vida para a redenção de todos os irmãos, deixa implícito que esse crime tenha sido o assassinato do pai. O cristianismo, redimindo a humanidade do crime cometido contra o pai, ainda assim livra-se dele, colocando o filho em seu lugar e introduzindo aspectos que deformaram o monoteísmo estrito. Parte do povo judeu aceitou a nova religião; a outra parte, é a que ainda é chamada de judeus e, por não reconhecer o assassinato do pai, é culpada pela outra parte - pelo assassinato do deus; carregam ainda a culpa que foi expiada, pelos cristãos, com a morte de Cristo.

A filogênese adotada por Freud para resolver as questões que envolvem o parricídio originário e sua repetição na história e no Complexo de Édipo, acaba por tornar a história como o palco do retorno do reprimido, que se aproxima cada vez mais desse evento fundador. Para Freud, o que define a sociedade é a recordação do parricídio originário, ainda que essa recordação seja reprimida. Tendo tudo origem num crime primevo, e a realidade sendo a reprodução ainda que deformada e reprimida dos sentimentos envolvidos nesse evento, faz com que a história da humanidade seja apenas a repetição deformada de um evento fundante do passado; assim sendo, o social nada tem de espaço criativo, no qual formas de viver são inventadas, onde conflitos são travados, onde há dominação - estará constantemente vinculado ao retorno do reprimido. É inegável a contribuição freudiana para o entendimento de fenômenos sociais a partir do reconhecimento da existência e da ação do inconsciente; no entanto, a sociedade não é composta única e exclusivamente pelo inconsciente.

Castoriadis, por exemplo, define o social-histórico como dotado de auto-alteração permanente, como ‘sociedade instituinte’;¹¹ é essa a dimensão do novo, que não é determinada pela natureza psíquica ou pela herança de um crime original, que não é reconhecida por Freud. Isso, no entanto, não impede que a análise do social seja enriquecida, e muito, pela introdução da instância do inconsciente, na dinâmica da sociedade.

Totem e Tabu é a criação de um mito para explicar a origem da sociedade civilizada e de suas instituições, além de colocar a categoria psicanalítica do pai morto. Já *Moisés e o Monoteísmo*, afirma a redução do social ao psíquico, insistindo na hipótese de que traços mnésicos do crime primevo são transmitidos hereditariamente, e responsáveis pelo desenvolvimento das religiões monoteístas.

Isso responde, então, à questão de como surgiu o povo judeu e sua peculiaridade, usando a mesma lógica de *Totem e Tabu*; Moisés - o pai - criou o povo judeu e, as circunstâncias do seu assassinato, determinam toda a história posterior desse povo que é, na realidade, uma repetição do crime primevo contra o pai que originou a sociedade civilizada e suas primeiras instituições, o que torna a história palco do retorno, ainda que deformado, do reprimido – o parricídio originário. O povo judeu teve a peculiaridade, segundo Freud, de confrontar duas vezes com o ato fundador da civilização.

Nas religiões, a submissão teria um papel fundamental, pois o retorno do pai num povo escolhido causou uma sensação de êxtase nesse povo, o que possibilitou renúncias pulsionais cada vez maiores, até chegar-se aos mandamentos religiosos, cuja submissão faz expiar a culpa e neutraliza-a ao mesmo tempo. Na religião judaica não haveria espaço para a ambivalência de sentimentos em relação ao pai, somente de exaltação, enquanto que o cristianismo vem para expulsar o pai e colocar o filho em seu lugar. Admitir a culpa pela morte do pai redimiu os cristãos.

¹¹ Mezan, Op. Cit., p. 631.

2- O ser humano em sociedade: uma guerra entre Eros e Thânatos.

No presente capítulo será feita uma discussão acerca de como Freud percebe o homem vivendo na sociedade que criou. Para essa discussão utilizaremos três dos seus textos, a saber: *Além do Princípio do Prazer*, onde introduz os conceitos de *pulsão de morte* e de *compulsão à repetição*, importantes para compreender a agressividade direcionada pelos sujeitos à civilização; *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, em que observa o comportamento dos sujeitos quando inseridos em grupos psicológicos, e *O Futuro de uma Ilusão*, em que analisa as razões de as idéias religiosas terem tanta influência na sociedade de sua época.

Cabe deixar claro aqui a significação do termo 'civilização' na teoria freudiana, que é utilizado como sinônimo de cultura, já que, para Freud, tanto a dimensão da vida material – bens necessários à vida - como a dimensão espiritual – como a arte, o direito, a filosofia, a ciência e a religião – constituem juntas tudo aquilo que diferencia os homens dos animais.

Em *Além do Princípio do Prazer*¹², publicado em 1920, Freud admite que na esfera psíquica existe uma constante tensão que gera desprazer e, em contrapartida, há uma forte tendência da mente em diminuir essa tensão reduzindo, assim, o desprazer e produzindo prazer - esse seria o *princípio do prazer*. Assim sendo, quanto mais tensão, excitação psíquica, maior o desprazer; quanto menor a excitação, maior será o prazer sentido psiquicamente.

A hipótese de que o aparelho mental se esforça por diminuir ou manter estável a tensão é que leva a crer numa tendência ao *princípio do prazer* no curso dos processos mentais. Entretanto, há algumas circunstâncias que impedem os processos mentais de chegarem ao seu objetivo - o prazer. É uma tendência e não preponderância porque, se o *princípio do prazer*, de fato dominasse a vida mental, a maior parte dos processos mentais deveria conduzir ao prazer, o que na prática não se verifica. Dessa forma, *tendência* é o termo mais apropriado.

¹² Sigmund Freud, *Além do Princípio do Prazer*, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

Sendo o *princípio do prazer* um método de funcionamento mental primário, ele acaba sendo ineficaz já que, por vezes, alcançar esse prazer poderia colocar em risco a preservação do organismo, ou seja, em função da necessidade de autopreservação do ego, o *princípio do prazer* sai de cena para dar lugar ao *princípio de realidade*. Esse último princípio também busca o prazer, mas sempre colocando como prioridade a autopreservação e, com isso, adiando a obtenção da satisfação, mesmo admitindo, por algum período, o desprazer. O *princípio de realidade*, portanto, ainda que contrarie o *princípio do prazer*, em alguma medida, age em função da preservação e, assim sendo, a favor do *princípio do prazer*.

Na esfera psíquica vários impulsos pulsionais tentam atingir sua satisfação; no entanto, o ego enquanto se desenvolve, acaba por reprimir ou recalcar alguns deles, já que sua satisfação poderia entrar em conflito com a satisfação dos outros impulsos que não foram reprimidos ou completamente reprimidos. As *pulsões*¹³ *sexuais* seriam as mais difíceis de manter reprimidas e, em algum momento, parte delas pode romper a barreira da repressão e alcançar sua satisfação direta ou substitutiva, e, no entanto, ela poderá ser sentida pelo ego, como desprazer. É um prazer que o ego não permite que seja sentido como tal.

Através do estudo dos traumas de guerra e das neuroses traumáticas não associadas à guerra, o autor segue sua análise. Nesse sentido, ansiedade seria uma espécie de proteção, de preparação contra o susto, na medida em que, enquanto o organismo espera o acontecimento, ainda que não tenha total previsão de sua forma, ele deixa de ser suscetível ao susto, à falta de previsão do perigo - o que de fato, causaria o trauma.

Os sonhos dos pacientes com neurose traumática, comumente repetem a experiência do trauma, fazendo com que o paciente reviva os sentimentos que viveu no trauma. Isso aparentemente contradiria a função comum dos sonhos que é a realização dos desejos.

Para tentar entender uma suposta tendência masoquista do ego, observada nos sonhos desses neuróticos, o autor faz uma comparação com os mecanismos da primeira infância, mais precisamente, através da observação de uma

¹³ As pulsões seriam *energias psíquicas de cujo conflito nascem as atividades mentais e emocionais*. In: Renato Mezan, *Freud: a conquista do proibido*. São Paulo: Atelier editorial, 2003.

brincadeira de criança¹⁴. A brincadeira consistia em, repetidamente, arremessar objetos para longe e tentar em seguida recuperá-los. A interpretação feita foi de que o menino repetia o trauma da perda da mãe, ou seja, da sua separação, quando ela tinha que sair de perto dele, com o intuito de reproduzir o prazer recuperado com a sua volta, representado na recuperação dos objetos. No entanto, nem sempre era possível recuperar o objeto - mãe, o que não impedia a repetição da brincadeira. A criança fazia uma renúncia pulsional ao permitir que a mãe se fosse sem protestos e, para lidar com sua renúncia, reproduzia a situação na brincadeira. É inegável que a partida da mãe causava sofrimento, mas reproduzir a situação que gerava o sofrimento poderia dar certa satisfação por dar controle da situação à criança que, na brincadeira não era surpreendida pela ausência inesperada da mãe mas, 'controlava' os eventos. Dessa forma, o sofrimento já que inevitável, poderia ser menor quando a própria criança determinasse quando a mãe – representada no objeto lançado - se ausentaria.

Uma outra interpretação poderia ser a de que o menino, na brincadeira, era quem mandava a mãe (representada pelo brinquedo) embora, para vingar-se dela por conta de sua partida e ter assim, o controle da situação; era ele quem a mandava embora e não ela quem ia. Com isso, o autor quer nos mostrar que a repetição de eventos desprazerosos pode, no final, ser uma forma de buscar prazer através da adoção de uma postura ativa e não mais passiva em relação ao evento traumático.

Partindo para a analogia com os neuróticos, o autor chega à *compulsão à repetição* que surgia durante a análise desses pacientes, e que nada mais era do que a repetição de um conteúdo reprimido que não podia ser de todo lembrado, sendo assim reproduzido como se fosse uma experiência inédita, mas que, na verdade, remontava na maior parte das vezes à uma experiência sexual da infância, relacionada ao complexo de Édipo. A *compulsão à repetição* estaria relacionada à parte do conteúdo reprimido que permanece inconsciente.

O ego cria resistências a esse conteúdo reprimido – a *compulsão à repetição* é uma delas - que, se lembrado, poderia causar desprazer; o que a

¹⁴ A criança em questão é um dos netos de Freud que tinha um ano e meio de idade e que ele teve oportunidade de observar enquanto ele seus pais viveram em sua casa.

análise tenta fazer é buscar uma certa tolerância a esse reprimido em função do *princípio de realidade*.

A *compulsão à repetição* também pode ser verificada nas pessoas comuns; por exemplo, naquelas que repetem o mesmo tipo de fracasso em determinadas experiências, e não se dão conta de que elas mesmas são as responsáveis por esse desfecho. Isso significa que a *compulsão à repetição* seria uma tendência até mesmo maior que a tendência ao *princípio do prazer* ou que, ambas as tendências, disputariam espaço no aparelho psíquico.

Psiquicamente, qualquer estímulo externo é sentido como prazer ou desprazer; no entanto, quando o desprazer é aumentado por excitações internas ao aparelho psíquico, o aparelho trata-o como um estímulo externo constituindo um escudo, ou seja, uma defesa contra essa excitação. Essa seria a projeção.

Qualquer estímulo externo, forte o suficiente para romper essa defesa, é considerada uma excitação traumática. Quando um trauma ocorre, acontece um grande dispêndio de energia para colocar todas as defesas em funcionamento. Ao mesmo tempo, o *princípio do prazer* é posto em segundo plano, não havendo como impedir que grande parte de desprazer seja sentida. A neurose traumática seria então, a consequência de uma grande ruptura no escudo protetor psíquico contra os estímulos externos; essa ruptura seria o susto possibilitado pela falta de preparo com a ansiedade.

Os sonhos dos pacientes com neurose traumática - diferentes dos objetivos comuns dos sonhos que visam à realização dos desejos, através da alucinação e que são governados pelo *princípio do prazer* - têm uma outra função: a de dominar, retrospectivamente, os estímulos responsáveis pela ruptura, gerando ansiedade cuja omissão seria a causa da neurose traumática. Esses sonhos são governados pela *compulsão à repetição* e buscam o domínio do trauma.

A *compulsão à repetição*, seja nas brincadeiras infantis, seja como consequência do tratamento de neuróticos, seja no trauma, visa a um controle da experiência desprazerosa, contrariando, num certo sentido, o *princípio do prazer*, e apresentando a característica de uma pulsão de ser conservadora. Essa característica seria comum a todas as pulsões e residiria na tendência à

restauração de um estado inorgânico inicial que, por estímulos externos, o organismo foi abrigado a abandonar.

Considerando que todas as pulsões são conservadoras e buscam a restauração de um estado anterior das coisas, o desenvolvimento da vida só pode ter-se dado em função de influências perturbadoras externas. A vida teria surgido num corpo inanimado a partir de uma força externa e, junto com a vida, teria surgido a primeira pulsão, com o objetivo de voltar ao estado inanimado. Assim sendo, *o objetivo de toda vida é a morte*.¹⁵ No início, então, as substâncias vivas rapidamente completavam o ciclo e morriam, mas em função de mudanças e influências externas, o objetivo buscado – a morte – foi sendo cada vez mais adiado por mais tempo, na medida em que, pelas mudanças externas, algumas mudanças internas foram sendo produzidas complexificando o organismo vivo.

Surge, então, a dificuldade de explicar as pulsões de autopreservação. Elas podem ser entendidas se levar-se em conta que o organismo luta para encontrar a morte natural, repudiando e lutando contra quaisquer influências externas que possam antecipá-la de forma diferente. *O que nos resta é o fato de que o organismo deseja morrer apenas de seu próprio modo*.¹⁶

Porém, as pulsões sexuais têm uma lógica completamente diferente e, portanto, cabe agora uma divisão entre as pulsões: as que buscam o retorno ao inorgânico e o desprendimento da libido dos objetos, seriam as *pulsões de morte*, e as *pulsões sexuais* que buscam a preservação da vida através da ligação libidinal seriam as *pulsões de vida*.

Alguns organismos vivos, segundo Freud - as células germinais - com sua estrutura original e suas novas características herdadas e adquiridas, separam-se do organismo como um todo e desenvolvem-se independentemente; parte de sua substância se desenvolve e morre, enquanto outra parte inicia um novo ciclo, alcançando uma imortalidade potencial; isso se daria através da fusão com uma outra célula. As pulsões responsáveis pelos destinos desses organismos são as pulsões sexuais. São conservadoras como as outras pulsões, por restaurarem estados anteriores da substância viva, porém são mais resistentes a estímulos

¹⁵ Freud, Op. Cit., p. 49.

¹⁶ Freud, Op. Cit., p.50.

externos e, por preservarem a própria vida por um período mais longo, são conservadoras num sentido diferente das outras. São, portanto, as *pulsões de vida*. Ambas visam ao retorno de um período anterior, porém as *pulsões de morte* de forma mais rápida, enquanto as *pulsões de vida* prolongam a trajetória até a morte.

Freud ainda observa que não existe uma pulsão responsável pelo desenvolvimento intelectual, e que o que possibilita uma maior realização intelectual e ética seria a repressão que torna possível a existência de tudo o que é mais valorizado na civilização.

As pulsões reprimidas buscam incessantemente a satisfação, que é apenas parcialmente alcançada através das formações reativas, substitutivas e das sublimações, o que faz com que a busca da completude da satisfação não cesse nunca, impulsionando sempre a vida para frente; a satisfação completa é obstruída pela repressão ou recalçamento, não podendo ser alcançada; a *compulsão à repetição* seria então uma tentativa psíquica de retornar ao evento anterior que não pôde satisfazer completamente a pulsão reprimida para tentar completar o que foi interrompido, ou seja, a satisfação total da pulsão.

Para dar validade à sua hipótese sobre a existência da *pulsão de morte*, agindo nos organismos vivos desde o início da vida, Freud recorre a uma análise das teorias biológicas acerca da existência ou não da morte natural. Conclui que as teorias estudadas não contradizem a *pulsão de morte* e que assim, não havendo teoria que a contradiga, a hipótese pode continuar sendo utilizada.

Em seguida, recorre à filosofia de Schopenhauer que afirmaria que o resultado e propósito da vida é a morte, acrescentando que as *pulsões sexuais* representariam a vontade de viver antes de morrer.¹⁷ Afirma ainda que as *pulsões sexuais* poderiam ser comparadas ao Eros dos poetas e filósofos, pois representam a união de todas as coisas vivas. A complexidade celular dos organismos vivos poderia ser explicada pela teoria da libido, supondo-se que o que mantém unidas e vivas as células, seria a constante e recíproca tomada de

¹⁷ Freud, Op. Cit., p. 60.

uma célula por outra, como seu objeto, neutralizando assim, parcialmente, o objetivo da *pulsão de morte* e preservando sua vida.

Cabe agora, uma rápida retrospectiva da teoria da libido para auxiliar na trajetória percorrida pelo autor até chegar à dualidade *pulsão de vida X pulsão de morte*. No início, observou-se nas neuroses de transferência, a oposição entre *pulsões sexuais* – dirigidas a um objeto de desejo - e um outro tipo de *pulsões do ego* com características repressoras ou recalcentes, menos conhecidas até então - dentre elas as *pulsões de autoconservação*. O conceito de sexualidade foi ampliado para além da função reprodutora.

O ego passou a ser definido como instância psíquica responsável pela repressão e pela censura. As *pulsões sexuais* deixaram de direcionar-se exclusivamente a um objeto externo; observou-se a retirada da libido de um objeto para dirigir-la ao ego, sendo este definido como o primeiro reservatório da libido - definia-se assim, o conceito de narcisismo. A libido narcisista estava relacionada, dessa forma, à *pulsão sexual*, caracterizada como *pulsão de autopreservação*. Com a extensão da teoria da libido às células individuais, a *pulsão sexual* foi transformada em Eros, buscando manter unidas todas as partes da substância viva. A primeira oposição entre *pulsões do ego* e *pulsões sexuais* perdeu a validade, sendo substituída pela oposição *pulsão de vida X pulsão de morte* lutando, desde o surgimento da vida, até chegar à morte. Surgiu aí a hipótese do caráter regressivo das pulsões, através da observação da *compulsão à repetição*.

Para tentar entender como diversos processos na vida psíquica independem do *princípio do prazer*, surgiu a conclusão de que a característica comum a todas as pulsões é a procura por restaurar um estado anterior de coisas, ou seja, seu princípio conservador, o que leva a crer que o *princípio do prazer* não possui controle sobre essa função; isso não significa que estejam sempre em oposição; muitas vezes seus objetivos convergem.

O *princípio do prazer* é muitas vezes substituído pelo *princípio de realidade* que adia o prazer, mas que, na verdade, age em conformidade com sua dominância. O objetivo ou função do *princípio do prazer* é libertar o aparelho psíquico das tensões através da descarga de energia que se identifica com a

sensação de prazer, enquanto a tensão é identificada com o desprazer. Nesse sentido, a relação dessa busca por diminuir ou manter constante a tensão, vai ao encontro do objetivo da *pulsão de morte* – restaurar um estado original de calma. As *pulsões de vida* são contrárias, em alguma medida, à calma por produzirem constante tensão na busca pela união e pelo prolongamento da vida, e a descarga dessa tensão é sentida como prazer. Dessa forma, aparentemente o *princípio do prazer* trabalha em conformidade com a *pulsão de morte*, na medida em que busca a eliminação da tensão, lutando contra os estímulos externos e, principalmente, contra os estímulos internos.

O que levou o autor a mudar sua primeira teoria das pulsões, que opunha *pulsões repressoras do ego* e *pulsões sexuais*, foi a descoberta do narcisismo. O narcisismo nada mais é do que o investimento libidinal do próprio ego como objeto sexual, ou seja, o objeto desejado pode também ser o ego e não apenas objetos externos, o que contradiz a existência consciente de censura no ego sobre as *pulsões sexuais*. Parte das *pulsões do ego* passa a ser reconhecidas como sexuais.

Uma nova teoria das pulsões vem para substituir a anterior, e ela consiste na oposição entre *pulsões de vida* e *pulsões de morte*. As *pulsões de vida* investem tudo libidinalmente, tentando unir os laços, seja entre o aparelho psíquico, entre o corpo, os seres e as coisas, garantindo a união entre as diferentes partes do mundo vivo.¹⁸ Em oposição, as *pulsões de morte* tentam desprender dos objetos essa libido, diminuindo assim a tensão e buscando retornar ao estado inorgânico. Quando essa pulsão busca aliviar a tensão no mundo externo através da agressividade, é que se pode ter como consequência a destruição e a guerra; porém internamente, a *pulsão de morte* tem consequências benéficas para o funcionamento psíquico.

A característica comum a essas duas pulsões é a tendência ao retorno de um período anterior no tempo, ou seja, a tentativa de restabelecer um passado. A *pulsão de vida* busca isso através do aumento da tensão pelo investimento libidinal dos objetos, e a *pulsão de morte* através de sua eliminação na busca pela

¹⁸ J. D. Nasio, *O prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 70.

calmaria. Essa situação passada pode ter sido prazerosa ou não, agitada ou calma. É aí que surge um novo conceito na teoria freudiana: o da *compulsão à repetição no tempo*¹⁹. Desdobra-se da descoberta da *compulsão à repetição*, que esta é uma tendência psíquica mais forte do que o *princípio do prazer* ou que, além do *princípio do prazer*, está a tendência a repetir um evento passado prazeroso ou não.

O objetivo da *compulsão à repetição* seria retornar ao passado, para tentar completar a ação ideal que não pôde ser realizada na prática, por conta dos desvios e da repressão psíquicos. A tendência conservadora de retornar a um passado, própria das *pulsões de vida* e das *pulsões de morte* é, então, muito mais forte do que uma outra tendência conservadora que é regida pelo *princípio do prazer* - a de buscar a eliminação da tensão.

Haveria no ser vivo uma tendência à autodestruição que estaria em constante luta com as *pulsões de vida*; com a morte, essa tendência triunfaria. O masoquismo, por exemplo, seria uma expressão psíquica da tendência mortífera à autodestruição do sujeito; o sadismo seria uma inversão da mesma tendência, ou seja, seu direcionamento para um objeto externo em forma de ódio e agressividade.²⁰Essa agressividade direcionada para o exterior é também a responsável pelas investidas dos sujeitos contra as construções da cultura, da sociedade. O exercício da agressividade humana não se restringe ao âmbito erótico, mas alcança também a esfera do social, das relações com os outros sujeitos na civilização. As *pulsões de morte* são, portanto, mais facilmente observadas na sua expressão social do que na sua dinâmica psíquica interna, o que leva o autor a dar, cada vez mais, importância ao estudo da cultura. A cultura é pois, o espaço onde se manifestam as *pulsões de morte*.²¹ Da mesma maneira que a *pulsão de morte*, só pode ser melhor observada em sua manifestação cultural, como agressividade; a *pulsão de vida* é a responsável pela formação da cultura e é, por essa razão, que imediatamente após estabelecer a nova teoria das pulsões e diante das dificuldades de observação da pulsão de morte, que o autor

¹⁹ Nasio, Op. Cit., p.71.

²⁰ Renato Mezan, *Freud: a conquista do proibido*, São Paulo: Atelier editorial, 2003, p. 121.

²¹ Renato Mezan, *Freud, Pensador da Cultura*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 499.

parte para a análise, em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, da natureza dos laços sociais, dando ênfase ao estudo da libido, da sugestão, do enamoramento e da hipnose. Tem como ponto de partida a noção de que o indivíduo, quando inserido em grupos, se comporta de forma diferente do que se comportaria caso estivesse isolado.

É justamente porque a vida psíquica do ser humano é influenciada e caracterizada, ao mesmo tempo, pelo conflito pulsional - internamente - e pelas relações sociais em que está inserido - externamente - que se torna necessário buscar compreender como se dá a combinação, o conflito e a dupla determinação entre essas duas instâncias. E é também por essa razão que não basta, para entender a psique humana ou a dinâmica social, estudar apenas o sujeito. É necessário analisar também o contexto cultural no qual esse sujeito se relaciona com a natureza e com os outros sujeitos; é nesse sentido que o estudo de *Psicologia de Massa e Análise do Ego*²² pode ajudar a compreender melhor a existência do sujeito inserido em sua dinâmica social. Até porque, para o indivíduo, o que determina a satisfação pulsional são as relações com os outros.

Em *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, escrito em 1920 e 1921 e publicado em 1921, o autor tenta explicar as razões que levam os sujeitos a se agruparem, a formar e a participar de diversos grupos, e como eles se comportam quando inseridos nesses grupos.

Para Freud, a diferenciação entre psicologia individual e psicologia de grupo não tem razão de ser, já que, desde o início, na psicologia individual são levadas em conta as relações do sujeito com os outros sujeitos com os quais se depara no decorrer de sua existência, ou seja, desde o início, a psicologia individual é psicologia de grupo. O sujeito já nasce inserido em relações sociais e seu desenvolvimento individual e psíquico se dará, justamente, no contexto dessas relações, de início, com a família. Nesse sentido, o outro pode ser modelo, objeto, auxiliar ou oponente; o outro pertence à vida psíquica individual e, por isso mesmo, é a relação com os outros sujeitos que determina as satisfações pulsionais de um sujeito. Ora, além do conflito psíquico que se exterioriza na

²² Sigmund Freud, *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Rio de Janeiro, Imago, 2006.

sociedade entre *pulsões de vida* e *pulsões de morte*, o sujeito ainda tem que lidar psiquicamente com os conflitos gerados pela coerção social sobre essas pulsões.

Para o presente trabalho, importa ressaltar que as relações com o(s) outro(s) são sempre relações de poder e também relações sociais. Para Freud, talvez se possa excetuar, entretanto, como exclusivamente pertencentes à psicologia individual, os atos psíquicos narcisistas, os processos narcisistas ou autistas, nos quais a satisfação das pulsões é parcialmente ou completamente retirada do outro.

Cabe aqui esclarecer a que tipo de narcisismo o autor faz referência nesse texto. Em *Totem e Tabu*, o narcisismo era concebido como uma fase do desenvolvimento psíquico e social. Quando escreve *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, Freud já havia definido o narcisismo como um processo componente da psique humana.

Como de costume, Freud faz uma análise da literatura existente sobre o assunto, para daí respaldar a sua própria, seja concordando ou discordando do que foi escrito antes dele. Começa analisando o que Le Bon escreve em *Psicologia da Multidão*²³ sobre a mente grupal.

Um indivíduo quando inserido num grupo de porte maior que o da família, muitas vezes age de maneira diferente da que seria esperada, levando-se em conta o comportamento comum do indivíduo quando não inserido num grupo. Esse tipo de grupo que proporciona uma transformação do comportamento dos sujeitos é chamado, por Freud, de grupo psicológico. Surge, então, a necessidade de definir mais claramente que grupos interessam em sua análise, de que forma eles conseguem produzir alterações e influências na vida mental dos sujeitos, e que tipo de alteração esses grupos provocam nos sujeitos.

Le Bon sugere que um grupo é composto por sujeitos heterogêneos que seriam as partes componentes de um “organismo” provisório. Esse “organismo” possibilitaria aos sujeitos levar a cabo algumas ações que, individualmente, não seriam capazes de realizar e, também, uma homogeneização entre eles, através da emergência de um inconsciente coletivo. Em grupo, então, o que é

²³ Le Bon, *Psychologie des foules* (1985). p. 83. In: Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego*.

heterogêneo e próprio a um sujeito particular, para Le Bon, seria apagado e substituído por um inconsciente coletivo e homogêneo, que teria como consequência pasteurizar esses sujeitos e trazer à tona novas características.

Essas novas características surgiriam, pelo fato de em maior número, os sujeitos terem a sensação de possuir maior força e, com isso, permitir que ações que individualmente seriam coibidas psicologicamente, possam se realizar em grupo. Além disso, num grupo o sujeito seria anônimo e, assim, perderia parte da responsabilidade que assumiria, caso sua identidade estivesse posta. O contágio, assemelhando-se à hipnose, seria também um fator responsável pelo surgimento dessas 'novas' características no sujeito, em grupo. E uma última causa para o aparecimento dessas características seria a sugestibilidade.²⁴

Para Freud, importa que, num grupo, a inibição que age comumente impedindo a realização dos impulsos pulsionais inconscientes do sujeito é suspensa. O que para Le Bon parecem ser características novas, para Freud são características reprimidas no insciente individual e liberadas em grupo, o que justificaria o desaparecimento do senso de responsabilidade, comum ao sujeito isolado.

Nos grupos existem características que sugeririam semelhanças com a vida mental dos povos primitivos e das crianças; essas semelhanças seriam: a impulsividade, a mutabilidade e a irritabilidade. Os grupos são capazes de cometer atos cruéis, generosos, heróicos, covardes, sempre sobrepujando qualquer tipo de interesse pessoal - o grupo é onipotente. Em grupo, haveria um rebaixamento intelectual dos sujeitos, perda de senso crítico e de realidade. Os sentimentos em grupo são sempre exacerbados e extremados.

Em sua análise dos grupos, Freud se opõe às análises de autores como Le Bon, que tinham uma visão depreciativas dos grupos, e valoriza, por exemplo, a criação da linguagem e das manifestações que compõem o folclore, além das

²⁴*Vemos então que o desaparecimento da personalidade consciente, a predominância da personalidade inconsciente, a modificação por meio da sugestão e do contágio de sentimentos e idéias numa direção idêntica, a tendência a transformar imediatamente as idéias sugeridas em atos, estas, vemos, são as características principais do indivíduo que faz parte de um grupo. Ele não é mais ele mesmo, mas transformou-se num autômato que deixou de ser dirigido pela sua vontade.* Le Bon, *Psychologie des foules* (1985). p. 87. In: Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego*.

influências que os grupos têm sobre os sujeitos responsáveis por grandes criações individuais.

Outro autor mencionado no texto é McDougall. Para ele os grupos se diferenciam conforme sua organização; os que possuem um nível rudimentar de organização - as multidões - são certamente mais efêmeros, enquanto que, os mais organizados, são mais duradouros. As emoções nos grupos são altamente intensificadas e seria necessário para que o grupo surgisse, que houvesse alguma semelhança entre seus componentes. *Quanto mais alto o grau dessa 'homogeneidade mental' mais prontamente os indivíduos constituem um grupo psicológico e mais notáveis são as manifestações da mente grupal.*²⁵ O que ligaria os sujeitos num impulso comum seria o contágio emocional, já mencionado por Le Bon. A autoridade da sociedade seria substituída pela autoridade do grupo. McDougall também considera degradantes as características dos grupos desorganizados e vê sua solução justamente na maior organização desses grupos; essa organização se basearia basicamente em uma continuidade, uma autoconsciência, tradições e costumes, funções e posições diferenciadas dentro do grupo e diferenciação dos outros grupos. Todas essas características, segundo Freud, fazem parte da constituição do sujeito; o problema que surge é como reconstruir artificialmente, no grupo, essas qualidades que o sujeito perderia ao se agrupar.

Para Freud, o sujeito sofre, ao participar de um grupo, uma alteração em sua atividade mental; essa alteração consiste em reduzir a capacidade intelectual em função de uma intensificação das emoções, ou seja, de uma remoção das inibições aos instintos, no sentido de um maior nivelamento com os outros componentes do grupo. Na medida em que o grupo alcança uma maior organização, essas alterações mentais podem ser evitadas. A explicação dada por autores da psicologia de grupo, como Le Bon e McDougall, para essas alterações mentais, são sempre a 'sugestão'.

A explicação que nosso autor se propõe a expor para a dinâmica da mente coletiva é que esta, assim como a mente individual, seria orientada, não pela

²⁵ Freud, *Psicologia de Grupo de Análise do Ego*, p. 95.

sugestão, mas pela libido, ou seja, pelas relações amorosas ou laços emocionais. Responsáveis pela união dos grupos seriam, então, as *pulsões de vida*, responsáveis também pela união de todos os elementos do mundo; e o que faz com que o sujeito abra mão de sua singularidade, seria a necessidade de estar em harmonia com os outros membros do grupo - de ser amado por eles.

Na realidade existem vários tipos de grupos: dos mais efêmeros aos muito duradouros; grupos homogêneos e heterogêneos em relação aos seus membros; grupos naturais e grupos artificiais, que precisam de uma força externa que os mantenham unidos; grupos com uma organização precária e outros altamente organizados. No entanto, a distinção mais importante, na análise freudiana, e desprezada pelos autores que estudaram o tema, é a distinção entre grupos com líderes e grupos sem líderes. E, na abordagem de Freud, dois grupos foram escolhidos para serem analisados; eles são permanentes, organizados e artificiais. São eles: as igrejas e os exércitos.

Esses dois tipos de grupo são artificiais, no sentido em que dependem de uma força externa para garantir sua união e manter rígida sua estrutura. Os componentes desse tipo de grupo, comumente ingressam nele por coação e, se resolvem dele desligar-se, podem sofrer punições e perseguições ou, ainda, seguir regras ou rituais de saída definidas pelo próprio grupo.

Tanto na Igreja (em especial na Igreja Católica), como no exército, existe a idéia de um líder que comanda o grupo. No primeiro caso, o líder é Cristo e no segundo ele é o comandante. É característica do líder amar a todos os membros do grupo de forma equivalente – se essa idéia perde credibilidade, o próprio grupo se dissolve. O líder se coloca mesmo no papel de pai, amando a todos os filhos igualmente. Todos os sacrifícios que o indivíduo pertencente ao grupo deve fazer têm como justificativa esse amor. Sendo amados igualmente pelo pai, são considerados irmãos - a fraternidade é fundada nesse amor paterno. Isso é facilmente observado na Igreja Católica, onde todos os irmãos são igualmente amados pelo pai e, como consequência, amam os outros como a si próprios, como uma família. *Não há dúvida de que o laço que une cada indivíduo a Cristo é*

*também a causa do laço que os une uns aos outros.*²⁶ No exército, o mesmo é observado; o comandante ama a todos os soldados igualmente e, em resposta, todos se harmonizam entre si. No exército há ainda uma estrutura hierarquizada que permite que subgrupos se formem dentro do grande grupo como, por exemplo: cada capitão é líder em relação à sua companhia, porém subordinado a um líder com maior patente.

Para exemplificar a hipótese de que o enfraquecimento da idéia de amor distribuído igualmente entre os subordinados pelo líder, pode causar a destruição do grupo, Freud faz referência aos inúmeros casos de neurose de guerra (na Primeira Guerra Mundial) que foram observados no exército alemão, como consequência do duro tratamento dado aos soldados, evidenciando o enfraquecimento dos laços libidinais no grupo.

A primeira explicação para a falta de liberdade do sujeito no grupo viria da dupla ligação libidinal dentro do grupo - uma em relação ao líder e outra em relação aos outros membros do grupo. Esse aprisionamento libidinal esclareceria a alteração mental que sofre o sujeito - intensificação das emoções - e sua limitação - rebaixamento intelectual. A essência dos grupos seria os seus laços libidinais.

Um outro fator que pode ser observado como consequência do enfraquecimento de um laço libidinal no grupo, é o surgimento do pânico, principalmente o pânico militar. Quando há um enfraquecimento dos laços libidinais num grupo militar, as ordens dos superiores não são mais cumpridas e a idéia de força do grupo que o sujeito sente ser bem maior que a sua individualmente, desaparece; surge então o pânico, não em função de um perigo real, mas da desintegração dos laços que tornavam o grupo forte e coeso, tanto em relação ao líder - sendo esse o laço mais importante - quanto em relação aos outros membros do grupo. Essa tese contraria as teses que relacionam a propagação do pânico a um tipo de contágio característico do grupo.

Em relação à religião, pode-se observar a necessidade de diferenciação dos outros grupos como característica fundamental de um grupo, a partir da

²⁶ Freud, *Psicologia de Grupo de Análise do Ego*, p. 106.

intolerância religiosa. O amor do líder – Cristo – da Igreja Católica é direcionado, democraticamente, a todos os que fazem parte desse grupo; aos que não são católicos é dispensada enorme crueldade e incompreensão. Isso pode ser notado relembando as grandes atrocidades cometidas pela Igreja Católica contra os não católicos em nome da fé, como, por exemplo, a Santa Inquisição. Segundo Freud, a não existência no mundo moderno, pelo menos em relação à Igreja Católica, desse tipo de atrocidades religiosas, se deveria ao enfraquecimento dos laços libidinais religiosos em função do aprimoramento da ciência. Aqui, o autor já parece estar amadurecendo a idéia de que a religião desapareceria com o avanço da ciência, o que desenvolverá em *O futuro de uma Ilusão*, próximo texto a ser abordado nesse capítulo.

Uma simples reunião de pessoas não se constitui na formação de um grupo, pelo menos enquanto não se desenvolverem laços libidinais entre essas pessoas. No entanto, parece haver uma tendência de que uma reunião de pessoas se constitua num grupo psicológico. Fazendo-se uma referência ao texto estudado no início desse capítulo – *Além do Princípio do Prazer* – essa tendência à união em grupo dever-se-ia à ação das *pulsões de vida*, ou seja, das *pulsões sexuais*, mas que foram desviadas de seu objetivo, sublimadas.

Para entender melhor com se dão as relações libidinais no interior do grupo psicológico, cabe fazer uma referência às características de todo tipo de relação mais próxima entre duas pessoas; essas relações são fortemente marcadas pela ambivalência de sentimentos, ou seja, ao mesmo tempo em que há amor há, também, sentimentos hostis direcionados ao outro, mas que são reprimidos psiquicamente. Quando a hostilidade é direcionada para estranhos, é o narcisismo que é utilizado para entendê-la, e a origem dessa agressividade direcionada para o exterior, para o outro, para o social - estaria nas *pulsões de morte*. *Narcisismo e pulsão de morte*, então, fazem objeção ao laço social.

Curiosamente, dentro de um grupo essa intolerância se desfaz. Os sujeitos se comportam como iguais; ocorre uma limitação do narcisismo em função do laço

libidinal produzido entre os sujeitos. É o amor que *atua como fator civilizador no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo*.²⁷

Já sabemos agora que o que une os grupos e os mantém unidos são os laços libidinais entre os sujeitos (componentes do grupo em questão) e os laços libidinais dos sujeitos em relação ao líder (que não necessariamente é um outro sujeito; pode ser uma idéia que direcione o grupo, por exemplo, mas que cumpre o papel de liderança) e entre o líder e os outros sujeitos (o líder seria uma representação da figura paterna, um substituto do pai). O que caracteriza os grupos são, portanto, os laços libidinais que limitam o narcisismo. É preciso agora, entender de que natureza são esses laços libidinais que envolvem os grupos.

Os laços libidinais podem ser construídos a partir do que a psicanálise define como *identificação*. Em psicanálise, esse conceito não é sinônimo de reconhecimento, mas tem a ver com identificar-se com o outro. Isso quer dizer que o sujeito se identifica com alguém ou alguma coisa quando se confunde com esse outro que é diferente de si, assimilando-o e deixando-se assimilar por ele até tornar-se idêntico a ele, em algum aspecto. Essa vontade de identificação pode ser consciente ou, mais importante aqui, ser a expressão de um desejo ativo inconsciente de *identificação*; *a identificação é o movimento ativo e inconsciente de um sujeito, isto é, 'o desejo inconsciente de um sujeito de apropriar-se dos sentimentos e fantasias inconscientes do outro'*.²⁸ É fundamental observar, ainda, que a *identificação* só pode existir em função do amor, ou seja, só há *identificação* com outro se houver amor do sujeito por esse outro, ainda que, ambivalentemente, também haja sentimentos hostis em relação a esse *outro*, como no complexo de Édipo, por exemplo; *identificação* seria a nomeação do processo do amor. Sendo o objeto da *identificação* sempre exterior ao sujeito, identificar-se significa abrir-se para a realidade externa.

O laço que existe entre os sujeitos que fazem parte de um grupo é formado através da *identificação*, a partir de uma qualidade emocional comum entre esse sujeitos; essa qualidade seria o laço com o líder. Já o laço em relação ao líder é de outra natureza - a da *idealização*. No primeiro caso, o ego do sujeito adquire

²⁷ Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, p. 114.

²⁸ Nasio, *Op. Cit.*, p. 83.

propriedades do objeto, introjetando o objeto em si próprio; no segundo caso, o ego é 'empobrecido', 'rebaixado', entrega-se ao objeto, devota-se e submete-se a ele. O líder é, portanto, portador de um traço de exceção, é inatingível como o pai da horda primitiva. Freud define esse estado como *fascinação* ou *devoção*.²⁹ Assemelha-se mesmo, em certos aspectos, ao estado hipnótico. E o que permite a durabilidade desses laços é a inibição da *pulsão sexual* em seus objetivos primeiros, isto é, o desvio de objetivo sexual dessa pulsão. Quando o impulso sexual é inibido, ele nunca consegue ser satisfeito inteiramente pelas sublimações e desvios, o que faz com que sua energia permaneça; já o impulso sexual desinibido, quando satisfeito, descarrega sua energia e enfraquece ou desaparece, sendo assim, efêmero.

Descobrir a natureza dos laços emocionais que ligam os grupos, no entanto, não é suficiente para explicar o quadro de regressão mental a que se submete o sujeito quando em grupo, e que é expressa pelo enfraquecimento da atividade intelectual, da incapacidade de moderação ou adiamento dos desejos, da falta de controle emocional, da rápida passagem da emoção à ação, entre outras características, e que assemelha o sujeito em grupo à criança e ao 'selvagem', segundo Freud. Características que nos grupos organizados são mais facilmente controladas.

Para tentar dar uma origem para essas características, Freud parte da noção de "pulsão gregária", utilizada por Trotter³⁰, fazendo seus acréscimos e objeções. Para este autor, a pulsão gregária seria uma pulsão primária de agregação do sujeito - na verdade, a expressão social da tendência à união característica das *pulsões de vida*. Em outras palavras, seria uma tendência psíquica à vida em sociedade e à formação dos grupos. Freud discorda de Trotter sobre ser a pulsão gregária uma pulsão primária, e quanto à inexistência de um papel para o líder, em sua análise.

O que permite a permanência da união entre os sujeitos de um grupo seria, justamente, a *identificação* no sentimento de amor pelo líder que todos os sujeitos sentem por igual; caso não houvesse essa *identificação*, cada componente do

²⁹ Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, p. 123.

³⁰ Freud. Op.Cit., p. 127-131.

grupo lutaria entre si pela preferência do líder. Entretanto, o que ocorre num grupo é a renúncia do objetivo do amor, em função da impossibilidade de alcançá-lo e da *identificação* com os outros, contentando-se em reverenciar, e em todos terem a mesma proporção de amor dedicada pelo líder. Essa seria a essência, segundo Freud, de justiça social: a inversão da inveja em *identificação*, em função do amor por um outro posicionado fora do grupo, o que pressupõe como obrigatória a igualdade entre os componentes do grupo e uma desigualdade em relação ao líder.

A análise da noção de 'pulsão gregária' desenvolvida por Trotter, possibilita que Freud introduza em sua análise sobre os grupos sua teoria do surgimento da sociedade, desenvolvida em *Totem e Tabu*, e estudada no primeiro capítulo deste trabalho. Para Freud, o ser humano não é um animal gregário, mas um animal de horda e que vive sob o domínio de um chefe. A idéia de um líder é fundamental para se compreender a fundo o que une e faz permanecerem unidos os grupos psicológicos.

Os homens primitivos viviam em hordas dirigidas autoritariamente por um macho dominante. Esse poder despótico possibilitou a união dos outros machos que assassinaram o chefe da horda, e fundaram, assim, uma sociedade fraterna. Os traços desse assassinato paterno perduraram (e perduram) influenciando todas as instituições sociais criadas a partir desse crime inaugural. Os grupos, dessa forma, seriam uma repetição da vida em horda, dominada por um chefe; nos grupos, o líder representaria o pai primevo, enquanto os outros componentes do grupo - perdendo sua *personalidade individual consciente* em favor do grupo, direcionando *pensamentos e sentimentos numa direção comum*, permitindo vir à tona o *lado afetivo da mente e da vida psíquica inconsciente*, tendendo a executar as vontades imediatamente – estariam num estado de regressão psíquica, bem parecida com a atividade mental dos irmãos primitivos que viviam em hordas.³¹

Psicologia individual e psicologia de grupo nasceram juntas. Na medida em que os dominados do grupo agiam coletivamente e vinculados emocionalmente aos irmãos e ao pai – essa seria a psicologia de grupo; na medida que o pai ou

³¹ Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, p. 133.

líder relacionava-se de forma diversa dos filhos com o grupo, não estava sujeito a vínculos – essa seria a psicologia individual. O pai primevo não amava ninguém; seu único vínculo estava relacionado às suas vontades, necessitando do outro apenas na medida em que servisse para realizar seu desejo, submetendo-o através da força, não havendo freio para o seu narcisismo. Podemos supor que desse modo o amor agiu como um fator civilizatório, quando impôs um freio ao narcisismo – aqui entendido como uma fase do desenvolvimento humano. O que teria tornado possível a formação de laços emocionais entre os irmãos e deles em relação ao pai foi, justamente, a imposição da abstinência sexual a esses por parte do chefe da horda, que forçosamente tiveram que inibir nos fins os seus impulsos sexuais, transformando-os em laços emocionais e possibilitando assim uma psicologia de grupo.

A ilusão que mantém unidos os grupos (como o exército e a Igreja) de que o líder ama a todos igualmente, seria, na realidade, uma remodelação do que havia na horda primeva: todos os filhos temiam e eram perseguidos igualmente pelo pai, sendo vítimas de um enorme desamparo emocional, comparado ao vivido pelas crianças.

Para Freud, a suposta sugestão tão apontada pelos outros autores que estudaram os grupos, nada mais é do que um tipo de rememoração do poder e do fascínio exercidos pelo pai primevo sobre os filhos, sendo um vínculo erótico.

É nos grupos mais efêmeros que se pode observar a perda das aquisições individuais de cada componente – o ideal do ego é substituído pelo ideal do grupo, que é corporificado na figura do líder.

O líder é alguém com características de força e mais liberdade sexual que os outros sujeitos, caracterizados por uma suposta necessidade de serem dominados, e que identificam-se (ou suggestionam-se) uns com os outros, nessa necessidade, e com o líder. Porém essa submissão não pode ser mantida por muito tempo – a separação do ideal do ego não pode manter-se permanentemente; para aliviar as renúncias e limitações, são aceitas infrações a elas em eventos instituídos, como os festivais que nada mais são do que excessos permitidos pela lei, porque necessários.

No exército, o soldado se identifica com os outros soldados e desse laço vêm as obrigações de cooperação; o líder é seu ideal do ego, mas não pode identificar-se com ele. Já na igreja católica, Cristo é o ideal do ego de todos os católicos que se identificam nesse ideal, mas é preciso, também, identificar-se com Cristo e amar a todos os irmãos igualmente, conforme Cristo os ama. Na Igreja, onde há amor objetal, deve haver identificação e, onde há identificação, deve haver amor objetal como complementação. É nesse fator que o cristianismo baseia sua alegação de ter atingido a um nível ético mais elevado.

Na opinião do autor, o ser humano não é um animal de massa; ainda que viva em sociedade e inserido em diversos grupos dentro desse grupo maior que é a sociedade, acaba por reproduzir a estrutura grupal da horda primeva nesses grupos, necessitando inventar um líder a quem possa idealizar como figura paterna e a quem submeter-se - figura que é fundamental para a sobrevivência do grupo. Quando, por alguma razão, o grupo enfraquece, a responsabilidade é do líder que permitiu um afrouxamento dos laços que mantinham os integrantes do grupo unidos e que, por essa razão, pode ser substituído, em favor da reintegração do grupo. A afirmação de Freud é de que o ser humano é, portanto, um animal de horda. O que possibilita que o ser humano se agrupe é a ação da *pulsão de vida*, enquanto que, o que garante que o grupo permaneça coeso, são sempre os laços libidinais formados entre os componentes do grupo, fundamentalmente os laços libidinais relacionados ao líder do grupo que exigem, para que possam existir ambos os laços, a diminuição do narcisismo humano, componente da estrutura psíquica. Mas as *pulsões de morte*, manifestas como agressividade, também se fazem presentes nessa estrutura coletiva; se sofrem um freio dentro do grupo através do elemento da *identificação*, se redirecionam para o exterior do grupo, para os membros de outros grupos, como exemplo, o caso da Igreja Católica na perseguição aos não-cristãos. A *identificação* dentro do grupo age em favor de Eros, enquanto fora do grupo trabalha em favor de Thânatos.

Claro que o autor admite a existência de outros tipos de grupo que não necessitam de um líder e que não são o foco de sua análise, mas adverte que

para que eles sobrevivam são necessárias uma série de regras e uma estrutura rígida que garantam sua durabilidade, substituindo a figura do líder.

O último texto estudado nesse capítulo é *O futuro de uma Ilusão*³², publicado em 1927, onde Freud analisa, por um ângulo um pouco diferente de *Totem e Tabu*, como as idéias religiosas estão inseridas na sociedade moderna e sua importância para ela e, ainda, qual a expectativa de vida dessas idéias diante do avanço da ciência.

No início do texto, o autor define bem sua idéia do que seja civilização. Primeiro, não reconhece diferença entre civilização e cultura e, segundo, caracteriza como civilização tudo aquilo que foi construído pelo ser humano e que o difere dos animais; tudo aquilo que criou e o fez elevar-se de sua condição animal para sua condição humana. Esses elementos são todo o conhecimento e técnicas que permitiram à humanidade um maior controle sobre a natureza e extração de suas riquezas para a satisfação de suas necessidades, bem como toda a regulamentação das relações entre os seres humanos e de distribuição dessas riquezas.

Aqui, o autor reconhece que a satisfação pulsional que a quantidade de riqueza existente proporciona, influencia diretamente as relações entre os seres humanos; que um indivíduo pode se tornar riqueza se outro indivíduo explorar sua força de trabalho ou se for tomado por outro como objeto sexual; e que os indivíduos são potencialmente inimigos da civilização, ainda que esta seja produto de sua criação e seja de interesse mantê-la. Isso porque, por mais que seja praticamente impossível o ser humano viver isoladamente, a civilização exige dele inúmeros e pesados sacrifícios em nome de sua manutenção.

Nesse sentido, as instituições e regulamentações da civilização têm como função protegê-la do ataque dos indivíduos, pois as tendências anti-sociais e anticulturais – as *pulsões de morte* - influenciam fortemente o comportamento de um grande número de pessoas. Assim sendo, toda forma de civilização tem, obrigatoriamente, de erguer-se e manter-se sob coerção e renúncias pulsionais; o autor duvida, inclusive, que todas as pessoas fossem capazes de realizar o

³² Sigmund Freud, *O Futuro de uma Ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

trabalho necessário para a produção e extração das riquezas necessárias para a manutenção da civilização, caso não houvesse coerção. Afirma que as massas são preguiçosas e pouco inteligentes - questão que foi analisada mais detalhadamente em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* – necessitando de líderes que as induzam e exijam a trabalhar e a suportar as renúncias pulsionais, através do próprio exemplo.

*A sociabilidade é um derivado da culpabilidade*³³, ou seja, a sociedade na realidade é uma expressão da culpa pelo assassinato do pai primevo, transmitida filogeneticamente de geração em geração e que explica a submissão da massa em relação ao líder. A horda é justamente o estágio de transição que separa o homem do seu período puramente animal do seu estado civilizado; e é o acontecimento traumático ocorrido na horda, o parricídio originário com os sentimentos que estiveram envolvidos nele, que explica o comportamento do homem civilizado. A coerção impõe duras restrições à satisfação pulsional na civilização e tenta controlar a agressividade a ela dirigida; mas é a submissão ao líder, como forma de expiação pela culpa de serem civilizados, já que a civilização só se funda com a morte do pai, que é capaz de eliminar parte das razões de existência da coerção, direcionando a agressividade para grupos externos. Isto é, o grupo tendo o líder como uma representação da figura paterna, limita a liberdade dos indivíduos pela ligação libidinal entre eles e em relação ao líder; em sua submissão ao líder expiam a culpabilidade inconsciente ligada ao desejo de matar o pai; dessa forma, parte das inibições pulsionais podem ser levantadas na multidão já que sua função é justamente expiar parte da culpa por existirem enquanto seres civilizados e, assim, parte das tendências agressivas podem se manifestar e a cultura se vê obrigada a encontrar formas de controlá-la.

Dessa forma, as ameaças contra a civilização não terminariam, caso se imprimisse uma distribuição de riquezas mais igualitária entre a sociedade, já que a questão aqui não é econômica, mas mental. O importante é, portanto, descobrir até que ponto é possível encontrar uma forma de diminuir os sacrifícios pulsionais exigidos, mantendo apenas os estritamente necessários; fazer com que todos

³³ Mezan, *Freud: Pensador da Cultura*, p. 552.

reconheçam a necessidade desses sacrifícios pulsionais e buscar, ainda, uma forma de compensação para esses sacrifícios.

São duas as características humanas responsáveis pela necessidade de um certo grau de coerção na civilização: os homens não realizam trabalho espontaneamente e a razão não é mais forte do que as paixões na determinação das ações humanas.

Talvez fosse possível, através de uma forma de educação cultural direcionada para o controle dessas duas características humanas, formar pessoas preocupadas fundamentalmente com a manutenção da civilização. Mas a argumentação do autor é de que não há garantias da produção de líderes desinteressados e dispostos a exercer essa função educacional, e nem de que, de fato, essa nova estrutura educacional a ser criada – pois até então nenhuma cultura foi capaz de desenvolvê-la – atingiria seus objetivos em todos os seres humanos. Seria de esperar que parte deles se tornasse resistente aos seus efeitos e continuasse hostil à civilização ainda que fosse uma minoria, o que já seria um grande avanço - o único possível - e, ainda assim, para essas pessoas a coerção seria necessária.

Seguindo o raciocínio do autor e admitindo que regular a riqueza não garante a manutenção da civilização, já que essa exige trabalho e renúncia pulsional gerando assim resistência, rebeldia e ataques à civilização, tornam-se necessárias também e, fundamentalmente, medidas de coerção e medidas que visem reconciliar os sujeitos com a civilização e recompensá-los pelos sacrifícios pulsionais – seriam as vantagens mentais oferecidas pela civilização.

Desde o início da civilização - aliás, foi o que permitiu o seu surgimento - os sujeitos foram privados, em alguma medida, de seus desejos pulsionais mais primitivos: o canibalismo, o incesto e a tendência ao homicídio. Quanto ao canibalismo, ele parece ter sido totalmente dominado pela civilização; proibições contra o incesto ainda estão presentes nas normas da civilização, o que comprova sua persistência; matar é praticado e ordenado na civilização da época de Freud e ainda hoje, mas como monopólio da comunidade. O mandamento de não matar

que funda o Direito, na realidade transfere o direito de matar para a comunidade para ser usado contra o indivíduo que investir contra ela.

Partindo daí, o autor afirma que a mente humana passou por mudanças, ou seja, não é a mesma desde a época primitiva; prova disso foi a internalização mental da repressão externa, através do desenvolvimento do superego, nova instância psíquica. Foi o desenvolvimento do superego que proporcionou a transformação do homem primitivo em um ser moral e social. A proibição dos três desejos fundamentais do ser humano – incesto, canibalismo e homicídio – com a exceção dos neuróticos, foram amplamente internalizados pelos sujeitos civilizados. No entanto, não se pode falar o mesmo de outras exigências de renúncias pulsionais que começaram posteriormente; a maioria das pessoas só pratica essas novas renúncias pulsionais, em função da coerção externa; quando essa coerção não funciona, as regras são transgredidas.

Falando de classes, por exemplo, certas privações são direcionadas apenas para classes desfavorecidas em relações às outras classes que não sofrem o mesmo tipo de privação, o que torna mais do que compreensível que as classes desfavorecidas se revoltem contra a civilização que elas sustentam com o seu trabalho, já que não podem dispor justamente da riqueza que produzem; dessa forma é pouco provável que essas classes oprimidas internalizem as proibições externas que garantem sua exploração. Com isso, Freud reconhece que civilizações que mantêm insatisfeito e explorado um número tão grande de pessoas estão fadadas a desaparecerem rapidamente. Mas, levando em conta fatores psicológicos, ele também afirma que a submissão das massas por conta da culpa pelo parricídio originário é o fator-chave para compreender porque sistemas sociais extremamente opressores e injustos foram e são suportados por tanto tempo pelos oprimidos.

Uma civilização tem mais valor na medida em que seus preceitos são internalizados com maior sucesso pelos indivíduos, ou seja, na medida em que esses indivíduos elevam seu nível moral. Outro tipo de riqueza mental de uma civilização é encontrado nas criações artísticas, isto é, nas satisfações substitutivas geradas com a arte e nos ideais culturais.

Os ideais garantem impulsos culturais para alcançá-los e orgulho pelo que já foi conseguido, gerando satisfação narcísica. Para que a satisfação com esses ideais seja maior é necessária a comparação com outras culturas de ideais distintos, e dessas diferenças é que surgem conflitos entre unidades culturais.

Esses ideais culturais explicam o sentimento de identificação entre os componentes de uma nação, por exemplo, e de hostilidade em relação a outras nações diferentes, servindo com antídoto para a hostilidade interna contra a unidade cultural, já que, tanto as classes oprimidas quanto as privilegiadas, partilham do mesmo sentimento de hostilidade em relação aos outros povos, o que compensa as classes oprimidas pelas injustiças internas. As classes oprimidas podem se identificar com as classes dominantes também por laços emocionais; apesar da hostilidade direcionada a elas, as classes dominantes podem ser seus ideais. Somente isso é que pode explicar a sobrevivência de civilizações assentadas sobre grande exploração e muitas hostilidades. Os ideais culturais são, portanto, formas imaginárias ou ideológicas de transformar em satisfação narcísica os sentimentos de hostilidade dirigidos aos segmentos opressores ou dominantes de uma civilização, possibilitado pela submissão da massa com origem no sentimento de culpa.

Como a arte oferece satisfações substitutivas às renúncias pulsionais impostas pela cultura – embora não seja acessível à massa, segundo o autor -, ela serve como um fator reconciliador do ser humano com a civilização, em função dos sacrifícios que ela lhe impõe. Além disso, as obras de arte proporcionam identificação emocional entre os integrantes da cultura, e contribuem também para uma satisfação narcísica, na medida em que retratam os ideais de uma cultura.

Passamos agora para a análise do que talvez seja, segundo o autor, *o item mais importante do inventário psíquico de uma civilização*³⁴ – suas idéias religiosas, suas ilusões ou, ainda, segundo Mezan, a religião constitui parte do *patrimônio espiritual*³⁵ da civilização, ou seja, do conjunto de meios criados pela civilização para defender-se das tendências anti-sociais, as *pulsões de destruição*, dirigidas a ela pelos indivíduos, por conta da coerção pulsional imposta a eles.

³⁴ Freud, *O Futuro de uma Ilusão*, p. 24.

³⁵ Mezan, *Freud: Pensador da Cultura*, p. 571.

Para justificar de forma mais clara o valor e a necessidade da civilização, Freud afirma que a livre possibilidade de realização dos desejos e das pulsões, sem nenhum agente coercitivo, levaria obrigatoriamente ao domínio por um ditador, o ser mais forte e que tivesse mais condições de impor seus desejos sobre os dos outros; e mesmo esse ditador, viveria sobre a constante ameaça da morte violenta. Seria um verdadeiro *estado de natureza* - expressão hobbesiana, fonte que não é citada por Freud – em que os seres humanos estariam expostos aos perigos da natureza, sobretudo da sua própria. Destruir a civilização seria, portanto, colocar os seres humanos numa situação de total desamparo diante da natureza, e é esse argumento o fundamental na defesa da civilização, pois ela não é apenas uma forma de vida dos seres humanos, mas a única forma segura de vida possível e, dessa forma, necessária.

Ainda que a razão de ser da civilização seja a proteção do ser humano contra as forças da natureza, é incorreto pensar que ela nos proteja totalmente da natureza. A civilização domina a natureza, mas esse domínio não atinge a natureza por completo; haverá sempre uma dimensão da natureza sobre qual a civilização jamais terá domínio, sendo a morte o seu elemento mais fundamental. Essa dimensão incontrolável da natureza é que faz constante o sentimento humano de desamparo. Contra o sofrimento causado pelas privações geradas pela civilização e pelos outros indivíduos, o sujeito criou como defesa a resistência às regras culturais e direcionou os seus sentimentos de hostilidade e destrutividade para a civilização; mas como não há defesa real possível contra o poder da natureza – os terremotos, as enchentes, as tempestades, a morte -, puderam ser criadas, então, apenas defesas ilusórias que seriam as idéias religiosas.

As idéias religiosas se desenvolveram da seguinte maneira: com a necessidade de dominar a natureza ela foi humanizada, ou seja, transformada no poder de seres sobrenaturais, à semelhança de um pai. Dessa forma, o imenso poder da natureza se assemelhava à impressão que uma criança tem do poder de seus pais – de destruí-la ou protegê-la. O desamparo do indivíduo frente à natureza é parecido com o desamparo da criança frente ao poder paterno. E, para

tentar diminuir esse desamparo, humanizar a natureza significou poder relacionar-se com ela.

Com o tempo a natureza foi perdendo essas características humanas, mas o desamparo humano permanecia, e os deuses passaram a ser, então, os senhores e os criadores da natureza; a natureza se tornara autônoma, no entanto, e os deuses se restringiram mais ao domínio da moralidade. A tarefa dos deuses se tornou, assim, o de dar conta do desamparo gerado pela civilização. Dessa forma, as idéias religiosas protegem os indivíduos dos perigos da natureza e dos sofrimentos gerados pela civilização. Como a civilização passa a ser uma criação divina - assim como a natureza - viver nesse mundo se torna parte de uma vida maior, uma passagem. A morte deixa de ser o fim e passa a ser um renascimento para uma nova vida, num plano superior. As leis morais deixam de ser apenas da civilização, para se tornarem universais; assim, com a morte, todos serão julgados por uma justiça suprema, sendo o mal punido e o bem recompensado. Todos os antigos deuses foram condensados em um único deus que representava a figura paterna e, assim, a relação com o Deus tornou-se mais próxima. As idéias religiosas se tornaram, então, o mais valioso bem da civilização.

As idéias religiosas, assim sendo, surgiram da necessidade de defesa contra a força esmagadora da natureza - desamparo - e de corrigir as falhas e deficiências - privações impostas - da civilização, além disso, para compensar os seres humanos pelos duros sacrifícios impostos pela vida social. Com o tempo, a religião se torna, quase que exclusivamente, uma forma de compensar o indivíduo pelos danos e defeitos da civilização e a fiscal do cumprimento dos mandamentos morais.

No complexo de Édipo, a criança ama e teme o pai ao mesmo tempo; isso também acontece em relação ao deus religioso, quando o adulto percebe que o sentimento infantil de desamparo permanece na vida adulta; a diferença agora é que o desamparo vem da natureza e da civilização por ele inventada - ele cria um deus a quem assemelha à figura paterna de sua infância, mantendo os mesmos sentimentos de ambivalência que tinha em relação ao pai. O sofrimento humano passa, então, a ser uma providência divina e parte de um plano superior e

universal, além de um instrumento de salvação para uma felicidade futura, numa outra vida.

As idéias religiosas, aliás como quaisquer idéias, se baseiam na crença, ou seja, há que se acreditar que elas são verdadeiras; ainda que possa haver provas de que algumas idéias são de fato verdadeiras, nem sempre é preciso ver essas provas antes de acreditar na veracidade de qualquer idéia e, é por isso, que as idéias religiosas conseguiram tantos adeptos.

O que daria credibilidade às idéias religiosas, já que não há prova concretas de sua validade, seria: em primeiro lugar a história, ou seja, povos primitivos antigos acreditaram nessas idéias há muito tempo – mas é óbvio que os povos mais antigos eram mais ignorantes e muitas de suas crenças caíram por terra; segundo, existem provas que foram transmitidas por esses povos – escrituras cheias de falhas e contradições, além de erros históricos e científicos; e terceiro, é proibido duvidar delas - historicamente, severos castigos foram impostos às pessoas que ousaram duvidar das idéias religiosas. Mas não haveria razão de proibir ou ver com maus olhos quaisquer questionamentos sobre as idéias religiosas se essas fossem facilmente provadas; o que jaz por detrás dessas proibições é justamente a incerteza dessas idéias.

Para lidar com esse problema da incerteza da validade das idéias religiosas, duas soluções foram proposta. A primeira: *Credo crea absurdum* (Creio porque é absurdo), essas idéias seriam reveladas, como numa experiência de êxtase, internamente ao indivíduo, e independeriam de uma lógica racional, o que não garante que todos tenham acesso a essa experiência. A segunda é 'como se', ou seja, deve-se acreditar nessas idéias por razões práticas, ainda que sejam absurdas ou não haja como comprová-las, pois os benefícios da crença nelas valem por si só e, no caso das idéias religiosas, eles seriam fundamentais para a sobrevivência da civilização humana. Para o autor, dessa forma essas idéias dificilmente se sustentariam por muito tempo, diante do avanço da racionalidade e da ciência.

As idéias ou doutrinas religiosas, não sendo baseadas na experiência ou no resultado do pensamento, se constituem em ilusões, segundo Freud - o que não

significa que sejam sinônimo de erros pois, são reflexos do desejo e não há desejo que precise ser validado ou verificado, ou mesmo que contradiga, necessariamente, a realidade; pode assemelhar-se a um delírio ou não, dependendo de quem acredita nessa ilusão. Situam-se, então, entre a verdade e o erro. As ilusões são realizações de desejos e sua força está justamente na força desses desejos da humanidade. O desejo de amparo de uma proteção paterna divina, diante da natureza e das injustiças da civilização, fez criar um sistema religioso que permite, numa vida após a morte, a realização desses desejos de justiça e proteção e, assim sendo, não necessitam de provas, não podem ser refutadas ou confirmadas e algumas estão tão distantes da realidade, que se assemelham a delírios. E, além disso, a ciência na época de Freud não podia dar, e ainda não dá, respostas a várias questões que são satisfeitas pelas respostas religiosas. A força das idéias religiosas vem justamente dos desejos que as sustentam, que são os mais antigos e intensos da humanidade.

De fato, a religião prestou um serviço à civilização, pois ajudou os seres humanos no controle de seus impulsos sociais; mas no entanto, não conseguiu acabar com a insatisfação humana e nem banir esses impulsos, em favor da civilização. Muitas pessoas continuam infelizes e insatisfeitas com os pesados sacrifícios impostos pela civilização e continuam a hostilizá-la.

O caso é que a religião também prestou um desserviço à civilização, pois quando admite que um pecador se penitencie e fique livre para pecar novamente, acaba por institucionalizar o pecado, permitindo as manifestações hostis instintivas humanas a fim, é claro, de manter seus fiéis. *Em todas as épocas, a imoralidade encontrou na religião um apoio não menor que a moralidade.*³⁶ Levando-se isso em conta, a religião deixa de parecer tão indispensável à civilização pois, ao mesmo tempo em que colabora com ela, também a joga contra seu sucesso.

Para Freud, uma das razões para a diminuição da influencia religiosa em sua época, fora o aumento de espírito científico, já que a crítica desvalorizou e encontrou equívocos e falsificações em muitos dos documentos religiosos que eram tidos como provas. Assim sendo, parecia obvio para nosso autor que, na

³⁶ Sigmund Freud, *O Futuro de uma Ilusão*, p. 60.

medida em que avançava a ciência, recuava a religião (esta representava apenas um período histórico prestes a ser superado); o homem estaria retomando a posse do que fora por ele mesmo atribuído a Deus, por meio da projeção – o poder e o saber – por conta do desamparo infantil e da repressão do parricídio originário. Mas isso de forma alguma seria uma ameaça para a civilização, pois os motivos religiosos para manter a civilização iriam sendo substituídos, gradativamente, por motivos racionais.

Na verdade, aqui o autor está se referindo a uma elite que tinha acesso aos avanços científicos; quanto às massas, quando inevitavelmente descobrirem que, de fato, Deus é uma ilusão, não haveria mais razão para que controlassem seu desejo mais primitivo de matar, por exemplo, já que não haveria mais uma punição divina para esse crime. Somente através de rígida coerção essa massa se manteria disciplinada e impedida de avançar contra a civilização.

A proibição de matar passaria a ter uma explicação racional, pois se cada um resolvesse matar o outro que tem a propriedade, que cobiça, que odeia ou que o atrapalha na perseguição de seu desejo, também se colocaria numa posição de risco pois, as pessoas próximas ao morto buscariam vingança e começaria um estado de insegurança e extermínio mútuo. A sociedade tem o direito legítimo de matar apenas a quem se volta contra a proibição de matar, ou seja, apenas em favor da vida em comunidade. Sabendo disso, não é mais necessário acreditar que Deus punirá quem matar o próximo para não cometer assassinato; saber que a sociedade pode se desintegrar em função disso, também põe um freio a esse desejo, e também tem a vantagem de não ser uma ilusão.

Outras regras sociais que vestiram a manta da santidade, caso fossem despojadas desse caráter sobrenatural, perderiam sua característica de eternidade e inflexibilidade. Dessa forma, tendo consciência de que elas existem para a proteção da sociedade e não para a simples privação do sujeito, elas seriam seguidas com mais amistosidade e menos revolta, e a sociedade buscaria ainda o seu aprimoramento, sendo um passo à frente para uma conciliação com os sacrifícios impostos pela civilização.

Relembrando, porém, que o homem não é movido somente pela razão, mas fundamentalmente pelas paixões, uma explicação exclusivamente racional para o mandamento de não matar não é suficiente, pois ele teria surgido, na verdade, de um fato histórico, de uma morte específica, a do pai primevo, e foram os sentimentos ambivalentes que envolveram esse crime, que deram origem ao mandamento. Posteriormente é que, além do pai, a proibição se estendeu às outras pessoas. Assim sendo, de fato Deus teve um importante papel nesse mandamento - *não matarás* -, entendendo Deus como a figura paterna idealizada, o substituto do pai primevo. A verdade histórica da proibição vem da religião, ainda que bastante deturpada; as idéias religiosas, então, além de ilusões contém também reminiscências históricas. O que não invalida as justificações racionais para manter a proibição.

Freud caracteriza as idéias religiosas como uma neurose obsessiva da humanidade, ao fazer uma analogia com as neuroses infantis que, com o crescimento da criança, vão sendo abandonadas espontaneamente ou, ainda, com análise. A religião seria uma maneira não racional de renúncia das pulsões, ou seja, uma forma emocional de lidar com o complexo paterno primitivo e que serviu para propiciar o surgimento da civilização.

Seguindo sua lógica evolucionista, com o passar do tempo e o amadurecimento da humanidade, a expectativa do autor era de que, assim como as neuroses infantis, as idéias religiosas fossem sendo abandonadas em favor da racionalidade. E, segundo ele, sua época seria uma fase de transição entre esses dois momentos. Freud acreditava que sendo isso feito, muitas das proibições existentes na civilização seriam revistas e abolidas, o que seria um enorme passo para a conciliação do ser humano com a civilização, pois apenas as proibições que tivessem justificação racional para a proteção da civilização, seriam mantidas, enquanto que outras, com base apenas emocional, seriam dispensadas.

Freud reconhece que o ser humano é governado pelas pulsões em detrimento da razão mas, no entanto, acredita que essa condição não é necessária, e é justamente por isso que acredita que a razão pode sobrepor-se, em algum momento futuro da história da humanidade, às paixões. Afirma ainda

que é justamente a educação religiosa que impede que o desenvolvimento intelectual humano seja mais acentuado, o que acaba por causar uma certa atrofia intelectual na humanidade. E, para o autor, a única forma de controlar verdadeiramente a natureza pulsional humana é através do intelecto que a religião poda.

Claro que o fim da religião seria um processo lento; não é possível acabar com a crença de pessoas que só agüentam o pesado fardo da vida em civilização por conta de sua fé, estimulada pela educação religiosa, aplicada desde a primeira infância; sem ela – a fé - a civilização não seria suportável para essas pessoas. Porém, para as pessoas ou gerações que não tivessem essa fé religiosa, que tivessem tido uma educação mais aberta, reconhecer e tomar consciência de seu desamparo, perante a força da natureza, e de sua insignificância no universo seriam os passos fundamentais para seu amadurecimento intelectual, e o conhecimento científico seria o único apoio que teriam diante dessa realidade aceita. Seu avanço – o do conhecimento científico – é e seria a única forma de domínio da natureza, ainda que sempre parcial; mas o reconhecimento dessa impossibilidade de dominação absoluta acabaria por resultar na sua conformação. Essa seria a única forma de diminuir os sacrifícios impostos pela civilização.

A primazia do intelecto visaria, no fundo, aos mesmos objetivos da religião – o amor humano e a diminuição do sofrimento – só que respeitando os limites impostos pela realidade e somente num futuro distante, mas durante a vida e não após a morte. A ciência, então, diferente da religião, não pode ser uma ilusão, já que seu desenvolvimento está vinculado ao conhecimento da realidade. *Não, nossa ciência não é uma ilusão. Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar.*³⁷ Enquanto a religião se apóia na ilusão, numa analogia com a fase neurótica infantil, a ciência se baseia no *princípio de realidade*, único caminho possível para alcançar o verdadeiro conhecimento. A crítica freudiana da religião não é feita tanto por ela se basear em ilusões, mas por ter falhado em reconciliar o homem com os sacrifícios – as renúncias pulsionais - impostos pela civilização. A religião prometeu ao indivíduo

³⁷ Freud, *O Futuro de uma Ilusão*, p. 87.

mais do que pôde realizar. Não foi capaz de dominar os instintos anti-sociais, de consolar os seres humanos diante do poder da natureza e do Destino e pelas injustiças sociais.

Com a tentativa de elucidar a natureza dos laços sociais, em *Psicologia de Massas e Análise do Ego*, Freud transfere do sujeito para a sociedade o conceito de *pulsões de vida*. São justamente as *pulsões de vida* que possibilitam a união e a dinâmica no grupo social, que serão também determinadas, em parte, pelos traços deixados pelo assassinato do pai primevo - responsável pelo desamparo infantil do ser humano, diante da natureza e das exigências de sacrifícios pulsionais impostos pela sociedade por conta desse crime e pela culpa gerada pelo seu cometimento - o que explica a necessidade de submissão aos líderes e às idéias religiosas.

A *pulsão de morte* que, em *Além do Princípio do Prazer*, aparece mais na esfera individual, somente em *O Mal-estar na Civilização* – que será estudado no próximo capítulo - aparecerá claramente transposta para o social, apesar de o autor já apontar para isso no texto onde define a nova dualidade entre as *pulsões de vida* e as *pulsões de morte*. Essa transposição só é realizada porque é perfeitamente possível, na teoria freudiana, fazer uma analogia entre o indivíduo e o social; e é essa possibilidade que permite que os conceitos estabelecidos para o indivíduo sirvam para esclarecer os fenômenos sociais da mesma forma que o mundo psíquico é influenciado pela dinâmica social. A única forma possível, para o autor, de superar essas determinações biológicas do ser humano - as pulsões, que atuam também na sociedade, na cultura - é através do abandono das ilusões religiosas em favor do avanço do conhecimento científico, já que a religião falhara em consolar o ser humano do sofrimento causado pelos sacrifícios exigidos pela civilização.

Do biológico, surgiu a modificação na teoria das pulsões que introduz a dualidade *pulsões de vida* x *pulsões de morte*. A teoria se expande para toda manifestação de vida, para todo o tipo de organismo vivo.

A conclusão de que toda pulsão tem um caráter conservador, vem da observação da compulsão à repetição; nesse sentido, tanto as *pulsões de morte*

que visam restabelecer um estado inorgânico de calma – a morte – quanto as *pulsões de vida*, que visam garantir a conservação da vida e a ampliação das unidades coletivas, enfrentam-se na psique humana, durante toda a vida.

Essas características das *pulsões de vida* – garantir a vida e ampliar as unidades - podem se opor, na medida em que a unidade complexa tende a anular ou limitar a unidade individual e, é essa dialética das *pulsões de vida* que dá margem à manifestação das *pulsões de morte* como agressividade, pois a resistência, por exemplo de um casal enamorado, à agregação com o grupo maior, pode ser sinônimo de tendência à desagregação. Esse duplo movimento pulsional seria a ambivalência, presente em todas as relações humanas.

Diferente das *pulsões de vida*, é extremamente difícil observar a manifestação das *pulsões de morte* na psique individual, pois em suas manifestações internas, a *pulsão de morte* está sempre mesclada à uma pulsão sexual, como no masoquismo e no sadismo. Posta essa dificuldade, o autor se volta para o estudo da agressividade, como uma manifestação das *pulsões da morte*, e para como essa manifestação se dá no âmbito da cultura que passa a ter papel cada vez mais importante em sua teoria.

A cultura é um palco extremamente vasto para a manifestação de Eros que, através dos laços libidinais inibidos no fim ou sublimados, podem se ampliar em grupos cada vez maiores; porém, na mesma proporção, é oferecido à Thânatos uma área muito mais ampla para seu exercício, como a hostilidade entre os grupos, classes, nações e povos. É através do mecanismo da *identificação* que os laços entre os integrantes do grupo se formam ultrapassando o narcisismo; ela se dá diante da existência de um líder exterior ao grupo, que faça com que os sentimentos de inveja e disputa se transformem em *identificação* recíproca, pela necessidade de serem todos amados, igualmente por esse líder. É a *identificação* o processo responsável por limitar a agressividade entre o grupo e redirecioná-la para fora dele.

Nesse sentido, nas religiões a *identificação* entre os fiés presta um serviço à favor das *pulsões de vida*, enquanto externamente, através da intolerância religiosa, age à serviço das *pulsões de morte*.

Enquanto a vida individual e a cultura são o palco do conflito entre as duas pulsões, é também a repressão pulsional imposta pela cultura que gera importantes conflitos, tanto no nível individual – as neuroses, por exemplo - quanto no nível da própria civilização – a hostilidade contra a civilização. É justamente sobre o desconforto gerado pela repressão pulsional na civilização e sobre a hostilidade dirigida a ela por conta disso, e também sobre essa característica conflituosa da natureza humana que, ao mesmo tempo em que busca a união em coletividade, repele essa coletividade com a mesma ou até maior energia, que tratará o próximo capítulo.

3- A sociedade dos humanos e o fim do social: sentimento de culpa x *pulsão de destruição*.

Não será seguida, nesse capítulo em especial, a ordem cronológica dos textos aqui estudados. Nesse sentido, interessa a visão de Freud de um fracasso da sociedade em controlar as pulsões humanas, em especial as *pulsões de morte* ou *de destruição*, em nome da civilização, por conta do próprio exagero na repressão externa e interna dessas pulsões. A sociedade ao coibir, mais do que é necessário, as pulsões humanas, acaba por produzir uma reação nociva do ser

humano contra o próprio agente repressor – o retorno do reprimido, em forma de agressividade, contra a civilização. E mesmo que ainda não tivesse sistematizado uma conceituação das pulsões quando escreve o texto sobre a Guerra – a Primeira Guerra Mundial -, a noção de que havia no ser humano, como componente de sua natureza, tendências destrutivas, já estava clara para Freud. Assim sendo, o início da análise será feito a partir de *O Mal-Estar na Civilização*³⁸, que fala mais explicitamente de como a civilização se propõe controlar a agressividade humana chegando em *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*³⁹, em que utiliza a Guerra como uma prova de que a agressividade não pode ser banida do ser humano, e de que, quando se reprime em excesso essa agressividade, ela se volta contra a própria sociedade.

Em *O Mal-estar na Civilização*, publicado em 1930, o autor demonstra de que forma a sociedade fracassou na sua proposta de controle desse componente destrutivo da natureza humana, através da repressão equivocada das *pulsões de morte*. E prova de que a civilização falhara era o intenso mal-estar sentido pelo homem moderno e o advento de uma guerra extremamente sangrenta - coisa que não se poderia imaginar, em se tratando de humanos civilizados.

E é na busca das razões desse mal-estar que se constrói a investigação do autor no rastro do sentimento de culpa que é a base e a estrutura de sustentação da civilização moderna. É mais uma vez, preocupado com a religião, mas enfatizando pontos diferentes dos que foram estudados em *Moisés e o Monoteísmo*⁴⁰ e em *O Futuro de uma Ilusão*⁴¹, que o autor inicia sua investigação. A religião agindo em favor da repressão da civilização, condena como pecados todos os impulsos agressivos e libidinais que não se encaixem no modelo de comportamento ditado pela moral civilizada, e considera ainda como sagrada cada nova aquisição do processo repressivo.

Contrariando a idéia da existência de um sentimento oceânico que ligaria todos os seres humanos ao mundo externo, como sendo um sentimento primário que seria a base das religiões, existiria para Freud na verdade um sentimento do

³⁸ Sigmund Freud, *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

³⁹ Sigmund Freud, *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

⁴⁰ Sigmund Freud, *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

⁴¹ Sigmund Freud, *O Futuro de uma Ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

ego, que demarcaria sua diferença do que é exterior a ele; esses limites, no entanto, não seriam fixos e poderiam ser perturbados por alguns fenômenos, como por exemplo, as patologias e o enamoramento – este último daria a impressão ao ego de ele e o objeto amado constituírem uma mesma unidade. Esses limites entre o ego e o mundo externo vão sendo percebidos gradualmente pelo bebê, que no início não tem a noção da separação de si do mundo exterior, até que o ego adulto tome consciência de sua total separação, salvo os distúrbios citados.

Dessa forma, como na mente nada se perde com a evolução, segundo a teoria psicanalítica freudiana, o sentimento primário do ego de unidade com o mundo externo persiste lado a lado com a noção posteriormente adquirida de sua separação do exterior; o passado convive ao lado do presente na vida mental. E, em algumas pessoas essa primeira noção pode ter certa influência em seus sentimentos; daí é que resultaria a idéia de esse sentimento de vinculação com o universo ser a origem da atitude religiosa. Entretanto, o surgimento da religião só se explica, na teoria freudiana, por um sentimento infantil de desamparo paterno⁴². É aceitável, porém, que o chamado sentimento oceânico tenha sido posteriormente incorporados às religiões como fator de consolo em relação aos perigos do mundo externo.

O mundo externo e a civilização fazem da vida algo extremamente difícil, causando muitos sofrimentos e frustrações. Resta aos seres humanos, na tentativa de suportar esse desconforto, adotar medidas paliativas que os ajudem a viver. Essas medidas seriam de três tipos: derivativos poderosos, satisfações substitutivas e substâncias tóxicas. A ciência se encaixaria no primeiro tipo e a arte e a religião, sendo ilusões, no segundo. E, somente a religião pode responder a questão de saber qual é o propósito da vida humana, já que pressupõe que ela tenha um propósito, pressuposição tão ilusória quanto a própria religião.

Na realidade, o propósito psíquico da vida é determinado pelo *princípio do prazer*, ou seja, o desejo de todo ser humano é ser feliz, experimentar o maior número de eventos que provoque prazer e evitar os eventos que causem

⁴² Questão já discutida em *Moisés e o Monoteísmo* e *O Futuro de uma Ilusão*.

sofrimento e desprazer. No entanto, apesar de ser essa a inclinação do aparelho psíquico, o mundo externo conspira contra a sua realização tornando-a inatingível. Alcançar a felicidade seria, na verdade, alcançar satisfações pulsionais constantes, o que permitiria uma sensação de prazer apenas muito suave e não intensa, como desejado; essa intensidade do prazer só advém do contraste e não de um estado permanente. Essa é uma norma da nossa própria constituição psíquica.

Por outro lado, sentir o desprazer é muito mais fácil, já que ele emana de três partes ao mesmo tempo: de nosso corpo – condenado à mortalidade -, das ameaças do mundo exterior, e das relações com os outros seres humanos. Com todas essas fontes de infelicidade, a reivindicação pela felicidade acaba por se tornar modesta, e o *princípio de realidade* suplanta o *princípio do prazer*. O ser humano tem várias formas, então, de levar a vida diante desses obstáculos à satisfação. Se busca a satisfação plena de todas as suas necessidades acaba por colocar a cautela em segundo plano, o que faz os riscos serem enormes. Para tentar apenas fugir do sofrimento e extrair disso prazer, várias alternativas se apresentam, de acordo com a fonte de desprazer a que sua fuga prioriza. Em relação ao relacionamento com os outros seres humanos, pode-se buscar prazer isolando-se deles. Contra o mundo externo, pode-se também afastar-se dele, mas o melhor caminho é, junto com a comunidade, buscar o controle da natureza em benefício da vontade humana, com a ajuda da ciência. Uma outra maneira de evitar o sofrimento seria, ainda, influenciar o organismo, que é responsável pelas sensações, através da intoxicação por substâncias que provocam a sensação de prazer e a diminuição da sensação de desprazer - o preço pago são os danos causados ao próprio organismo. Essa última alternativa foi e é intensamente utilizada por diversos povos.

Também é possível tentar controlar internamente as pulsões, submetendo-as ao *princípio de realidade*. Dessa forma, a satisfação se torna possível, mas de maneira muito mais suave; evita-se, no entanto, o sofrimento por sua não satisfação. É claro que um impulso não controlado conseguiria uma satisfação muito mais intensa, o que justifica a atração pelo proibido.

Uma outra maneira de evitar desprazer seria a reorientação dos objetivos libidinais dos impulsos pulsionais através da sublimação das pulsões, obtendo-se prazer das fontes do trabalho psíquico e intelectual, na arte e na ciência, sendo considerada, pelo autor, uma forma extremamente elevada de obter prazer, ainda que ele continue sendo suave. Mas essa maneira de obter prazer estaria atrelada a determinadas qualidades individuais que nem todas as pessoas teriam e, ainda que elevada, não seria capaz de evitar sofrimentos advindos do corpo, por exemplo.

Numa atitude desesperada pode-se fugir da realidade – como nas neuroses - recriando um novo mundo; esse método porém, não consegue atingir seu objetivo de evitar o sofrimento, já que a realidade é forte demais para ser ignorada. Na verdade, de uma forma ou de outra, a maioria das pessoas utiliza esse método em parte, recriando e remodelando delirantemente uma parcela da realidade segundo seu desejo. As religiões seriam, dessa maneira, um delírio de massa, ainda que não se reconheçam como tal.

E uma outra maneira de viver evitando o sofrimento e obtendo prazer seria através da valorização do amor, mas nunca se fica tão vulnerável ao sofrimento como quando se ama.

Todas essas formas de evitar sofrimento e buscar prazer, são as formas possíveis que as fontes de desprazer permitem ao ser humano chegar o mais próximo possível da exigência do *princípio do prazer*. Que formas cada um vai utilizar, depende de sua própria constituição psíquica e de suas necessidades individuais e, várias delas podem e devem, ainda, ser combinadas conforme as situações se apresentem.

A religião, entretanto, diminui esse leque de possibilidades, impondo aos seguidores sua própria fórmula para encontrar a felicidade e a proteção contra o sofrimento. Sua maneira para isso é diminuir o valor da vida criando o delírio de uma outra vida após a morte, que possuiria um valor muito mais elevado e que é o objetivo dessa vida alcançar; além disso, impede o desenvolvimento do intelecto e obriga a uma submissão cega. É verdade que, sendo um delírio coletivo, a religião evita que muitos desemboquem numa neurose individual. Em compensação, a

recompensa só pode ser tida como uma promessa para ser cumprida posteriormente; a promessa é falsa, porque a felicidade não é alcançada nessa vida.

São três, portanto, como já foi dito, as barreiras à felicidade humana: a natureza, o corpo e as regras de relacionamento humano. Às duas primeiras fontes de sofrimento o ser humano tem que se conformar, já que a natureza jamais poderá ser completamente controlada, ainda que esse controle aumente cada vez mais, com os avanços da ciência; o corpo humano continua vulnerável às doenças e, ainda que a medicina aumente a cada dia a expectativa e a qualidade de vida, a morte é inevitável; mas, no entanto, essa conformação não paralisa, pelo contrário, impulsiona a luta por um domínio, cada vez maior, dessa natureza; quanto à última fonte de sofrimento, as regras da sociedade humana, criadas por nós mesmos e incapazes de atender às suas funções de proteção e benefício, a conclusão é a de que o sofrimento gerado por esse fracasso seja também devido à mesma razão das duas primeiras fontes de sofrimento humano – a impossibilidade de domínio completo da natureza, nesse caso da natureza humana. Isso significa que o humano não pode dominar as forças da natureza, tanto externamente, quanto internamente – não só no que se refere a sua constituição física, mas também no que diz respeito à sua constituição psíquica.

Dessa forma, fica claro que a civilização, uma criação humana, não pode banir uma parte constituinte da psique humana que são as *pulsões de morte* ou *de destruição*. Quanto mais repressão a essas pulsões, mais elas se tornam inimigas e obstáculos ao laço social. Com isso, tem-se uma enorme contradição, pois ao mesmo tempo em que todos os avanços, em termos de controle da natureza, dependem e são obra da civilização humana e, portanto, ela é sim um agente minimizador de sofrimento, a civilização também é um obstáculo à felicidade humana, pois na medida em que, tenta controlar essa mesma natureza – humana – ela falha e essa natureza se volta contra ela. A civilização é um agente minimizador do sofrimento, ao mesmo tempo em que é uma fonte de sofrimento humano. Ou melhor, buscando minimizar seu sofrimento, a humanidade criou mais uma fonte de sofrimento. E ela produz dor em múltiplas

esferas, não apenas pela frustração dos impulsos inconscientes, mas também porque perpetua o domínio da maioria por uma minoria, fecha os olhos para as desigualdades sociais e econômicas gritantes e faz prevalecer a injustiça na maioria das relações entre os indivíduos.⁴³

O autor aponta as razões de tanta insatisfação em relação à civilização; uma delas diz respeito à predominância do cristianismo sobre as religiões pagãs, já que o cristianismo desvaloriza absurdamente a vida, em função de uma suposta vida após a morte. Outra, seria a equivocada percepção que teve o humano civilizado, quando entrou em contato com outras culturas, de que essas eram, aparentemente, mais felizes sem os avanços da sociedade civilizada. Uma outra razão, seria o conhecimento de que as neuroses são causadas justamente pela dificuldade de algumas pessoas em adaptar-se às exigências da vida civilizada. Outro importante motivo foi ter-se percebido que, mesmo com os inúmeros avanços científicos e tecnológicos que proporcionaram um controle muito maior sobre a natureza, o ser humano não tornou-se mais feliz. O que não significa que essas conquistas não tenham valia para a felicidade, mas a felicidade humana não depende apenas disso.

Outras contribuições dadas pela civilização foram o valor dado à beleza, à limpeza e à ordem além da, valorização do intelecto humano, da ciência, da arte e das idéias, ou seja, das elevadas atividades mentais humanas. Outra característica da civilização são os sistemas religiosos.

Falando agora da forma como os relacionamentos humanos são regulados pela sociedade, percebe-se que a civilização pode ser reconhecida quando inicia a primeira tentativa de regular os relacionamentos sociais. Do contrário, prevaleceria a vontade do mais forte. Foi necessário, para criar a vida em sociedade, formar uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado, para regular as relações entre todos os indivíduos, impedindo que um mais forte subjugasse os outros mais fracos; o próprio dominador correria sempre o risco de encontrar pela frente um indivíduo ainda mais forte que o submetesse ao seu desejo – esse seria o próprio estado de natureza hobbesiano. Essa associação foi o passo fundamental para a

⁴³ Renato Mezan, *Freud: Pensador da Cultura*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 568.

civilização e significou uma restrição nas possibilidades de satisfação pulsional, da qual o indivíduo não tem consciência. A justiça foi, então, criada para garantir que a lei fosse cumprida por todos, limitando dessa forma a satisfação de todos e a própria liberdade do indivíduo.

Um dos impasses da civilização é justamente tentar encontrar um equilíbrio entre as exigências de uma maior liberdade individual e as exigências da sociedade.

Para estar em conformidade com todas as exigências da civilização, o ser humano precisa fazer uma série de adaptações de sua natureza à vida civilizada, no que concerne à satisfação de suas necessidades pulsionais. Uma das formas, mas não a única pela qual essa adaptação se dá, é através da *sublimação* dos objetivos dos impulsos pulsionais. É justamente a *sublimação* das pulsões que permite uma elevação mental, no sentido do desenvolvimento das atividades psíquicas consideradas superiores – a ciências, a arte e as idéias. A *sublimação* das pulsões sexuais consiste em modificar seu objeto e sua finalidade, o que significa sua renúncia à satisfação direta para investir atividades socialmente valorizadas como substitutos, em favor do *princípio de realidade*. No entanto, a civilização também se ergue sobre a obrigatoriedade de o indivíduo abrir mão da satisfação pulsional, através da repressão e da opressão, e é essa frustração – especificamente das *pulsões agressivas* - que produz hostilidade contra a civilização, pois é impossível extinguir uma pulsão.

Inicialmente, a civilização se baseou em dois fundamentos: o trabalho que transformou o outro em companheiro de trabalho e, provavelmente, os membros de sua família foram seus primeiros auxiliares no trabalho; e a família que se teria formado com a transformação da necessidade de satisfação genital numa necessidade permanente e não mais passageira, incentivando o macho a manter a fêmea, que não queria separar-se de seus filhos, permanentemente ao seu lado. Não se deve esquecer, como já foi mostrado em *Totem em Tabu*, que na família primeva prevalecia a vontade arbitrária do pai, e de que forma essa família transformou-se numa comunidade fraterna, mais forte que um filho isoladamente, com o assassinato do chefe da horda. Para manter essa comunidade, foram

criadas as primeiras leis e os primeiros direitos regulados pelos tabus, na cultura totêmica.

Nesse sentido, Eros e Ananke⁴⁴ impulsionaram o surgimento da civilização; de um lado, pela necessidade externa do trabalho para controlar a natureza e de outro, pelo desejo de manter o objeto sexual e os filhos juntos de si.

O amor sexual genital é o responsável pela formação da família, enquanto que, o amor sexual inibido em sua finalidade é responsável pelos laços afetivos entre pessoas estranhas, ou seja, pela ampliação da comunidade humana. Isso acaba por gerar um conflito, pois o indivíduo que participa da comunidade maior mantém seus laços familiares e, quanto mais fortes esses laços familiares, mais difícil é a ligação à comunidade mais ampla.

O autor afirma que as mulheres seriam as defensoras da família e da exclusividade sexual, opondo-se à civilização, e que os homens, por estarem ligados cada vez mais ao trabalho, acabavam por optar por sublimações pulsionais das quais as mulheres pareciam pouco capazes.

Sigmund Freud foi, sem dúvida, um pensador brilhante e, por muitas vezes, superou em sua teoria as limitações que sua conjuntura histórica lhe impunha; tendo isso em vista, não se pode esquecer que, mesmo assim, as influências de sua época foram importantes em seu pensamento e em sua teoria. Assim sendo, é perfeitamente inteligível que ele não pudesse imaginar o ingresso cada vez maior da mulher no mundo do trabalho e, como consequência, muitas vezes, a sua renúncia à formação da família, sua igual capacidade psíquica de sublimar as pulsões e mesmo as próprias mudanças na moral, que permitem hoje uma liberdade sexual muito maior. Nesse sentido, tanto homens como mulheres, ainda que com diferenças importantes, têm hoje papéis sociais cada vez mais parecidos, e a afirmação freudiana de que as mulheres seriam inimigas da civilização, por conta do papel feminino ser relegado a um segundo plano pelos homens (o que seria causado pela necessidade de o homem dispor da maior quantidade de sua energia psíquica para o mundo cultural), parece não se adequar bem à atualidade.

⁴⁴ Amor e necessidade.

A civilização tende, então, a diminuir a freqüência sexual, na medida em que utiliza a energia que nela seria empregada para outros fins culturais e, ao mesmo tempo, incentiva uma ampliação da unidade cultural. A proibição do incesto foi o primeiro passo da civilização, no sentido de restringir a vida sexual e foram seguidos pelos tabus, pelas leis e pelos costumes, ampliando essa restrição. Nesse sentido, a educação civilizada começa desde a infância a podar as manifestações sexuais infantis. No adulto, a restrição sexual se apresenta como sua limitação numa vida heterossexual, desrespeitando as diferenças humanas e, ainda, o próprio exercício da heterossexualidade é limitado pela monogamia indissolúvel. Claro que atualmente, em alguns países, as relações homossexuais já são reconhecidas e, na maioria deles, o casamento pode ser desfeito legalmente; mas grande parte das religiões não admite essa dissolubilidade e, em muitos países, as religiões têm um peso muito grande na limitação desses avanços culturais.

Tamanha rigidez na limitação da liberdade acabou por gerar também enormes transgressões e a tolerância para com elas, tolerância que não diminui as dificuldades de encontrar felicidade na vida sexual civilizada. As neuroses são doenças mentais causadas por frustrações na vida sexual que não são toleradas por algumas pessoas; os sintomas neuróticos são, justamente, satisfações substitutivas que acabam causando sofrimento e dificuldades de relacionamento.

As *pulsões de vida*, como já foi dito anteriormente, trabalham em prol da união e, numa relação amorosa entre duas pessoas, elas conseguem isso a ponto de os amantes sentirem que são uma unidade; assim, um terceiro objeto causa perturbação na dupla anterior. Vários seres humanos em dupla ligar-se-iam tranquilamente entre si e com outros indivíduos - sem nenhum prejuízo às relações entre as várias duplas - pelo interesse pelo trabalho, por exemplo, se a civilização não exigisse que estas outras ligações fossem também libidinais, como mostrado mais detalhadamente, em *Psicologia de Massa e Análise do Ego*⁴⁵, através dos mecanismos da identificação entre os membros de uma comunidade.

⁴⁵ Sigmund Freud, *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

Dessa forma, a ligação libidinal exigida pela civilização entre seus membros gera um sacrifício da vida sexual.

E a razão para a exigência de energia sexual nas relações entre os membros da comunidade é, justamente, a tentativa de controlar a agressividade constitutiva do ser humano, mas negando a sua existência. O próprio mandamento *ama a teu próximo como a ti mesmo* ou ao *teu inimigo* existe justamente, porque o ser humano, ao contrário do que os preceitos éticos tentam impingir, não é um ser dócil e amável; é um ser que não exita em abusar sexualmente do outro, em escravizá-lo, em explorar sua força de trabalho, em impor sua força para humilhá-lo, em roubá-lo, em matá-lo ou, como diria Hobbes, *o homem é o lobo do homem*.⁴⁶ E a história da humanidade está cheia das provas dessa natureza humana composta pela agressividade - as *pulsões de morte* ou de *destruição*. Quando não há uma forte tendência humana a praticar um determinado ato, não há necessidade de uma lei, mandamento ou preceito ético e moral que proíba o cometimento desse ato. É essa agressividade humana que perturba a integração da civilização e exige que ela tente controlá-la.

Como os seres humanos não são movidos pela razão, mas pelas pulsões, os interesses comuns não seriam suficientes para mantê-los unidos. Nesse sentido, os mandamentos éticos e a frustração sexual são impostos ao indivíduo no intuito de tentar manter sob controle essa hostilidade humana. No entanto, apesar de compreensível e aceitável a tentativa de controle da agressividade, a lei não consegue dar conta de todas as manifestações dessa agressividade; na verdade, a tática utilizada é que é equivocada, tentar abolir essa agressividade é inviável, e o mais acertado deveria ser redirecionar essa energia para outros canais e em favor da própria civilização.

Quando existem vários grupos ou comunidades é possível deslocar a agressividade para fora do grupo, facilitando a coesão interna. É o que justifica a intolerância religiosa; o amor é pregado para os fiés de determinada religião, mas contra os infiés é destinado o ódio.⁴⁷

⁴⁶ Thomas Hobbes, *O Leviatã*, São Paulo: Editora Abril, 1974.

⁴⁷ Freud, *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*.

Todas essas restrições à vida sexual e à agressividade humana acabam por tornar a vida em civilização um obstáculo à felicidade e, não obstante a vida ser mais segura na civilização, o humano primitivo estava mais próximo da felicidade, pois não conhecia restrições às suas pulsões; mas é também verdade que sua expectativa de vida não era muito elevada.

Tendo modificado a teoria das pulsões a partir do conceito de narcisismo, Freud pôs em cena o conflito entre os dois tipos de pulsões que dominam a natureza humana – as *pulsões de vida* e as *pulsões de morte* ou *de destruição*.⁴⁸ Uma busca a preservação e a ligação libidinal da substância viva com outros objetos, enquanto a outra busca a dissolução dessas ligações e o retorno a um estado anterior inorgânico, de calma. A vida humana, então, segundo essa teoria é dirigida por determinação desse conflito pulsional.

O desafio tornou-se observar a ação das *pulsões de morte* já que as *pulsões de vida* eram facilmente identificadas; e foi esse o ponto em que tornou-se expressamente necessária uma maior ampliação da teoria freudiana do sujeito para a cultura, porque era, justamente na sua expressão para o exterior em forma de agressividade e destrutividade, que as *pulsões de morte* podiam ser apontadas com maior facilidade. Interessante que, nesse sentido, enquanto o organismo direciona a agressividade para fora, ao invés de direcioná-la para o próprio ego, ele age no sentido de sua própria preservação e a favor de Eros. Podar essa agressividade voltada para o exterior significaria, então, redirecioná-la para a auto-destruição do ego. A verdade é que, em não poucas situações, as duas pulsões acham-se mescladas e indistintas, como no caso do sadismo e do masoquismo.

Sabendo disso, torna-se fácil compreender que as *pulsões de morte*, constituintes da natureza humana, agindo no sentido oposto ao da união e, portanto, ao das *pulsões de vida*, são um obstáculo à civilização. A civilização, que é produto da ação das *pulsões de vida* em busca da união libidinal da humanidade, luta, dessa forma, contra uma face da natureza humana que busca a sua destruição e é a principal representante das *pulsões de morte*. Nesse sentido, a história da humanidade seria uma história de luta pela vida. A civilização

⁴⁸ Sigmund Freud, *Além do Princípio do Prazer*, Rio de Janeiro: Imago, 2006.

depende, então, da ligação libidinal entre seus componentes, justamente porque é resultado da ação de Eros.

Para tentar anular a expressão da pulsão que visa a sua destruição, a civilização recorre ao redirecionamento da agressividade para o ego, para o interior; assim, o superego torna-se o representante interno da civilização, voltando a agressividade para o próprio ego. Essa tensão entre o ego e o superego tem como produto o sentimento de culpa que se expressa numa necessidade de punição.

O sentimento de culpa não é sentido apenas como uma consequência de um ato, mas também pela intenção de cometê-lo. Ora, se os impulsos pulsionais não são nem bons e nem maus, a decisão de cometer um ato, ou não, vem, então, da influência do desamparo e da dependência de outras pessoas, ou seja, do medo de perder o amor dessas outras pessoas. Perder o amor significa também perder proteção, e pode significar ainda uma ameaça, pois perder o amor de uma pessoa mais forte, pode equivaler a tê-la como inimiga e ter que submeter-se a uma punição. Mas a punição só ocorre caso a autoridade descubra o ato ou a intenção de cometê-lo; antes do estabelecimento de um superego que internalize a autoridade, o que posteriormente se tornará sentimento de culpa é apenas medo da perda de amor ou ansiedade social, como acontece com as crianças.

Estabelecido o superego, a diferença entre cometer um ato ou desejar cometê-lo deixa de existir para a autoridade internalizada, e o medo de ser descoberto também, já que tudo é conhecido pelo superego, inclusive a simples intenção de cometer um ato.

E quanto mais moral é o comportamento de uma pessoa, mais severo seu superego se torna, pois já que estando exposta a frustrações constantes, maior é o desejo de satisfação. Quando acontecimentos ruins assolam a vida de uma pessoa seu superego também se torna mais rigoroso, fazendo com que a pessoa se penitencie pela má sorte; isso se explica porque o Destino é tido como um substituto paterno e a má sorte significa que o pai substituto não ama mais essa

pessoa e está disposto a puni-la. Observando que as religiões atribuem ao Destino a Vontade Divina, fica mais fácil entender esse sentimento de culpa.

Antes do estabelecimento do superego, a renúncia pulsional era efetuada por medo de perder o amor da autoridade externa. Com o surgimento do superego, a renúncia pulsional não basta; se o desejo persistir ele é encarado pela nova autoridade como o ato em si seria; dessa forma, mesmo tendo sido efetuada a renúncia o sentimento de culpa permanece, o que gera uma tensão psíquica permanente, um constante mal-estar.

Resumindo: um primeiro estágio da consciência equivaleria ao medo da punição e da agressão pela autoridade externa; num segundo momento, internalizada a autoridade externa com o surgimento do superego, a renúncia pulsional se dá pelo medo da consciência ou superego; nesse estágio, intenção e ação equivalem, gerando sentimento de culpa e necessidade de punição. A autoridade interna é ainda mais severa que a autoridade externa, exigindo cada vez mais renúncias pulsionais. Esse ponto é fundamental, pois é através da culpabilidade interiorizada com o surgimento do superego, que a civilização consegue a garantia de submissão e de obediência cega por parte dos indivíduos e o exercício do seu poder sobre eles, dispensando o uso da violência ostensiva.

Uma criança é obrigada, pela autoridade externa, a uma série de renúncias pulsionais; essas renúncias causam na crianças desejos agressivos contra a autoridade, mas por medo de perder o amor dessa autoridade, a criança tem também de renunciar à agressividade e, para isso, ela utiliza o mecanismo da identificação, incorporando em si a autoridade, formando, dessa forma, o superego que volta a agressividade desejada para o próprio ego. Essa identificação com a autoridade nem sempre é real, ou seja, a criança pode identificar-se não com a agressividade que, de fato, recebeu por parte da autoridade. Nesse sentido, o superego formado pode ser muito mais rigoroso do que foi a autoridade paterna ou a impressão subjetiva dessa autoridade, equivalendo à agressividade destinada à autoridade por parte da própria criança e que foi renunciada por ela. Mas, assim sendo, o surgimento do superego poderia se dar apenas em função do Complexo de Édipo e não por uma determinação

social mais ampla; o componente que entra para esclarecer a questão é, mais uma vez, a filogênese, ou seja, são os traços do parricídio originário que justificam a severidade do superego.

A herança filogenética sugere, então, que a origem do sentimento de culpa do ser humano vem do parricídio cometido contra o pai da horda primeva, pela reunião dos irmãos.⁴⁹ Mas quando foi cometido o parricídio originário não havia ainda um superego; assim aqui cabe melhor o termo remorso e não sentimento de culpa; satisfeito o ódio com a morte do pai emergiu o amor e com ele o remorso e, em seguida, foi criado superego através da identificação com o pai morto, dando a ele poder de punição contra a agressividade cometida pelos filhos através das restrições introduzidas para impedir a repetição do crime. Com o estabelecimento do superego primevo ato e intenção deixaram de diferenciar-se; o complexo paterno repetiu-se geração após geração, e o remorso sentido pelo crime primevo, tornou-se sentimento de culpa pela ambivalência sentida em relação à figura paterna. A cada nova geração, a agressividade dirigida ao pai e reprimida foi fortalecendo a severidade do superego.

O conflito entre *pulsões de vida* e *pulsões de morte* tem sua primeira expressão coletiva na ambivalência de sentimentos em relação ao pai, gerando o sentimento de culpa e, enquanto a família for a primeira forma de união da humanidade, a expressão desse conflito continuará assumindo o formato do Complexo de Édipo e do primeiro sentimento de culpa. Quanto mais se amplia a comunidade, mais se amplia esse conflito e sua conseqüência – o sentimento de culpa. Ora, o sentimento de culpa, inicialmente gerado pela relação com o pai na civilização, aumenta e se estende a todo o grupo que é ligado libidinalmente, através da identificação mútua.

Nesse sentido, a união do ser humano em civilização se dá segundo duas condições: a inibição dos impulsos sexuais nos fins e a neutralização da agressividade através de sua introjeção e do fortalecimento do superego, o que gera frustração e liberação de hostilidade contra a cultura. Esta por sua vez coíbe

⁴⁹ Sigmund Freud, *Totem e Tabu*, Rio de Janeiro: Imago, 2005.

cada vez mais intensamente as manifestações hostis, por exemplo através de normas morais que produzem ideais do ego impossíveis de serem alcançados.

Ao mesmo tempo em que cresce a coerção cultural, cresce a coerção psíquica e cresce a hostilidade e, na mesma proporção, cresce o sentimento de culpa que pode justificar, inclusive, a intensa submissão das massas a um líder como forma de expiação dessa culpa e o direcionamento de sua agressividade para grupos externos. Freud pôde observar bem esse tipo de manifestação, na massa que foi liderada pelo nazismo e direcionava grande hostilidade aos judeus, simplesmente porque era essa a orientação ideológica da liderança.

A intensificação do sentimento de culpa é identificado aqui como o maior problema da civilização e a causa de uma importante perda da possibilidade de ser feliz, não obstante, as inegáveis contribuições em termos de segurança proporcionadas pela civilização. No entanto, geralmente esse sentimento de culpa não é identificado conscientemente por nós como tal - é apenas sentido como um incômodo, uma ansiedade, um mal-estar atribuído a outras razões.

As religiões trabalham brilhantemente com esse sentimento de culpa já que, além de identificá-lo nos sujeitos civilizados - ainda que tenham sua própria teoria para a sua origem -, prometem a redenção da humanidade desse sentimento que nominam como pecado.

Em outras palavras, superego é a consciência que tem por função vigiar o ego, tanto em suas ações como em suas intenções, e julgá-las. A percepção do ego de estar sob constante vigilância é que causa tensão. O medo que o ego tem do superego, a necessidade de punição, é uma manifestação instintiva do ego já que, pela ação do superego que é sádico, ele se tornou masoquista. Esse masoquismo é uma parcela da agressividade do ego voltada para ele mesmo, a fim de poder fazer-se amado pelo superego - de estabelecer uma ligação erótica com ele. O sentimento de culpa existe antes do estabelecimento da consciência ou do superego, como medo da autoridade externa; é o sentimento que deriva da necessidade de ser amado pela autoridade e da agressividade destinada a ela.

Na realidade, a hipótese freudiana é de que apenas o recalçamento das *pulsões agressivas* causam o sentimento de culpa, ainda que essas pulsões

difícilmente se encontrem em estado puro, sem mesclar-se ao outro tipo de pulsão. Como observado nas neuroses, a reação para a repressão de um impulso pulsional é, por parte de seus elementos libidinais, a formação dos sintomas e, por parte de seus elementos agressivos, o sentimento de culpa.

Assim sendo, a civilização ao coibir as pulsões em nome de Eros, acaba por produzir as neuroses e comprometer a si própria, gerando um efeito contrário ao pretendido e trabalhando a favor de Thânatos.

O conflito entre *pulsões de vida* e *pulsões de morte* é empregado em três esferas, nesses texto, caracterizando o processo pelo qual se desenvolveu e se desenvolve a civilização, mas que é também vinculada ao desenvolvimento do indivíduo e, na verdade, de toda a vida orgânica. Esses três processos estão indissociados.

Tanto o processo da civilização, quanto o desenvolvimento do indivíduo são considerados como sendo processos vitais, daí a asserção de se caracterizarem ambas pelo conflito pulsional. No entanto, a civilização é decorrente de uma modificação imposta tanto pelas *pulsões de vida* como pelas exigências da realidade – (...) *unir indivíduos isolados numa comunidade ligada por vínculos libidinais*.⁵⁰ E, apesar de ambos os processos visarem à união - no desenvolvimento do indivíduo o objetivo é unir esse indivíduo isolado a um grupo, e no desenvolvimento da civilização, unir vários indivíduos num grupo unificado – no caso do indivíduo, prevalece o objetivo principal do *princípio do prazer*, encontrar a satisfação da felicidade; mas antes que esse objetivo seja alcançado, o indivíduo já se vê enredado pela convivência com outros indivíduos inserido na civilização. Nesse sentido, o indivíduo se desenvolve, tendo duas exigências, uma egoísta – que busca a felicidade – e outra altruísta – que visa a união com outros indivíduos. Um conflito é gerado porque, enquanto o objetivo principal do indivíduo é alcançar sua própria felicidade, o objetivo da civilização é a união que deixa a felicidade do indivíduo em segundo plano, devido às restrições que impõe à satisfação pulsional; essa é a diferença fundamental entre os dois processos.

⁵⁰ Freud, *O Mal-Estar na Civilização*, p. 142.

É esse conflito entre uma necessidade egoísta e outra altruísta que gera a hostilidade entre o indivíduo e a cultura, ainda que a possibilidade de encontrar um equilíbrio entre esses dois objetivos não seja algo tão inimaginável e que não cause tantos prejuízos à felicidade individual.

Ampliando a analogia entre os processos de desenvolvimento da civilização e do indivíduo, o autor propõe essa mesma analogia no que diz respeito ao superego, ou seja, propõe a existência de um superego social. Entre as exigências desse superego cultural ou social está a ética como sendo um dos seus ideais, no que concerne às relações dos seres humanos uns com os outros. Nesse sentido, se é um ideal, significa que não foi ainda alcançado e, principalmente, porque ignora e esbarra numa faceta da constituição psíquica humana que é a inclinação para a agressividade. Assim sendo, o superego, tanto individual quanto cultural, exige do ser humano algo que ele não é capaz de cumprir, pois não é possível banir uma parte de sua natureza, e essa impossibilidade causa infelicidade, revolta ou neuroses.

O mandamento *ama a teu próximo como a ti mesmo* é um dos preceitos éticos impossíveis de serem levados à cabo pelos indivíduos. Isso significa que o indivíduo que cumpre esse mandamento é tão infeliz quanto aquele que o ignora e dá rédeas soltas à sua agressividade. É por essa razão que a religião tem que prometer a felicidade numa vida após a morte já que, alcançá-la nessa vida seguindo os seus preceitos, é impossível.

A civilização ou seu superego, nesse sentido, se comporta como um obstáculo à felicidade, na medida em que ignora ou tenta apagar as tendências agressivas constitutivas dos seres humanos. Os preceitos éticos que ditam como deve ser o comportamento humano e impõem inúmeras restrições à agressividade humana, acabam por causar efeitos complicados para a própria civilização. O primeiro deles é a exacerbação do sentimento de culpa gerado pela própria repressão da agressividade que vem combinado, muitas vezes, à restrições eróticas, que associados causam as neuroses, e pode sugerir que a sociedade civilizada é uma sociedade à beira da neurose, ainda que se leve em consideração as limitações dessa analogia. Outro efeito devastador para a

civilização, e que é consequência de todas as exigências de renúncia pulsional impostas por ela, além da infelicidade, é o retorno dessa agressividade contra o agente repressor: a própria civilização.

Um dos auges desse retorno do reprimido pôde ser observado por Freud durante a Primeira Guerra Mundial, que provou a impossibilidade de viver segundo os preceitos éticos impostos pela religião e pela civilização e a indestrutibilidade das *pulsões de morte*. A guerra teria sido, portanto, uma expressão da *pulsão de morte* como agressividade contra a civilização.

Freud nos fala dos efeitos da Primeira Guerra Mundial na vida dos indivíduos, em *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, publicado em 1915. Na primeira parte desse texto, intitulada *A Desilusão da Guerra*, ele descreve esses efeitos causados no cotidiano das pessoas; a guerra trouxera um nível de destruição nunca visto antes, de inúmeras das criações da humanidade; a tendenciosidade das informações veiculadas durante a guerra confundiu absurdamente o discernimento das pessoas, mesmo das mais lúcidas, e a própria ciência deixou de ser imparcial e se tornou também arma de guerra. A Guerra gerou uma completa desorientação nas pessoas que não estavam diretamente envolvidas no fronte, e isso por conta de dois fatores principalmente: da desilusão e da nova atitude para lidar com a morte provocadas por ela.

A desilusão a que refere-se o autor surgiu pela violência da Guerra porque, por mais que fosse sabido que a possibilidade de guerras permanecia real enquanto houvesse tamanha diferença entre as nações e que essas diferenças seriam as razões de conflitos, jamais, nem na visão mais pessimista, se poderia esperar que eclodisse um evento tão sangrento e degradante. A expectativa era a de que as nações que dominavam o mundo e a tecnologia que impulsionava e trazia avanços para civilização, fossem capazes de solucionar esses conflitos de forma um pouco mais civilizada. Até porque, aos indivíduos de cada uma dessas nações civilizadas eram impostas rígidas regras morais e éticas de comportamento, o que, na maioria das vezes, implicava num sacrifício pulsional gigantesco. Era natural que se esperasse que as nações também utilizassem as mesmas regras de conduta ética no relacionamento entre si. Mas, o que ficou

claro com a deflagração dessa guerra, foi que o *Estado proíbe ao indivíduo a prática do mal, não porque deseja aboli-la, mas porque deseja monopolizá-la (...)*; o que ao indivíduo era proibido, os Estados se permitiam realizar sem escrúpulos.⁵¹ Ao mesmo tempo em que esses Estados exigiam uma obediência cega dos indivíduos e os impediam de pensar livremente, através da censura e da manipulação de informações, em nome do patriotismo, as nações em guerra admitiam para si a quebra dos tratados entre elas e da ética que era tão exigida dos cidadãos.

A guerra mais violenta e destrutiva até então, por causa da tecnologia empregada nela, explodiu desrespeitando as regras do direito internacional, rompendo laços de cooperação entre nações e mostrando a face mais desagradável da natureza humana.

É claro que um Estado não pode abrir mão da força ou da prática do mal. Segundo Freud, isso é vital para sua sobrevivência; o contrário seria expressão de fraqueza, mas dosar sempre, com uma certa ética, a força empregada também deveria ser fundamental. Ao indivíduo, no entanto, era imposto abrir mão, em nome da moralidade civilizada, de uma face “brutal e arbitrária”⁵² de sua natureza. Mas o Estado provou não poder indenizá-lo por esse sacrifício pulsional. Agora, quando o Estado dá um exemplo de exacerbação no uso do mal, é conseqüente que a moralidade dos indivíduos, sob o domínio desse Estado, também enfraqueça.

Contrariando toda uma corrente da Filosofia Política que afirma que o Estado detém o monopólio legítimo da força como meio de garantir a manutenção da vida humana e a proteção dos seres humanos, Freud afirma que, na realidade, o Estado possui o monopólio legítimo da injustiça e não é sua prioridade garantir a vida humana. O Estado, na Guerra, se mostrou responsável por grande número de mortes e preocupado apenas com as disputas de seus interesses.

Na verdade, não é que o indivíduo civilizado tenha se sentido desamparado diante do advento da guerra e do comportamento incivilizado de sua nação e das outras e, da destruição gerada por esse comportamento, como se o mundo se

⁵¹ ⁵² Freud, *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, p. 289.

⁵²

tornasse irreconhecível, de uma hora para outra. A desilusão gerada pela guerra consistiu, justamente, no desmascaramento da pouca ética de uma nação na relação com as outras - já que era a nação que impunha as mais duras restrições morais internamente, aos seus indivíduos -, e na brutalidade dos indivíduos que, em tempos de paz, seria inimaginável observar em seres considerados civilizados.

O que saltou aos olhos, na realidade, foi que a educação e a influência do ambiente civilizado não erradicaram parte da essência humana (“mal”), que não interessa à civilização, para substituí-la pela parte interessante (“boa”). Essa erradicação não é nem sequer possível, segundo a Psicanálise, porque os impulsos humanos primitivos não são bons nem maus, certos ou errados, em sua essência, apenas visam a satisfação de algumas necessidades primitivas - são desejos. A classificação desses impulsos ou pulsões como bons ou maus vem, justamente, das necessidades e exigências do mundo civilizado. O que ocorre, realmente é que, socialmente, ao longo da vida esses impulsos são inibidos, reorientados no sentido e na finalidade, e mesclados com outros; essas reações causam a impressão de sua supressão no sujeito.

O que provoca essas modificações sobre os impulsos “maus” são dois fatores: um interno, a necessidade de amor, que mistura os instintos *egoístas* e *eróticos* transformando-os em *sociais*, e outro externo, as reivindicações do meio civilizado, através da educação e da coerção. A civilização se ergue, portanto, sobre a renúncia pulsional e se sustenta através sua reificação.

As exigências externas vão sendo internalizadas cada vez mais e tomando a aparência de serem naturais ao ser humano. Na verdade, a ação considerada boa socialmente pode ser motivada por impulsos egoístas ou altruístas, podendo não representar, de fato, um enobrecimento pulsional, dependendo das vantagens que a ação possa proporcionar ao indivíduo. O que a civilização exige do indivíduo é um “bom” comportamento e não uma domínio pulsional. Um padrão moral rigoroso não produz transformações na base pulsional ou instintual, mas uma coibição pulsional que se mostra frágil e tensa e faz com que a pulsão aguarde a primeira oportunidade para voltar à tona e se satisfazer. As neuroses são a expressão desse conflito no domínio da sexualidade, onde a inibição pulsional é

mais difícil. Em outras esferas essa tensão é sentida na “deformação do caráter” e na flexibilidade das pulsões reprimidas que irrompem sempre que a ocasião se torna propícia, em busca da satisfação. Ao ser humano civilizado são impostos, então, sacrifícios psicológicos num nível superior ao que a sua natureza pode suportar sendo, segundo o autor, um indivíduo civilizado não mais que um hipócrita⁵³.

O que a guerra fez foi apenas provocar a queda de uma ilusão – a de que o ser humano era civilizado por conta do comportamento que era coagido a adotar em tempos de paz. A guerra mostrou que o ser humano nunca foi tão civilizado quanto se supunha e que suas características primevas ainda eram influentes.

Na mente humana, segundo Freud, não há destruição dos estágios primitivos, todo novo desenvolvimento mental convive com o estágio anterior e, assim sendo, apenas as aquisições posteriores podem ser destruídas, o que torna perfeitamente possível o que o autor chama de involução mental provocado por determinados fatores e, sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial pode ser considerada como um desses fatores.

Todo o arcabouço moral civilizado foi deixado de lado com a eclosão da Guerra, que trouxe à tona o ser humano em busca da satisfação pulsional e livre de amarras morais, isso tanto no nível individual quanto no coletivo. O que também permite pensar que, finalizada a guerra, a outra parte da essência humana, considerada mais vantajosa para a civilização, pudesse recuperar sua predominância sobre a ação humana - a parte pulsional que permite a vida em sociedade, porque necessita de amor, as *pulsões de vida*.

Falando dos cientistas, sujeitos guiados supostamente pela razão, mas que deixaram afrouxar o intelecto diante da guerra e se tornaram tendenciosos agindo contra a razão, o autor justifica que, quando há qualquer resistência emocional, a razão não pode contrariá-la e, então, é preciso superar a resistência para retomar a razão; dessa forma, seria de esperar que com o fim da guerra esses cientistas também recuperassem a sobriedade intelectual. Fica claro aqui, mais uma vez,

⁵³ Freud, *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, p. 293.

que o autor considera que a racionalidade não é imparcial, que é afetada também por fatores emocionais.

O que o autor defende para uma possível recuperação da civilização, é uma maior honestidade com o ser humano; não dá para esperar que uma educação imposta seja internalizada sem que os educandos compreendam e aceitem sua função; não é justificável um número tão grande de restrições morais impostas ao indivíduos, sem qualquer compensação por elas, porque não há compensação para tantas restrições; o homem não pode ter controle sobre a sua natureza pulsional, a não ser que isso seja uma opção racional e afetiva, em nome de algo que traga uma recompensa por esse sacrifício, e esse algo deveria ser a vida em sociedade.

A questão é que não houve recompensas suficientes por parte da civilização; dessa forma, a guerra mostrou que o que foi reprimido acabou por retornar contra a própria civilização, seja na fragilidade do caráter do ser supostamente civilizado, seja como agressividade, na guerra. Uma maior honestidade poderia representar um fator de evolução para a civilização que, reconhecendo seus excessos e limites, poderia se erguer com uma base menos ilusória.

Na segunda parte, intitulada *Nossa Atitude para com a Morte*, Freud fala de um outro fator ao qual atribui esse sentimento de não pertencimento à nova realidade do mundo em guerra, que é a nova maneira de lidar com a morte que essa estranha realidade impôs ao humano moderno.

Antes da guerra, a morte era colocada de lado pelo ser humano, que apesar de saber de sua inevitabilidade agia, de fato, como se ela não o fosse atingir. A psicanálise explica que, inconscientemente, todos acreditam em sua imortalidade. Isso, é claro, não faz com que a morte não ocorra constantemente, mas a maneira de lidar com ela, quando ocorre com pessoas conhecidas ou não, revela a constante tentativa de negá-la e o grande afeto que causa, por exemplo, através das atitudes dos sobreviventes, de exaltação das qualidades do morto e o esquecimento de seus atos censuráveis; a consideração pelo morto se torna maior que a consideração pelos vivos, afinal ele completou um ato incrível.

Quando a morte ocorre com pessoas íntimas, o sentimento é de um sofrimento gigantesco, como se parte do sobrevivente tivesse morrido com o defunto; a vida deixa mesmo de ter interesse por um tempo. A proximidade da morte faz com que os perigos sejam evitados. É apenas na ficção que a morte pode ser vivida sem riscos; o herói pode morrer, mas os espectadores sempre sobrevivem a ele.

A guerra causou uma revolução inevitável nessa maneira de lidar com a morte, pois um grande número de pessoas morria diariamente (pessoas distantes, próximas e íntimas) e não era mais possível negá-la; a impressão de acaso deixava de governá-la, não havia mais como evitar os perigos. Freud nos fala nesse texto, tanto dos combatentes que estavam diretamente arriscando suas vidas nas batalhas, como e, principalmente, dos que aguardavam as notícias das mortes em casa.

Para tentar compreender melhor a atitude do humano civilizado para com a morte, Freud recorre à atitude adotada pelo humano primevo, em relação a ela. Ao mesmo tempo em que ele a encarava como algo real e inevitável também produzia artimanhas para negar sua própria morte; reações extremamente contraditórias, dependendo de quem era a morte. Quando a morte se relacionava a um estranho ou a um inimigo significava, simplesmente o fim, podendo ainda significar vantagens; poderia mesmo provocá-la, se necessário, sem escrúpulos. Matar era, então, algo natural e instintivo. O sentimento de culpa que a civilização e a doutrina cristã carregam inicia-se nessa história primitiva de assassinatos, em especial do assassinato do pai, que já foi melhor explicada no primeiro capítulo desse trabalho.

Para entender melhor como essas duas atitudes para com a morte combinam e conflitam, basta pensar que a morte de pessoas amadas causava no ser humano primevo muito sofrimento e revolta, além da certeza de que cada ser humano poderia também morrer, e que a morte dessas pessoas amadas era, de fato, uma morte de parte de si mesmo; de outro lado, porém, essas mortes também causavam certa satisfação, já que as pessoas amadas também lhe eram

estranhas, em alguma medida. Eis a ambivalência de sentimentos do humano primevo, em relação à morte.

O humano primevo não podia manter distante a morte, já que a morte de pessoas amadas lhe provava a proximidade dela; no entanto, não conseguia admitir sua própria morte. A solução foi admitir sua morte por um lado, e por outro, tirar da morte o sentido de fim, criando assim, os espíritos que se tornaram maus pela mistura dos sentimentos de satisfação e tristeza para com o morto. Dessa maneira, surgiu a idéia da divisão entre corpo e alma e de sua separação, com o advento da morte, além da idéia de prolongamento da vida após a morte. Daí para frente, as religiões refinaram as várias formas de negar a morte e conceber uma outra vida após seu advento. Portanto, é da forma do humano primevo de lidar com a morte, que vem a atitude convencional e cultural civilizada para com ela.

Da culpa e da satisfação pela morte e do ódio pelo morto, surgiram, como compensação, os mandamentos éticos - o mais importante deles *não matarás* - adotados pelo humano primevo, primeiro em relação ao morto amado, depois estendido aos mortos estranhos e, posteriormente, até aos inimigos mortos. Já em relação ao humano civilizado, não havia remorso nem culpa pelos assassinatos cometidos; a guerra provava que esse mandamento ético – *não matarás* - não resistia no mundo civilizado. O humano primitivo quando matava alguém passava por rigorosos rituais de expiação, até que pudesse retomar sua vida normal; pensava se livrar de forças demoníacas através desses rituais que, na realidade, representavam seu sentimento de remorso em relação ao assassinato do inimigo. O homem civilizado, nessa guerra, se mostrou muito mais frio e cruel, matando o inimigo sem culpa alguma. Para o autor, o humano civilizado havia perdido a sensibilidade ética que tinha o humano primitivo.

A proibição do assassinato, no mundo civilizado, é prova não da ética humana civilizada, mas do quão forte é o impulso de cometer esse crime no humano civilizado; do contrário, não haveria necessidade de uma proibição tão incisiva. E a importância do mandamento *não matarás* evidencia a herança do impulso homicida na civilização.

Voltando à questão de como lidar inconscientemente com a morte, pode-se perceber, através das ferramentas da Psicanálise, que a forma utilizada pelo humano primevo não se diferenciou muito no humano civilizado. Como na mente, tudo o que é primitivo continua coexistindo com o que é adquirido e, nesse assunto especificamente, a civilização não proporcionou nenhuma alteração significativa no comportamento do humano civilizado em relação à morte; admitir sua própria morte, para o inconsciente civilizado, continua a ser tão difícil quanto era para o humano primevo.

É justamente a falta de crença na própria morte que é a justificativa de atos heróicos e corajosos, que ignoram os perigos - comportamento dos combatentes de guerra. E, ao contrário do que possa parecer, ter medo da morte não significa admitir sua possibilidade e tem mais relação com o sentimento de culpa que envolve a morte de outras pessoas; essas mortes sim, são prontamente admitidas pelo inconsciente. Ora, constantemente o inconsciente deseja a morte de outras pessoas; obviamente o desejo de matar não é o mesmo que um assassinato, mas tem profundas conseqüências na realidade psíquica. Pelo menos em relação ao desejo, os humanos civilizados são todos assassinos implacáveis. Se os desejos fossem transformados em ato sem barreiras, como na época primeva, a humanidade poderia não mais existir.

Na realidade psíquica do humano moderno, assim como na do humano primitivo, há também atitudes ambivalentes em relação à morte, ao mesmo tempo em que se reconhece a morte como sendo o fim, a extinção da vida, também nega-se sua existência. No humano primitivo esse conflito conduziu a uma crença na existência da alma e em preceitos éticos; no humano civilizado ele conduz às neuroses, tamanha a importância que esses desejos de morte têm psiquicamente. Inconscientemente, a maneira de lidar com a morte do primevo e do civilizado continua a mesma, não obstante a imensa distância que a atitude cultural e convencional moderna tem da do humano primitivo.

Mas a guerra, na visão de Freud, retirara toda a roupagem civilizada do ser humano moderno deixando surgir o humano primitivo que se abrigava debaixo dela. Os combatentes agiam como se fossem heróis, ignorando a possibilidade de

sua morte; os estranhos eram tratados como inimigos que deviam ter desejada e provocada sua morte, e ainda, não se devia abalar com a morte de pessoas amadas. No entanto, mesmo com tamanho prejuízo causado à civilização, as guerras não cessarão, segundo o autor, enquanto as diferenças e o ódio entre as nações se mantiverem tão gritantes. A solução talvez fosse reconhecer a realidade e a importância da morte na vida psíquica; se não reconhecer a morte faz com que desprezemos a vida, talvez reconhecê-la faça com que a vida seja mais valorizada. E a frase final do texto exprime muito bem essa idéia – *se queres suportar a vida, preparar-te para a morte*.⁵⁴

Nas *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, o autor deixa transparecer bem uma certa decepção – pessimismo parece uma expressão exagerada - em relação à civilização que não foi capaz de construir-se sobre uma base sólida, que não conseguiu controlar de maneira satisfatória os impulsos primitivos que persistem no inconsciente e são nocivos à sociedade. De fato, eles não poderiam ser eliminados, porque são componentes da psique humana, parte da natureza humana, mas poderiam ser modificados em nome de uma obra maior – a cultura.

No entanto, talvez uma civilização menos hipócrita - que reconhecesse a composição pulsional e instintiva do ser humano, como algo que não é positivo nem negativo, mas que precisa ser controlada em nome da possibilidade de uma vida mais segura e da necessidade da convivência em coletividade, da necessidade de amor - pudesse ter mais sucesso, respeitando sempre os limites dessa natureza humana. Se o intelecto humano é também influenciado e afetado pelas emoções e, uma justificativa racional não é suficiente para garantir a fortificação da civilização, então sua justificativa tem que ser também psíquica e emocional; é a necessidade de amor, de viver em grupo que deve prevalecer sobre os impulsos agressivos contra a civilização, e para isso é preciso reprimir apenas os impulsos ou pulsões que forem estritamente necessários. Esses impulsos devem ser redirecionados, sublimados, transferidos para outras esferas e até mesmo transformados em favor da cultura, que deve dar recompensas por

⁵⁴ Freud, *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, p. 309.

esses sacrifícios. Repressão demasiada acaba por gerar revolta e, na primeira oportunidade que se apresente, tudo o que foi reprimido retorna em forma de agressividade, justamente contra o agente repressor – a civilização.

Em *Sobre a Transitoriedade*, também escrito sob o efeito da Guerra, o autor nos fala de um fenômeno que ganhou força naquela conjuntura histórica pela qual passava o mundo civilizado: a finitude, a perecibilidade, a morte, a transitoriedade. Trata-se de um texto curto, escrito em novembro de 1915, mas que mostra uma visão um pouco mais animadora do pai da Psicanálise sobre a Guerra e a possibilidade de reconstrução de tudo o que ela havia destruído.

Parte componente da psique humana, o ego investe a si mesmo e a vários objetos libidinalmente, cria laços de afeto com esses objetos e, quando esses objetos acabam ou morrem, a libido fica livre para ser investida, mais uma vez, em novos objetos. No entanto, por um período o ego resiste a se desprender do objeto perdido, o sofrimento pela perda do objeto libidinal, põe uma barreira à uma nova ligação afetiva – esse é o fenômeno do luto – e faz com que tudo perca o interesse. Com essas observações o autor tenta explicar o sentimento gerado pela destruição dos objetos valiosos da civilização pela Guerra, e a própria transitoriedade desse sentimento.

Não é porque esses objetos valiosos perecem e pereceram com a Guerra que eles perderam o valor. Essa sensação da perda do valor e a frustração que a guerra causou, se dissipariam assim que a guerra terminasse, e a humanidade mais uma vez estaria pronta para investir na reconstrução de tudo o que fora perdido. Não é porque esses objetos se mostraram efêmeros, que perderam seu valor. Assim o autor mostrava uma visão otimista, pois a percepção da fragilidade da civilização, que a guerra causou, serviria para que sua reconstrução se fizesse em bases mais sólidas do que as anteriores.

O ponto fundamental dos dois primeiros textos talvez esteja no que diz respeito à repressão das *pulsões agressivas* no indivíduo, por parte da civilização moderna, o que gera todo o desconforto ou o mal-estar, que nada mais é do que o sentimento de culpa, sentido tanto em função da coerção externa quanto da coerção externa internalizada pelo superego. Como tanto as *pulsões de vida*

quanto as *pulsões de morte* são componentes da natureza humana, impedir que uma delas se expresse é impossível tanto que, quando reprimidas, as *pulsões agressivas* retornam contra o agente repressor que é a civilização. Esse retorno pode ser ainda mais forte quando o Estado, representante de cada unidade territorial civilizada, não se furta em praticar o mal, a agressividade, tendo, portanto, o monopólio da força e da injustiça. Estados que usam a agressividade como meio de relacionamento com as outras nações, o que foi observado durante a Primeira Guerra Mundial, acabam por reproduzir a mesma prática nos seus cidadãos que, se comparados aos humanos primitivos, podem se mostrar muito mais cruéis do que seus ancestrais.

Freud coloca nos textos estudados nesse capítulo, sobretudo nos dois primeiros, algumas questões muito interessante no que diz respeito à esfera da Política. Uma delas seria, inclusive com uma frase do Hobbes - *o homem é o lobo do homem* - a constatação de que o que está em jogo na cena política e social é um constante estado de guerra, uma guerra psíquica interna que se transfere para a esfera social. Nesse sentido, a visão freudiana é uma visão extremamente realista e anti-cristã ao reconhecer que, apesar de uma tendência à associação, ao agrupamento que também é um componente natural do ser humano, há uma esfera da natureza humana que não se permite enredar na teia social, que resiste à normalização, e é essa dimensão o fator perturbador de uma suposta ou (im)possível ordem social.

Dito isso, é óbvio que o Estado não poderia passar também sem essa dimensão conflituosa e, nesse sentido, afirmando que o Estado possui o monopólio da injustiça, o autor vai na contra-mão do pensamento hobbesiano, ao desacreditar o Estado como o fiador da vida humana. Ele não é mais o ente que protege a vida humana da morte violenta no *estado de natureza*; pode, inclusive, como se viu durante a Primeira Guerra Mundial, ser o próprio promotor da morte. O Estado passa a ser, portanto, uma esfera de poder e dominação na direção de seus próprios interesses. A política se traduz, então, como uma tentativa de lidar com a guerra que é incessante no cotidiano social, porque também o é no individual – *pulsão de morte x pulsão de vida*.

A cultura se mostra aqui como um espaço de privação e sofrimento e, no entanto, quem rege sua dinâmica, no pensamento freudiano, é o *Princípio do Prazer* na sua metamorfose em *Princípio de Realidade*. Assim sendo, ainda que o conflito pulsional seja incontornável ou inegociável, pois as paixões é que dominam o cenário, há uma busca incansável pela manutenção de uma certa ordem e, nesse sentido, o Estado é também um bem necessário. Ou seja, ainda que produza injustiças, por outro lado, o Estado garante os incontáveis benefícios da ordem (possível) num cenário catastrófico de guerra constante.

Com todos os conflitos característicos da civilização, voltar a viver em horda como os seres humanos primitivos é algo inimaginável para Freud, pois ainda que produza infelicidade, a civilização deu e dá inúmeras contribuições também para a felicidade humana. Assim sendo, um Estado com poder limitado dentro de cada formato político, é preferível a um tirano dominador com poder irrestrito. Nesse sentido, é que talvez não seja apropriado classificar a visão freudiana da cultura como uma visão pessimista. É claro que Guerra causou uma decepção enorme, mas sua crença na reconstrução do que foi destruído em bases mais sólidas é inabalável. E ainda, ver que o ser humano não é bom nem mal, sendo apenas um ser desejante, é um grande avanço no sentido da desconstrução de uma visão cristã carente de razão sobre a natureza humana.

CONCLUSÃO:

O valor dos escritos freudianos é incontestável, principalmente no que concerne à teoria psicanalítica. No entanto, quando escreve sobre questões sociais, acaba por reduzir o social à dimensão psíquica, anulando, por vezes, o que há de próprio ao social, e que não é determinado por essa natureza. Nesse sentido, indicaremos algumas questões que merecem uma atenção maior e que, entretanto, não desmerecem a teoria psicanalítica, mas que, em se tratando do social, é importante discuti-las, pois isso não invalida de forma alguma as contribuições oferecidas pelo pensamento freudiano ao estudo das questões que envolvem a sociedade.

O ponto central do pensamento social freudiano é a importância dada por ela à figura paterna. O parricídio originário é o que, segundo o autor, funda a vida em civilização; e a história será sempre a repetição desse crime, deformado com o passar do tempo. Ora, não há como não ver problemas nessa concepção. E só

para citar dois deles: a dimensão de criatividade do social é suprimida e a história deixa de ser o espaço de manifestação da invenção social, para se transformar num espaço de repetição, já determinada à priori - uma verdadeira compulsão à repetição histórica.

Outro ponto complexo nos escritos sociais de Freud são as analogias realizadas entre o indivíduo e a sociedade, e que só foram possíveis, nesses escritos, porque para ele os dois objetos – a sociedade e o indivíduo - são constituídos pelo mesmo material; o assassinato do pai primevo, ao mesmo tempo em que fundou as primeiras instituições sociais, fundou também a psique humana em torno do complexo de Édipo.

Com essa justificativa, a religião é apresentada várias vezes como passível de ser utilizada nessa analogia; em *Totem e Tabu*, os rituais religiosos são comparados aos rituais dos pacientes obsessivos. Também na sua base, a religião é comparada ao indivíduo, pois seria o sentimento de desamparo infantil em relação ao pai que possibilitaria a sujeição dos indivíduos ao deus religioso. Em *O Futuro de uma Ilusão e Moisés e o Monoteísmo*, munido dessa comparação, o autor pôde considerar a religião como uma fase de desenvolvimento da humanidade – a fase infantil - e mais, como uma fase neurótica da humanidade, semelhante à neurose infantil, pela qual passaria qualquer criança no seu desenvolvimento psíquico. Assim sendo, tanto o ser humano quanto a humanidade passariam por uma fase de renúncias pulsionais para as quais ainda não estariam preparados, o que faria irromper a neurose e as idéias religiosas. Com o amadurecimento, a criança, através do *Princípio de Realidade*, poderia fazer as renúncias necessárias sem produzir uma neurose; da mesma forma, superada essa fase infantil da humanidade, reinaria a fase científica.

Um dos problemas dessa analogia – do social com o indivíduo - é considerar toda a humanidade fundada segundo o complexo de Édipo, exclusivo da sexualidade masculina, excluindo, assim, o complexo sexual feminino. O complexo paterno masculino como explicação do social, também deixa de lado a

razão de haver inúmeras variedades de sociedade, mesmo que o ponto de partida seja o mesmo.

Sem dúvida, a redução do social a aspectos psíquicos, faz com que o autor não consiga incorporar vários outros aspectos do social que independem de uma determinação psíquica. Em sua análise, por exemplo da instituição Igreja (*Psicologia de Massa e Análise do Ego*), afirma que ela se sustenta sob a idéia ou ilusão de que todos os irmãos são amados igualmente pelo Cristo; essa redução ao aspecto psíquico não se sustenta por si só, ainda que a *identificação* produzida por essa idéia nos fiéis, tenha relação com a vitalidade da instituição de alguma forma. A Igreja se caracteriza também por sua atuação ao longo do tempo, sendo uma instituição diferente em diferentes momentos históricos, tendo maior ou menor influência política e econômica durante a história da humanidade. Não é possível desprezar a influência política que a Igreja católica tem, ainda hoje, sobre muitos Estados que se consideram, inclusive, laicos - por exemplo, quando sustenta o impedimento da aprovação de leis que pretendem legalizar o aborto e a eutanásia, e relacionar essa influência apenas a aspectos psíquicos. Ignorar os aspectos políticos e econômicos não ajuda muito na compreensão desse tipo de fenômeno.

Para justificar que, mesmo passado tanto tempo após a realização parricídio originário, as gerações ainda sejam afetadas inconscientemente pelos sentimentos que o envolveram, o autor recorre à filogênese, advertindo que esse recurso seja utilizado apenas quando a possibilidade de explicação através da experiência individual - a ontogênese - não seja possível para tal. E Freud opta por utilizar esse recurso porque, para ele, não haveria outra possibilidade explicativa na experiência individual que justificasse a presença da intensidade desses desejos, em todos os seres humanos que envolveram o crime originário – questão que será desenvolvida por outros autores depois de Freud.

O problema é que a filogênese é o elemento que acaba com a dimensão própria do social, que deixa de ser uma esfera de conflitos (além do pulsional) e da variedade de formas de vida e, além disso, por conta da introdução desse elemento, a história passa a ser apenas composta da repetição sucessiva do

retorno do reprimido. Esse retorno aparecia em determinados eventos – como a morte de Moisés e de Cristo - que, aparentemente, teriam características cada vez mais diversas do evento reprimido, mas que em verdade se aproximariam dele a cada novo retorno – o que poderia ser provado apenas pela Psicanálise, desvendando o que estaria por trás da deformação desses eventos.

No entanto, apontar essas limitações do pensamento freudiano não significa deixar de poder extrair contribuições suas para o estudo do social, até porque, mesmo que não se aceite a hipótese da transmissão filogenética de traços do crime primevo, pode-se perceber que a figura paterna e o poder por ele representado têm papel importante nas instituições sociais; assim como o sentimento de culpa, analisado em *O Mal-Estar na Civilização*, é uma dimensão fundamental na explicação da dinâmica social, mas não única, e para acolhê-la não é necessário ignorar outras dimensões explicativas dos fenômenos sociais.

A hipótese da filogênese que serve para explicar a intensidade dos sentimentos em relação aos pais em todos os seres humanos, foi descartada por outros autores e substituída por hipóteses que a dispensam. Lacan, que explica que o complexo de Édipo e o complexo de castração são universais porque os adquirimos junto com a linguagem, o que obriga, no reconhecimento do “eu”, também o reconhecimento do “Outro” – o Outro objeto (mãe) e o Outro proibidor (pai). Assim sendo, ao inserir-se na linguagem o sujeito passaria a viver os complexos citados e a intensidade dos sentimentos neles envolvidos, dispensando, dessa forma, a hipótese de que traços do crime inaugural tenham sido passados de geração em geração até ele.⁵⁵ Outro autor, Le Guen, invalida a hipótese da filogênese, afirmando que os sentimentos envolvidos nos complexos de Édipo e de castração são universais e vividos individualmente por todos, independente do sexo, porque todos nascemos invariavelmente inseridos numa triangulação onde um outro, que não é a mãe, é sentido como ameaçador ao ser responsabilizado pela retirada da mãe ou do seio de nossa presença. Isso acontece em toda a época histórica e em qualquer cultura.⁵⁶ Assim sendo, para explicar os sentimentos universais que fazem parte dos complexos de Édipo e de

⁵⁵ Renato Mezan, *Freud: Pensador da Cultura*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 620.

⁵⁶ Mezan, Op. Cit., p. 621-623.

castração, a hipótese de *Totem e Tabu* deixa de ser necessária. Agora, em relação ao social, a inconsistência dessa hipótese será explicada por outras vias.

Freud não reconhece a dimensão específica do social, porque tudo o que é social, para ele, advém da natureza humana. O que explica a dinâmica social, por exemplo, seria o progresso técnico - como explicitado em *O Mal-Estar na Civilização* - e a detenção desses progressos seria o responsável pela vitória de uns sobre os outros - o que deixa de explicar porque os vencedores se utilizaram desses recursos e os perdedores não. O que pode esclarecer essa questão, na teoria freudiana, são as tendências naturais que constituem os vencedores e os vencidos, cuja diferenciação constitucional fica clara, por exemplo, quando o autor distingue o líder dos outros indivíduos, em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*. Mas isso introduz uma outra questão, que enfraquece a tese de que características que compõe os indivíduos seriam as responsáveis pela exploração de uns por outros: a de saber que fenômeno explicaria uma derrota dos dominadores pelo dominados. Supor uma migração dessas características seria fantasioso ao extremo.

Essas questões surgem justamente porque Freud não reconhece os conflitos de força nas relações sociais internas, ao que ele chama grupo ou massa; não reconhecendo as lutas das diferentes classes, reduz os conflitos apenas para as guerras entre os diferentes grupos ou nações, por conta do desvio da agressividade para o exterior; internamente, a identificação recíproca resolveria os problemas e determinaria o comportamento pacífico dos indivíduos dentro de sua sociedade.

A primeira identificação teria se dado entre os irmãos da horda, através da culpa por juntos terem matado o pai, segundo *Totem e Tabu*; para o autor isso não poderia ser uma ficção; ao contrário, tinha realmente que ter acontecido, várias vezes, em diversas hordas, ao longo do tempo, para que de fato pudesse ter fundado as instituições sociais, até porque só um ato poderia justificar o surgimento da nova instância psíquica responsável pela culpabilidade – o superego.

O problema é que a hipótese da filogênese, que afirma que traços mnésicos desse crime passam de geração a geração sendo reprimidos pela prática social, não explica porque existem tantas variações nas formas sociais, já que todas as sociedades partiriam de um mesmo ponto e seriam determinadas pela repetição desse ponto. Essa variedade só pode ser explicada pelo reconhecimento de uma dimensão propriamente social que não pode ser determinada anteriormente, e que não pode ser reduzida às características do indivíduo. Essa dinâmica acontece no tempo e apresenta a história como o espaço dessa manifestação de variedade auto-determinante, permitindo definir a sociedade como *sociedade instituinte*.⁵⁷ Essa diversidade infinita de possibilidades é que garante as diferenças e constantes mudanças nas sociedades. Essa é a característica fundamental do social não reconhecida por Freud, e o que limita sua análise do social que não pode, de maneira nenhuma, ser redutível ao psíquico.

Tendo colocado essas observações, podemos pensar as contribuições freudianas no que concerne ao coletivo, apenas como mais um aspecto desse complexo objeto que é o social; não há dúvida, por exemplo, de que o sentimento de culpabilidade e a *identificação* são importantes fenômenos da coesão social, mas não os únicos e nem mesmo os que a fundamentam. Extrair colaborações da teoria social freudiana é possível porque, ainda que o parricídio originário seja tomado como uma ficção e não como um fato ocorrido, ou que não se conceba a história como o palco da guerra entre *Eros* e *Thánatos* ampliado do nível biológico ao social, o desvendamento dos processos e mecanismos do complexo de Édipo contribui bastante para entender o social, já que esse complexo não está, necessariamente, ligado ao parricídio originário.

A história da sociedade, portanto, não pode ser jamais repetição, nem mesmo de um conteúdo reprimido deformado, diferente a cada repetição, porque sua característica é ser, justamente, espaço do fazer e do fazer o novo, permanentemente.

Observado que Freud nega a dimensão própria do social, enquanto algo que constantemente se auto engendra e, nesse sentido, acaba por negar também

⁵⁷ Cornelius Castoriadis. In: Mezan, Op. Cit., p. 631

a história como espaço desse auto engendramento, fica fácil compreender sua afirmação de que só existiriam duas ciências: a psicologia - pura (relacionada ao individual) ou aplicada (relacionada ao comportamento humano em sociedade), que têm como objeto a esfera psíquica, e a história natural, que daria conta dos fenômenos físico-químico-biológicos.⁵⁸

Em *Moisés e o Monoteísmo* - quando atribui a perseguição do povo judeu a motivos psíquicos, como a lembrança que a marca da circuncisão traria da castração imposta pelo chefe da horda aos filhos, e o ciúme que o fato de ter sido o povo escolhido causaria nos outros povos - o pensador está mais uma vez reduzindo questões políticas, sociais e econômicas a fenômenos psíquicos; por essa razão, ao invés de estudar o nazismo que explodia na época, opta por buscar as raízes psicológicas do anti-semitismo. É também nesse texto, que o autor através de sua tese sobre o assassinato de Moisés ser uma repetição do parricídio originário, vai reforçar seu argumento de que o social se reduz ao psíquico. Nele fica clara sua concepção da história como espaço do retorno do reprimido.

Um importante conceito utilizado por Freud, em *Totem e Tabu*, e que cabe deter-se um pouco mais de tempo sobre sua análise, é o da *onipotência dos pensamentos*. Freud estava extremamente preocupado, como iluminista que era, em legitimar sua nova ciência como tal e, dessa forma, afastá-la das ilusões que tinham sua representação na religião e na Filosofia, segundo sua opinião, pois as considerava como visões de mundo, o que significava algo de depreciativo. Havia algo de narcísico, segundo ele, em acreditar que um único princípio poderia explicar todos os fenômenos do universo, ilusão na qual se basearia a Filosofia. Essa necessidade de sistematizar tudo num único princípio viria como remédio para a sensação de desproteção infantil sentida pelo ser humano diante do universo, e negaria o *Princípio de Realidade*, no qual estaria baseada a ciência, como é veemente falado em *O Futuro de uma Ilusão*. A filosofia, vinculada à *onipotência dos pensamentos*, superestimaria o poder das palavras e dos pensamentos em sua suposta determinação da realidade. Interessante crítica,

⁵⁸ Mezan, Op. Cit., p. 655.

tendo-se em vista que a Psicanálise se baseia na linguagem como meio de desvendar os enigmas das existência individual. E é justamente um princípio único - o qual determina que *Eros* e *Thânatos* estão por trás dos fenômenos da vida em qualquer de suas esferas - que Freud constrói em sua disciplina para dar conta da dinâmica social, o que possibilita a própria inauguração da civilização. Isso prova que qualquer ciência é, e só pode ser, baseada em crenças, em suposições; aliás a existência de qualquer coisa só pode ser comprovada partindo-se da crença de que ela exista. Era a visão iluminista do autor que o impedia de admitir que a imaginação é uma dimensão fundamental para a ciência, pois representa o advento do novo, de cada novo elemento que se agrega ao todo.

A teoria freudiana do social tem, portanto, dois pilares de sustentação: o primeiro deles, o mito do parricídio originário, que, como dito, se repetiria incessantemente, de forma deformada, ao longo da história; o outro, introduzido em *Além do Princípio do Prazer*, a asserção de que os acontecimentos sociais seriam regidos sob a ação do conflito entre as *pulsões de vida* e as *pulsões de morte*. Na realidade, mesmo o parricídio originário - ato que fundou a civilização - só teria sido possível graças à ação das *pulsões de vida*, com o intuito de unir o ser humano em unidades maiores do que as hordas. Nesse sentido, mesmo o surgimento do superego - nova instancia psíquica responsável pela internalização da lei - se deu em função da ação de *Eros*, assim como, a aquisição da razão, com o desenvolvimento do *Princípio de Realidade*, seguiu a mesma determinação pulsional.

Se os conflitos sociais inexistem segundo o mito fundador com a teoria da eterna luta entre *Eros* e *Thânatos*, eles deixam de ter qualquer determinação que seja na dinâmica da sociedade. E isso porque é o fenômeno da *identificação* entre os indivíduos de um grupo, e deles em relação ao líder do grupo, que vai até mesmo abolir os conflitos gerados pela exploração de uma classe sobre as outras; a *identificação* seria a responsável pela resolução das diferenças sociais, pois explicaria a manutenção da dominação por longos períodos, ainda que autor reconheça que seria lógica a revolta dos explorados; mas não é a lógica racional que determina as ações humanas, na teoria freudiana, e sim uma lógica muito

particular dos mecanismos psíquicos, das pulsões. É, portanto, o conflito pulsional, o único reconhecido na dinâmica social e o que determina o comportamento do indivíduo na civilização; diferenças econômicas e sociais são, no máximo, complicadores sociais que, em última instância, podem também ser resolvidos pela ação de *Eros* em favor da coesão social interna.

E todos os problemas que a sociedade civilizada enfrenta, seja a violência, sejam as diferenças sociais, sejam as guerras, têm também sua explicação nesse conflito pulsional que deixa de agir apenas na esfera individual para se apresentar, com o advento da civilização, na esfera da cultura. As *pulsões de vida*, que são as responsáveis pela coesão dos indivíduos em grupos cada vez maiores, têm de lutar, constantemente, contra a ação das *pulsões de morte* ou *pulsões de destruição* (como são chamadas a partir de *O Mal-Estar na Civilização*), que se exteriorizam do indivíduo para a civilização, em forma de agressividade.

Ora, é também uma determinação da natureza humana, na teoria social de Freud, a responsável pelos problemas que a civilização enfrenta porque, ao coibir as *pulsões morte* em favor da *identificação* social interna, *Eros*, em nome da civilização, obriga o indivíduo a externalizar essas pulsões em forma de agressividade contra a civilização que, sem saída, tem que continuar coibindo essa agressividade e, num movimento cíclico e incessante, ela retorna contra a civilização. É esse movimento o responsável pelas guerras entre as nações. Em Freud, os conflitos sociais nunca têm origem na sociedade, somente na natureza humana, até porque, a sociedade seria a obra de determinação natural do ser humano. Nesse sentido, modificações na estrutura social jamais resolveriam os conflitos da sociedade; a solução teria de estar também na esfera psíquica.

A agressividade não é o único problema enfrentado pela sociedade; as neuroses seriam uma outra reação à coação pulsional, só que seriam resultado da excessiva inibição das pulsões sexuais; na melhor das hipóteses, as pulsões sexuais inibidas se transformariam, em favor dos laços sociais, mas nem todos conseguiriam aceitar a repressão pulsional, desenvolvendo uma neurose como resposta. Isso colocava o problema de que, com o aumento da coerção pulsional sexual imposto pela sociedade burguesa, a sociedade inteira poderia acabar por

se tornar neurótica, segundo o autor, o que impediria a manutenção dos laços sociais e a própria existência da civilização. Esse problema, com a diminuição da repressão sexual por parte da civilização, poderia até ser resolvido na esfera do social, pois Freud acreditava que a repressão sexual era necessária num certo nível para que a vida em civilização fosse possível, mas a sociedade burguesa extrapolava esse necessário, absurdamente.

Quanto à agressividade, a questão ficava mais complexa porque, para o autor, contestando a visão cristã da natureza humana de que o homem era bom, a humanidade tinha seu lado agressivo como componente e não era possível se livrar dele. Nesse sentido, coloca-se aqui um importante problema: por exemplo, em relação à violência social, não haveria solução possível, já que não haveria leis que pudessem coibir as manifestações da agressividade humana e, tomando como verdadeira a hipótese freudiana de que a *identificação* resolveria os conflitos sociais internos, essa agressividade direcionada para o exterior causaria guerras infindáveis entre as diversas nações; assim, não haveria medidas possíveis a serem adotadas nos níveis político, social e econômico, para a resolução desses conflitos. E, de fato, era nisso que Freud acreditava.

A violência seria, então, um problema sem solução entre as nações, já que, como ele pôde observar bem durante a Primeira Guerra Mundial, as leis internacionais foram totalmente desrespeitadas durante esse evento e isso não o surpreendeu, como ficou claro em *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*.

A política, nesse sentido, seria apenas uma tentativa – condenada, à priori, a falhar - de lidar com essa faceta da natureza humana; o Estado, dessa forma, seria um mal necessário na tentativa de conter essa natureza, mas sendo ele a figura detentora da injustiça - afirmação freudiana que contraria toda uma corrente do pensamento filosófico-político, que acreditava que Estado deveria proteger a vida humana – fica implícito que o conflito não teria solução, a não ser pela via da razão. Essa sim, apesar de ser uma aquisição psíquica posterior que correria sempre o risco de uma involução, seria a única alternativa, na opinião do pensador iluminista, capaz de controlar as paixões (as pulsões) e transformá-las em elementos valorizados pela civilização, como a arte e a ciência. É decepcionado

com a Guerra, mas crente em seu deus *Logos*, que Freud escreve *Sobre a Transitoriedade*, mantendo a esperança de que as contribuições da Psicanálise ajudariam numa reconstrução da civilização sobre a base sólida das luzes que, com riscos, sempre poderia manter a maior construção da humanidade de pé.

BIBLIOGRAFIA:

- FREUD, Sigmund. *Moisés e o Monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- . *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- . *Além do Princípio do Prazer*, in *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standart. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- . *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, in *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standart. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- . *O Mal-estar na Civilização*, in *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standart. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- . *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, in *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standart. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- . *Sobre a Transitoriedade*, in *Obras Psicológicas Completas*: Edição Standart. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- . *O Futuro de uma Ilusão*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- GAY, Peter. *Freud: Uma Vida para o nosso Tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo: Abril, 1974.

MEZAN, Renato. *Freud, Pensador da Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

----- . *A Conquista do Proibido*. São Paulo: Atelier editorial, 2003.

NASIO, J. –D. *O Prazer de Ler Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ROUANET, Sergio Paulo. *O Mal-estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHUR, Max. *Freud: Vida e Agonia – Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.